

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WALTER LUIZ MAUCH

CANDIDATOS NIKKEIS NA ELEIÇÃO DE 2014 PARA O LEGISLATIVO FEDERAL E  
ESTADUAL NO PARANÁ: GÊNESE E *MODUS OPERANDI*

CURITIBA

2018

WALTER LUIZ MAUCH

CANDIDATOS NIKKEIS NA ELEIÇÃO DE 2014 PARA O LEGISLATIVO FEDERAL E  
ESTADUAL NO PARANÁ: GÊNESE E *MODUS OPERANDI*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação  
em Sociologia do Setor de Ciências Humanas,  
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2018

Catálogo na publicação  
Biblioteca de Ciências Humanas - UFPR  
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985

Mauch, Walter Luiz

Candidatos nikkeis na eleição de 2014 para o legislativo federal e estadual no Paraná: gênese e *modus operandi* / Walter Luiz Mauch.  
– Curitiba, 2018.  
120 f.

Orientador: Prof.Dr Ricardo Costa de Oliveira

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

1. Eleições - Paraná - 2014. 2. Japoneses - Candidatos políticos - Paraná - 2014. 3. Japoneses - Tática política - Paraná - 2014.
4. Nepotismo - Paraná - 2014.. I.Título.

CDD 324.98162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **WALTER LUIZ MAUCH** intitulada: **Candidatos Nikkeis na Eleição de 2014 para o Legislativo Federal e Estadual no Paraná: Gênese e Modus Operandi**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 16 de Abril de 2018.

  
RICARDO COSTA DE OLIVEIRA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
ALESSANDRO CAVASSIN ALVES  
Avaliador Externo (Uniaraduate)

  
MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART  
Avaliador Externo (UFPR)

## RESUMO

Este trabalho investiga como operam os candidatos nikkeis nas eleições para o legislativo federal e estadual no Paraná, no ano de 2014. Busca compreender como os elementos deste grupo social de imigrantes, de recente chegada ao Brasil e oriundo de uma sociedade com o *ethos* político e cultural divergente da formação colonial portuguesa, se ambienta em um Estado capitalista dependente e patrimonialista. Com base nas seguintes questões: quem são, qual sua origem social e familiar e como chegaram e operam no poder, descreve-se a relação destes nikkeis com as estruturas sociais que formatam e são formadas pelos indivíduos. Indo do geral ao particular e do particular ao geral, adota-se o materialismo dialético como ferramenta científica de análise e crítica social. O resultado da pesquisa evidencia que mesmo com uma autoimagem do novo no cotidiano político, os candidatos reproduzem as mesmas práticas das velhas e novas famílias que compõem a oligarquia política brasileira.

**Palavras – chaves:** Sociologia, nikkeis, Paraná, políticos, Marxismo, patrimonialismo e nepotismo.

## **ABSTRACT**

This work investigates how the nikkei candidates operate in the federal and state legislative elections in Paraná, in the year 2014. It seeks to understand how the elements of this social group of immigrants, of recent arrival in Brazil and coming from a society with the political ethos and cultural divergence of the portuguese colonial formation, is set in a dependent and patrimonialist capitalist state. Based on the following questions: who are they, what their social and family background and how they came and operate in power, describes the relationship of these nikkei with the social structures that form and are formed by individuals. Going from the general to the particular and the particular to the general, dialectical materialism is adopted as a scientific tool of analysis and social criticism. The result of the research shows that even with a self-image of the new in the political future, the candidates reproduce the same practices of the old and new families that compose the Brazilian political oligarchy.

**Keywords:** Sociology, Nikkeis, Paraná, politicians, Marxism, patrimonialism and nepotism.

“A realidade não interessa as pessoas, não adianta mostrar nada de real para elas..... elas vão sempre encarar tudo como ficção, para que perder tempo interpretando a realidade para as pessoas entenderem? Só para fingir que eu entendo melhor? Melhor só registrar os fatos e deixar a interpretação para depois, assim pelo menos posso fingir cada vez de uma forma, cada vez arrumar a realidade de um jeito, de acordo com o poder do momento.....”.

Antropólogo Alfredo, interpretado por Umberto Magnani.  
*Cronicamente inviável* (Brasil/2000) – direção Sérgio Biachi.

## **AGRADECIMENTOS**

De forma especial ao Prof. Ricardo Costa de Oliveira, seus cursos sobre a formação do Estado e da classe dominante brasileira e, especificamente, paranaense foram fundamentais para meu itinerário intelectual e se refletem nas páginas deste trabalho. Também agradeço ao Professor Ricardo a paciência e flexibilidade intelectual com que acolhe orientandos das mais diversas correntes teóricas.

As Professoras Ana Crhistina Vanali e Mônica Helena H. S. Goulart pelas valiosas recomendações durante a fase de qualificação, expressos no acréscimo de capítulos e na melhor estruturação dos mesmos.

Aos Professores da banca de defesa Alessandro Cavassin Alves e Mônica Helena H. S. Goulart pelas sugestões e críticas e elogios.

Ao funcionário Katiano Cruz, da Coordenação de Pós Graduação, sempre solícito e eficiente nos préstimos aos estudantes.

Como estudante iniciei minha vida acadêmica na UFPR em 1984, foram dois bacharelados e uma licenciatura, perfazendo mais de quinze anos de convívio na instituição. Gostaria de agradecer a todos os professores, funcionários e estudantes que durante todo este período, da redemocratização até hoje, lutaram e lutam por uma Universidade Pública, Gratuita e Qualidade.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UMA ANÁLISE DA FRAÇÃO POLÍTICA ...	04
1.1 O CONCEITO DE ESTADO NA TEORIA MARXISTA.....	07
1.1.2 O humanismo marxista.....	07
1.1.3 Trabalho: primado ontológico .....	10
1.1.4 O determinante de última instância: a base material .....	13
1.2. O ESTADO COMO APARELHO DA BURGUESIA E O BONAPARTISMO.....	16
1.3 O EFEITO PERTINENTE: CAPITALISMO DEPENDENTE E ESTADO PATRIMONIALISTA NO BRASIL.....	21
1.3.1 A formação do Estado patrimonialista português.....	22
1.3.2 Capitalismo comercial e dependência .....	23
1.3.3 O Estado patrimonialista em Portugal .....	25
1.3.4 A colônia como obra do Estado patrimonialista.....	26
1.3.5 A sociogênese no Brasil .....	27
1.3.6 A burguesia sob o patrimonialismo .....	29
1.3.7 A fração política sob o Patrimonialismo .....	30
1.4 ELITE VERSUS CLASSE SOCIAL .....	32
1.4.1 Teóricos das Elites.....	33
1.4.2 Crítica à Teoria das Elites.....	36
1.4.3 Alternativa marxista à Teoria das Elites: Gramsci e Poulantzas .....	39
2 A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ .....	44
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	44
2.1.1 A imigração para o Brasil.....	45
2.1.2 O <i>Ethos</i> .....	47
2.1.3 O perfil social .....	51
2.1.4 O primeiro nikkei eleito no Paraná – Antonio Ueno .....	53
2.1.5 O mais influente – Cassio Taniguchi.....	54

3	OS CANDIDATOS NIKKEIS NA ELEIÇÃO DE 2014 PARA O LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL DO PARANÁ .....	57
3.1	PERFIL DOS CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL .....	58
3.1.1	Candidato Hidekazu Takayama.....	58
3.1.1.1	Biografia .....	58
3.1.1.2	Atuação política.....	59
3.1.1.3	Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens.....	60
3.1.2	Candidato Luiz Nishimori .....	62
3.1.2.1	Biografia .....	62
3.1.2.2	Atuação política.....	63
3.1.2.3	Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens.....	66
3.1.3	Candidato Antonio Teruo Kato .....	68
3.1.3.1	Biografia .....	68
3.1.3.2	Atuação política.....	68
3.1.3.3	Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens.....	70
3.1.4	Candidato Mario Hitoshi Takahashi.....	72
3.1.4.1	Biografia .....	72
3.1.4.2	Atuação política.....	72
3.1.4.3	Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens.....	74
3.2	PERFIL DOS CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL .....	76
3.2.1	Candidato Rui Kiyoshi Hara .....	76
3.2.1.1	Biografia .....	76
3.2.1.2	Atuação política.....	77
3.2.1.3	Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens.....	78
3.2.2	Candidato Hemerson Yokio Yokota .....	81
3.2.2.1	Biografia .....	81
3.2.2.2	Atuação política.....	81
3.2.2.3	Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens.....	83
3.2.3	Candidato Kenny Tsushima .....	84
3.2.3.1	Biografia .....	84
3.2.3.2	Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens.....	84
3.2.4	Candidato Julio Hideo Ando .....	86
3.2.4.1	Biografia .....	86
3.2.4.2	Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens.....	86

3.2.5	Candidata Bruna Akemi Jin Brandão .....	88
3.2.5.1	Votação por município .....	88
3.3	<i>O MODUS OPERANDI</i> .....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....		102
REFERÊNCIAS .....		104
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS E NOTAS DE RODAPÉ.....		108

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em estudar a trajetória política dos candidatos nikkeis a câmara dos deputados estadual e federal nas eleições de 2014 no Paraná. Nossa pretensão ao adotarmos como objeto de pesquisa este grupo social foi buscar uma amostra populacional de recente chegada ao Brasil; livre, portanto, das práticas políticas tradicionais da classe dominante: o patrimonialismo e o nepotismo.

O primeiro político de sobrenome japonês foi eleito vereador da Câmara Municipal de São Paulo em 1947<sup>1</sup>, trinta e nove anos após a chegada ao país. Sofrendo ainda os traumas com a derrota na Segunda Guerra e as dificuldades com a cultura, hábitos e tradições distintas da imigração europeia, a comunidade japonesa pode fornecer um exemplo de como as estruturas sociais conformam os indivíduos e as condutas em um ambiente com predomínio ideológico do europeu ocidental. Em outras palavras, como uma camada social e o seus indivíduos são moldados socialmente apesar de toda diversidade subjacente a uma cultura milenar firmemente enraizada no seu *ethos*. Desta forma, não adotamos, como o objeto de estudo poderia sugerir, um viés de cunho antropológico, centrado nos aspectos étnicos e culturalistas, ou um texto de caráter mais histórico sobre os descendentes dos imigrantes, baseado nas biografias dos candidatos. Também não seguimos o *mainstream* da ciência política atual, fundamentada na teoria das elites, que busca uma epistemologia pretensamente científica, descolada de vieses ideológicos, segundo eles, mas que acaba desaguando no empirismo ingênuo do positivismo. Como desafio e com certa nostalgia de uma ciência social mais macroestrutural e menos subjetivista-reflexiva que hoje é hegemônica, acolheremos como embasamento teórico o aparato conceitual fornecido pelo marxismo. Não a corrente predominante na academia, a do nomeado “marxismo ocidental”, que abandona o materialismo dialético e a economia política em prol das correntes idealistas do kantismo à fenomenologia. Conceitos clássicos e do moderno estruturalismo marxista são instrumentalizados nas páginas a seguir com o objetivo de esclarecer nossas hipóteses.

Como um grupo recente de imigrantes, voltados basicamente à agricultura, com características étnicas e culturais fortemente distintas, consegue ser aceito no restrito círculo de elementos da fração política da classe dominante brasileira? Qual a relação deste relativo novo grupo social com as práticas políticas historicamente enraizadas? Como o Estado patrimonialista acolhe estes novos sócios? Estas são as perguntas que esta pesquisa tentou elucidar. O presente trabalho tem origem em um artigo publicado na Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR – sobre os candidatos nikkeis, os três melhores colocados

nas eleições de 2014 no Paraná, para Câmara federal e estadual. A limitação física de um artigo e a necessidade de melhor esclarecimento e fundamentação apontou para possibilidade de um trabalho mais amplo e de maior fôlego.

A hipótese desta pesquisa é de que os fatores etno-culturais são secundários quando se analisa uma carreira política em sociedades capitalistas. Indivíduos estão incluídos em classes e frações de classes sociais; a principal via de ascender a posto de relevância no Estado brasileiro só se faz possível via poder econômico, com uma trajetória que seguirá os interesses da classe que representa. Capitais culturais na trajetória do político profissional, nas modernas sociedades industriais, não estarão desligados do capital econômico. Mesmo quando o foco é a fração dos intelectuais orgânicos, expressa na forma de políticos profissionais, por mais contraditória que possa aparentar a ação destes agentes no âmbito do Estado, não pode ser descurado que estes elementos agem dentro de uma instituição cuja função básica é zelar pela reprodução das condições de extração e repartição do excedente econômico: o mais-valor.

Nosso procedimento de pesquisa compreendeu leitura bibliográfica e levantamento de material empírico. A principal fonte de material empírico foi a internet, como poderá ser observado pelo número de links consultados. Na leitura bibliográfica, adotamos os conceitos clássicos de Karl Marx e Friedrich Engels, somada às contribuições de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Como as particularidades do Estado brasileiro conformam comportamentos e práticas divergentes dos países centrais, Raymundo Faoro se faz presente nestas páginas desvendando os meandros da formação do Estado patrimonialista.

O texto a seguir é dividido em três grandes blocos. O primeiro, de caráter teórico, é dividido em três partes. A primeira faz críticas aos caminhos tomados pelo marxismo ocidental inaugurado por Georg Lukács e apresenta, no nosso entendimento, os fundamentos da ciência marxista que foram desconsiderados pela tradição aberta pelo filósofo húngaro: o trabalho como primado ontológico, a base material como determinante de última instância e a questão do Estado. A segunda faz um parecer da teoria das elites, indicando suas principais teses, uma crítica a estas e a alternativa posta por Gramsci e Poulantzas. A terceira parte discorre sobre a incidência do “efeito pertinente” que o Estado brasileiro acarreta sobre as práticas das classes sociais e seus representantes. Em vista do objeto pesquisado nos detivemos com especial atenção à formação patrimonialista do Estado Brasileiro. O uso ilegítimo do poder público para beneficiar interesses privados, a corrupção, ao contrário das explicações de cunho moralista ou generalista, apontando para a “cultura do povo brasileiro”, será tratada como fenômeno que tem a raiz no nosso passado histórico. A grande dificuldade

da fração política brasileira tem em agir de uma forma minimamente republicana será considerada sob a perspectiva teórica sedimentada pelos estudos de Faoro, na clássica obra *Os Donos do Poder* (2001). Antes de um ecletismo teórico, misturando Marx com Weber, consideraremos que utilizar abordagens teóricas diversas amplia o campo de visão, desde que adotados com um mínimo de coerência intelectual.

O segundo bloco trás uma retrospectiva histórica da imigração nipônica para o Brasil, o *ethos* e o perfil social que caracteriza este grupo.

A terceira parte analisa o perfil biográfico e político dos candidatos nikkeis postulantes a cargos na assembleia legislativa e na câmara dos deputados em 2014. Procuramos recortar os fatos relevantes que explicam como se produz um intelectual orgânico; como o indivíduo se insere e se utiliza das estruturas sociais com vistas a se tornar representante de determinada fração social.

## 1 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UMA ANÁLISE DA FRAÇÃO POLÍTICA

Ao analisarmos o comportamento de determinada fração social, buscando nas ciências os elementos teóricos que descrevem determinados atos, discursos e posições, a simples menção que adotaremos o universo teórico do marxismo pouco significa. Como comentado a seguir, o campo da análise do nomeado marxismo tomou rumos que nada tem em comum com os fundamentos adotados por Marx e Engels. Predomina nos meios universitários a versão aguada nomeada marxismo ocidental, capitaneada por Georg Lukács. A visão de que o homem é visto como um indivíduo livre e não necessariamente determinado por relações econômicas e forças produtivas, fundada na fenomenologia de Husserl a Merleau-Ponty, e que influenciou as modernas correntes reflexivistas das ciências sociais, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, apenas para citar alguns, são contrapostas em nosso texto pelo marxismo clássico e estruturalista. Desta forma, desenvolvemos a perspectiva de que comportamento individual e social é em grandes linhas moldado pelo trabalho, de como estes indivíduos se relacionam com o mundo da produção e com a divisão social do trabalho, e que as estruturas do edifício social são assentadas na infraestrutura econômica.

A maioria dos candidatos analisados provém das camadas médias e altas da sociedade. Não são operários e pequenos agricultores que sobrevivem à custa do próprio trabalho; são pequenos e grandes empresários que se mantêm explorando trabalho alheio. A insistência sobre o trabalho e a primazia da infraestrutura econômica vem de encontro ao objeto de nossa pesquisa que é demonstrar que a ideologia, neste caso o *ethos* e *modus operandi* da fração política nikkei, têm conexão íntima com as condições de classe e da formação do Estado no Brasil. Isto traça uma linha divisória e explica em grande medida o discurso conservador e a defesa do capital adotada pelos analisados. Tal afirmação se conecta nas críticas postas ao elitismo teórico.

A teoria das elites adquiriu um relevo nas ciências sociais que pode ser interpretado por duas causas básicas: cômodo e prático e ideologicamente não crítico. A comodidade e praticidade advêm do fato de que uma pesquisa sobre políticos profissionais pode ser realizada de forma fácil e rápida, para tanto basta coligir um amontoado de dados empíricos, na forma de entrevistas, dados biográficos e entrevistas, tabelas e gráficos, que serão compreendidos e explicados pela singela noção de políticos agem apenas por interesse próprio. A capacidade natural de liderança, a sempre amorfa massa, a inviabilidade da democracia e as vantagens da organização levam à “lei de bronze das oligarquias partidárias”

que, segundo defensores do elitismo, seria a única leia ainda vigente nas ciências sociais. Neste trabalho adotamos a noção gramsciana de intelectual orgânico, pois cada grupo social de determinada extrato econômico “cria para si uma camada de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”. Em outras palavras, os políticos nikkeis não representam imigrantes e descendentes, mas representam um grupo social que tem origem em local certo da divisão social do trabalho e que irão atuar politicamente como defensores e porta vozes de sua classe e fração de classe social. Cediço afirmar que não há automatismo entre posição no sistema econômico e posição política. Um intelectual orgânico representa uma fração de classe social, mas não necessariamente provem da classe que defende. Um trabalhador pode se tornar político e defender o empresariado, fato este por demais corriqueiros para ser uma exceção. No entanto, como demonstraremos na análise empírica dos dados, há uma forte correlação entre a posição no mundo econômico e a posição política do candidato.

Para não incidirmos no economicismo ingênuo que traduz posição econômica com posição política, apresentamos as considerações teóricas de Poulantzas que sustenta ser a classe social uma força política resultante das interações entre estruturas políticas, econômicas e ideológicas de uma dada formação social. Através do conceito de efeito pertinente o marxista grego desenvolve a noção que a relevância de uma classe na luta política pode extrapolar os condicionantes de ordem econômica e social a que estão adstritos. O efeito pertinente para explicar o *modus operandi* da fração dos políticos nikkei é o Estado patrimonialista brasileiro no regime capitalista dependente. O *ethos* de honestidade, o rigor a que a ética nipônica trata dos desvios de comportamento no trato da coisa pública, são dissolvidos ante as práticas enraizadas pelo passado histórico do Estado no Brasil. O público vira particular, a ética se torna fluída e o *modus operandi* copia as formas de atuação dos políticos tradicionais da classe dominante brasileira. Sem uma análise detalhada do Estado no geral e do Estado brasileiro não há possibilidade de se construir um entendimento minimamente rigorosa e coerente sobre a classe política. Desta forma, nas páginas seguintes apresentamos as concepções de Estado no sistema capitalista que adotaremos neste trabalho, bem como a complexa formação do Estado no Brasil, focando suas origens na conquista e unificação de Portugal, a inserção do reino lusitano no circuito de acumulação de capital mundial e o Estado patrimonialista sob o regime do capitalismo dependente.

Desta forma, assumiremos a noção marxista de que o Estado é uma estrutura cuja função básica é garantir que as condições necessárias para reprodução do capital, com as



vantagens que a noção de autonomia relativa do Estado fornece de permitir escapar da tendência de se adotar grandes linhas teóricas que deixam os dados empíricos de segundo plano. A estes conectaremos a noção de Estado patrimonialista brasileiro, considerando o conceito de efeito pertinente de Nicos Poulantzas. Claramente surge a indagação de que patrimonialismo não é um conceito que faça parte do corpo teórico marxista, uma vez que Raymundo Faoro, em “Os donos do poder”, segue uma linha claramente weberiana no trato da questão Estado.

Faoro considera que a unificação do reino de Portugal destoa do modelo clássico de formação dos modernos Estados europeus, pois resultado do longo processo de luta contra os mouros gerou uma sociedade onde o soberano é o centro político e econômico da nação. Não há a formação de uma nascente burguesia comercial que assuma a tarefa de compartilhar com o rei e nobreza a expansão ultramarina. O que Faoro não menciona é a conexão do colonialismo português com as potências econômicas da época. A divisão entre nações territorialistas e nações hegemônica, como posto por Giovanni Arrighi, na obra “O longo século XX”, explica, por exemplo, como Felipe II da Espanha, um homem com a mentalidade típica da Idade Média, tenha lugar em um sistema econômico que se globalizava. Sem o aporte de capitais genoveses, que em troca ficavam com o lucro do comércio colonial espanhol, não seria possível explicar o império além mar. Os Estados territorialistas ibéricos, mesmo assumindo feições patrimonialistas, são apenas elos intermediários nas cadeias de acumulação de capital sob o controle e disputa de potências como Inglaterra e Holanda. A formação econômica do Brasil, aliás, título da obra mais conhecida de Celso Furtado, a colônia mais importante de Portugal, foi fortemente vinculada aos humores das flutuações econômicas do comércio mundial de *commodities*, traço este que permanece até hoje.

O Estado liberal burguês, produto de revoluções econômicas e políticas, passou longe do Brasil; aqui a sociedade se modernizou pela metade, o passado colonial pesa sobre toda a coletividade e se expressa na forma de um Estado exclusivista e fortemente vinculado aos interesses de classe, ao ponto de a coisa pública se tornar um negócio particular e familiar para os grupos dominantes e associados. Assim, é na estrutura do Estado patrimonialista que os políticos nikkeis irão realizar a prática política, que, muito além do discurso moralista e do *self-made man* da imigração nipônica, se adequa aos padrões historicamente construídos de considerar a coisa pública como privada.

## 1.1 O CONCEITO DE ESTADO NA TEORIA MARXISTA

A concepção de Estado para K. Marx e F. Engels tem produzido controvérsias entre estudiosos e pesquisadores que refletem, de certa forma, os mesmos embates encontrados na maioria dos estudos que pretendem interpretar aspectos da obra dos dois pensadores. Transitando de uma definição com fins propagandísticos no Manifesto Comunista, até as atuais análises sobre autonomia relativa, a noção de Estado se adequa a uma análise das dificuldades de elucidação dos conceitos em pensadores complexos como Marx e Engels. De maneira geral, as correntes de interpretação do conceito Estado no âmbito do marxismo seguem as duas grandes bifurcações que o legado de Marx tomou no ocidente, quais sejam, na falta de melhor denominação: a do nomeado marxismo humanista ou ocidental, iniciada por Georg Lukács, e a tradição do marxismo estruturalista<sup>2</sup>.

Na primeira parte do capítulo iremos abordar o cerne das concepções metodológicas e filosóficas do pensador húngaro Georg Lukács, traçando o itinerário de sua formação intelectual, da juventude até as obras da maturidade. Na segunda parte, trataremos de sintetizar os princípios fundamentais que regem a dinâmica do edifício intelectual de Marx; na terceira parte elencaremos as definições formuladas por Marx e Engels sobre o Estado e como estas devem ser interpretadas dentro do esquema geral desenvolvidas por estes e Poulantzas. Desta forma, pretendemos, nesta parte, inquirir das possibilidades de se extrair, do conjunto das obras da maturidade<sup>3</sup> dos autores, um fio condutor que permita contribuir com o debate a cerca do tema Estado na concepção marxista clássica.

### 1.1.2 O humanismo marxista

Mesmo dedicando seus maiores esforços intelectuais estudando a base material da sociedade capitalista, na obra *O Capital*, ou afirmando, desde *A ideologia alemã* (1846), o primado ontológico da categoria trabalho sobre a natureza humana e a sociedade, os caminhos trilhados pelo nomeado marxismo humanista seguiram direção inversa aos escritos de Marx e Engels, notadamente no pensamento do fundador e maior expressão da corrente revisionista: o filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971).

Uma breve visita à trajetória intelectual do pensador húngaro demonstra que em sua fase de juventude, durante a I Guerra, Lukács se associou ao “Círculo Weber de Heidelberg”,

formado por sociólogos da cultura, intelectuais socialistas de cátedra, neokantianos, neo-hegelianos, poetas pacifistas, psiquiatras, kierkegaardianos e dostoievskianos escatológicos: Ernest Block e Lukács. Segundo Löwy, (1979), apesar das diferenças, todos do grupo tinham em comum “uma potente corrente anticapitalista romântica”. Era o velho romantismo alemão, que, da direita à esquerda, renegava os valores do Iluminismo e sonhava com a volta a uma Alemanha de camponeses livres e pequenos artesãos. Em 1918, refutando o bolchevismo via crítica ética, o humanista húngaro afirmou que, “a necessidade puramente sociológica da luta de classes do proletariado apenas leva à transformação do antigo opressor em oprimido”. Negando a dialética hegeliana/marxista, Lukács se volta à Kant e Fichte e propõe que a vitória do proletariado deve ser condição para instauração de um novo mundo democrático, superior aos interesses mesquinhos da luta dos trabalhadores por seus interesses materiais (LÖWY, 1979, p. 141-143).

Logo em seguida os horrores da I Guerra Mundial, a aparente falta de perspectiva das democracias burguesas e a Revolução Russa levam o jovem Lukács a se aproximar do marxismo, mas sempre atormentado por dilemas éticos.

Em 1918-1919, Lukács encontra no proletariado a força capaz de resolver a antinomia pela destruição da realidade capitalista, abolição da reificação, a realização de valores autênticos e fundamentais de uma nova cultura. O messianismo ardente do jovem Lukács em 1919 encontra aqui seu fundamento teórico: o proletariado é o portador da nova harmonia, da totalidade reencontrada, da universalidade realizada, da unidade reconstituída entre o sujeito e o objeto, a ética e a práxis, o indivíduo e a coletividade. A nostalgia trágica da idade do ouro mítica do passado transmuta-se em esperanças apaixonadas no futuro: o proletariado, classe messiânica da História, cumprirá pela redenção do mundo. (LÖWY, 1979, p. 156).

Ambientado no romantismo alemão, influenciado por Kant e Fichte, preocupado com dilemas morais dostoievskianos, crítico do materialismo, das luzes da razão Iluminista, da dialética hegeliana e da modernidade capitalista, causa estranheza que logo em seguida Lukács publique o livro que é considerado o mais influente do marxismo ocidental: *História e consciência de classe: estudo sobre a dialética marxista* (1923). Poderia ser alegado que as críticas aqui postas são infundadas, pois o autor, a partir de 1933, publicou uma série de autocríticas que acabaram por negar quase a totalidade do livro. Em primeiro lugar, negando ou não a obra em questão, *História e consciência de classe* continua sendo o mais importante livro da corrente humanista. Em segundo lugar, a refutação é apenas parcial e não atinge o núcleo duro do pensamento lukacsiano como iremos discutir a seguir. Mas voltando à obra em questão, o ponto focal que aqui nos interessa é a análise realizada por Lukács (2003) do célebre capítulo sobre *O fenômeno da reificação* (p. 194-239), de *O Capital* de Karl Marx.

Como explicado no prefácio da obra, pág. 22, a proposta do pensador húngaro é compreender apenas os aspectos metodológicos, não sendo discutidas as teorias econômicas propriamente ditas da obra. O capítulo sobre reificação é fundamentalmente baseado em apenas um trecho do livro *O Capital*, aquele no qual Marx discute o fenômeno do fetichismo de mercadorias.

A essência da estrutura da mercadoria já foi ressaltada várias vezes. Ela se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens. Não pertence ao âmbito deste estudo analisar o quanto essa problemática tornou-se central para a própria economia e quais consequências o abandono desse ponto de partido metódico trouxe para as concepções econômicas do marxismo vulgar. Nosso objeto é somente chamar atenção – pressupondo as análises econômicas de Marx – para aqueles problemas fundamentais que resultam do caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade, de um lado, e do comportamento do sujeito submetido a ela, de outro (LUKÁCS, 2003, p 194).

De certa forma Lukács inaugura uma nova forma de analisar e desenvolver o campo teórico marxista, qual seja, colocar de lado a economia política e relegar a um segundo plano o papel das forças produtivas e das relações de produção na determinação das superestruturas. Por mais díspares que sejam os interesses e propostas teóricas do humanismo marxista e dos intelectuais próximos a este campo, da Escola de Frankfurt a Sartre, ficou a tradição aberta por Lukács de considerar a ciência econômica dentro da alçada do, assim nomeado pelo filósofo húngaro, marxismo vulgar. Os interesses teóricos destes intelectuais humanistas podiam ir da musicologia a sociologia, da psicanálise a filosofia e da estética a literatura, mas, caracteristicamente, estão completamente ausentes os estudos sobre economia, história econômica e economia política.

No exílio em Moscou, Lukács revisa quase a totalidade dos conceitos e, segundo Leandro Konder, em uma “conferência pronunciada em 21 de junho de 1934 e publicada no nº 4-34 da revista *Sob a bandeira do marxismo*, o filósofo promove um truculento ajuste de contas com o “idealismo subterrâneo” (KONDER, 1980, p. 70), que a seu ver subsistia no *História e consciência de classe*. Entretanto, a análise das obras posteriores, chamadas da maturidade, revela que o núcleo principal do pensamento do jovem Lukács permaneceu incólume durante toda sua trajetória intelectual, mantendo a coerência com sua formação no ambiente do romantismo alemão e da filosofia idealista kantiana. No famoso livro do Lukács maduro, *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (1972), o idealismo filosófico e metodológico do pensador se expressa de forma clara e distinta no conceito que pode ser considerado o mais central do humanismo marxista: o de que a base

material e a superestrutura tem o mesmo peso determinante na explicação dos fenômenos sociais e humanos.

A dificuldade de se concluir essa crítica das interpretações erradas de Marx com uma retificação positiva resulta do fato de que, no nível fortemente abstrato em que nos movemos até o presente momento, ainda não foi possível explicitar os pressupostos ontológicos da autêntica e concreta dialética entre base e superestrutura, pelo que o um tratamento prematuro dessa questão poderia levar facilmente a mal-entendidos. Mas, mesmo no âmbito de uma exposição abstrata desse tipo, é preciso – antes de mais nada – tornar a repetir que a prioridade ontológica da economia, indicada por Marx, não contém em si nenhuma relação de hierarquia. Ela diz simplesmente que a existência social da superestrutura pressupõe sempre, no plano do ser, o processo da reprodução econômica, que toda a superestrutura é impensável sem economia; ao mesmo tempo, por outro lado, afirma-se que a essência do ser econômico é de tal natureza que não se pode reproduzir sem trazer à vida uma superestrutura que, mesmo de modo contraditório, corresponda a esse ser econômico (LUKÁCS, 1979, p. 155).

A questão do Estado também é relegada a um segundo plano, não está claramente presentes nos escritos desta época, uma vez que o fio condutor do pensamento de Lukács é de um debate filosófico, centrado nas questões éticas. Para o pensador húngaro os fatores subjetivos são a essência da questão política; o homem é visto como indivíduo livre e não necessariamente determinado pelas relações econômicas e as forças produtivas. A outra face da moeda deste viés idealista é a noção de que o homem faz a história. O voluntarismo acredita que a força da vontade, do indivíduo, do partido, da classe, permite superar a noção de base e estrutura e considerar o Estado e as demais instituições como moldáveis conforme uma filosofia ética. Não é gratuito que uma das correntes mais próximas do humanismo marxista, o existencialismo de Sartre, tem forte vínculo com o novo viés inaugurado por Lukács.

### 1.1.3 Trabalho: primado ontológico

Caracteristicamente são os dois princípios fundamentais do materialismo dialético e histórico desenvolvidos por Marx e Engels, o trabalho e o primado da base material, que afrontam de forma direta as correntes ideológicas predominantes nos meios intelectuais neste início de século XXI. O relativismo, o historicismo absoluto, o subjetivismo, a aversão a qualquer tipo de lei social e o individualismo tomaram corpo no campo das ciências sociais, embasados nas correntes filosóficas pós-iluministas e idealistas, do ceticismo de Hume e Kant, da fenomenologia de Husserl até o irracionalismo antimodernista de Heidegger.

Contra o historicismo absoluto Marx e Engels sustentam de que há um fio condutor em toda história da humanidade, desde as antigas sociedades de caçadores-coletores até as modernas sociedades financeiras e industriais, que nos permitem compreender os processos sociais básicos que regem o edifício social: o trabalho. A forma de entender como o trabalho é o primado ontológico da filosofia marxista surge da constatação posta em *A Ideologia Alemã* de que os homens, antes de se preocuparem com a elaboração dos elementos culturais, devem ter como premissa a sua subsistência material. Em outras palavras, antes de se inquietar com ritos sociais como o casamento, por exemplo, a humanidade busca ter garantido alimento, abrigo e segurança.

Em relação aos alemães, que se consideram isentos de pressupostos, devemos começar por constar o primeiro pressuposto de toda existência humana e também portando de toda história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas a mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que, ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente, para manterem os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33)

O trabalho é a mediação do homem com a natureza e desta mediação a humanidade transforma o mundo e é transformado por este. No processo dialético entre homem e o meio natural o homem transforma o seu ambiente e é igualmente transformado. O mundo natural deixa de ser mundo natural, o impacto da ação humana introduziu um componente antrópico em todos os ecossistemas naturais. Da mudança na temperatura média global e das alterações na composição química da atmosfera, passando pela reorganização de amplas áreas agrícolas e extinção de espécies, pouca ou nenhuma paisagem natural ficou incólume da ação humana.

Com este ato de intervenção buscando satisfazer suas necessidades básicas o homem cria novas necessidades, tornando o próprio conceito de necessidade uma variável móvel que se modifica com a elevação da produtividade do trabalho, conforme exposto por Marx, “O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

O ambiente em nossa volta é modificado e nossas necessidades socialmente construídas pela ação do trabalho humano. Modificando o mundo e a sociedade o trabalho modificou igualmente o próprio homem. Conforme Engels (2004, p. 15), o trabalho humano teve papel primordial, via uso de ferramentas manuais, na transformação da mão dos macacos

e na assunção da posição ereta. A capacidade de se autotransformar fisicamente no processo de domínio da natureza visando suas necessidades levou o próprio homem a se remodelar. No que nos animais foi um ato fortuito, a evolução pela seleção natural, nos homens foi premeditado e deliberado. O homem natural há tempo deixou o estágio da natureza e, desde seus primórdios nas savanas africanas, deve ser entendido como um produto da sua própria construção social.

A própria denominação sociedade dos caçadores-coletores indica um modo de produção, uma forma de organização socioeconômica associada a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Esta sociedade primitiva cronologicamente já era baseada na especialização do trabalho, pois determinado setor social desta se ocupava da caça e outra na coleta de frutas, raízes e grãos. De igual forma, as modernas sociedades capitalistas devem sua existência e sucesso ao aumento da produtividade do trabalho oriunda da especialização.

A divisão social do trabalho, gerada pela especialização, se traduz em uma lei econômica que perpassa todas as fases de evolução humana ao permitir que cada indivíduo ao realizar uma tarefa multiplique sua capacidade de trabalho. O exemplo clássico utilizado por Adam Smith, na obra *A Riqueza das Nações* (1988), é significativo.

Tomemos, pois, um exemplo, tirado de um a manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho muitas vezes tem sido notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em uma indústria específica) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial.

Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requer mais 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas são executadas por pessoas diferentes, ao passo que, em outras, o mesmo operário às vezes executa 2 ou 3 delas (SMITH, 1988, p. 54).

Sendo o trabalho a principal força modeladora da sociedade, intimamente ligada à natureza humana, gera as leis primordiais do desenvolvimento social. A partir desta noção Marx e Engels formula a ideia de que cada sociedade teve seu edifício social assentado em



determinado modo de produção. As formas ideológicas, políticas, culturais e jurídicas são fruto, em cada época, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Há um equívoco muito comum ao se analisar o marxismo clássico que é o afirmar que será o mercado a força trans-histórica que ordena as formas culturais dos diversos modos de produção. Como explicitado acima, é o trabalho e não o mercado que forma as principais linhas de sustentação das formações sociais. O mercado surge com a divisão do trabalho e consequente aumento da produtividade. Incipiente nas sociedades antigas, carentes na produção de excedentes econômicos, não poderia, de forma alguma, ser considerado primordial no âmbito das relações sociais. É no capitalismo industrial, abastecido pela abundância de mercadorias, que o mercado será relevante no âmbito social.

#### 1.1.4 O determinante de última instância: a base material

Se há um texto de Marx que resume seu método, com certeza seria o famoso “Prefácio” à *Contribuição à crítica da economia política* (1859).

O primeiro trabalho, empreendido para resolver as dúvidas que me assaltavam, foi uma revisão crítica da filosofia do direito que Hegel, um trabalho cuja introdução apareceu nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* publicados em Paris em 1844. A minha investigação desembocou no resultado de que relações jurídicas, tal como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas enraizam-se, isso sim, nas relações materiais da vida, cuja totalidade Hegel, na esteira dos ingleses e franceses do século XVIII, resume sob o nome de "sociedade civil", e de que a anatomia da sociedade civil se teria de procurar, porém, na economia política. A investigação desta última, que comecei em Paris, continuei em Bruxelas, para onde me mudara em consequência duma ordem de expulsão do Sr. Guizot. O resultado geral que se me ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado assim sucintamente: na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, [1980], p. 301).

Marx entende por forças produtivas o conjunto formado pela força de trabalho e meios de produção. Os meios de produção seriam os instrumentos de trabalho e os objetos de trabalho. Os meios de trabalho incluem os instrumentos de produção: instalações prediais



(fábricas, armazéns, silos etc.), infraestrutura (abastecimento de água, fornecimento de energia, transportes, telecomunicações, etc.), máquinas, ferramentas, etc. Os objetos de trabalho são os elementos sobre os quais é aplicado o trabalho humano: recursos naturais (terra, matérias-primas). Cabe aqui salientar que é a força de trabalho e não o trabalho que devem ser consideradas forças produtivas. Conforme Shaw (1979, p. 12-13), “a força de trabalho é a capacidade para o trabalho, e o trabalho, por sua vez, é a manifestação desta força”. Ainda, segundo Shaw, (1979, p. 12-13), a importância que o materialismo histórico dá ao desenvolvimento das forças produtivas no contexto de mudança social deve incluir o entendimento que a força de trabalho, na sua capacidade de “acumulação de perícia”, que fornece a continuidade histórica e o fundamento do desenvolvimento da capacidade produtiva nos vários estágios de desenvolvimento econômico.

As relações de produção são as formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material. As relações de trabalho são relações materiais, técnicas, que governam o processo de trabalho em si, abstraindo de sua forma social e historicamente específica (Shaw, 1979, p. 32-33). Além destas relações com a natureza material, as relações de produção incluem as relações sociais que regulam o acesso dentro das quais opera o trabalho de forma prática. Ou seja, as relações de produção incluem as relações de propriedade.

Cabe questionar que se a base da sociedade é o modo de produção, composto por forças produtivas e relações de produção, não haveria uma contradição na afirmação de Marx, pois as relações de produção são sociais, ou seja, imateriais. Como poderia algo imaterial ser a base para a estrutura material? No livro *Miséria da Filosofia* (1946) já indicava que as forças produtivas é que tem o primado sobre as relações de produção.

Não será bastante dizer que o modo de produção, as relações nas quais as forças produtivas se desenvolvem nada têm de leis eternas, mas que correspondem a um desenvolvimento determinado dos homens e de suas forças produtivas, e que uma mudança sobrevinda nas forças produtivas dos homens determina necessariamente uma mudança nas suas relações de produção (MARX, 1985, p. 116)

Ou seja, a transformação das relações de produção só será possível com a transformação das forças produtivas, estando, desta forma, subordinada a esta. Claro, os conceitos marxistas deverem ser entendidos de forma dialética. As forças produtivas revolucionam as relações de produção e as novas relações de produção permitem a expansão ou retração das forças produtivas. As relações de trabalho assalariadas advindas da relação capitalista de produção permitiram que a produtividade do trabalho sofresse expansão

geométrica, que só se tornou possível com o ressurgimento das cidades, o aumento populacional, descobertas científicas e abertura de novas rotas de comércio a partir do final da Idade Média<sup>4</sup>.

## 1.2 O ESTADO COMO APARELHO DA BURGUESIA E O BONAPARTISMO

À primeira vista Marx e Engels conceituam o Estado de forma clara e direta no famoso *Manifesto Comunista* de 1848: “O Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Nesta abordagem o Estado seria o Estado dos capitalistas, um instrumento nas mãos de uma classe social para ser utilizado conforme seus interesses. Conceituação adequada para com os objetivos do texto, a agitação política, mas insuficiente como explicação básica do *modus operandi* do Estado capitalista e de suas diversas configurações e composição. Não é crível que os autores nesta época não estivessem perfeitamente cientes de que a transição dos regimes feudais para as modernas sociedades capitalistas não foi linear, mas, na maioria dos casos, um processo de composição, avanços e recuos da burguesia com as demais classes sociais, especialmente os elementos do antigo regime; reproduzindo-se no Estado uma arena de luta e de conflitos, distante da homogeneidade burguesa como descrito no *Manifesto Comunista*.

Em obras posteriores, como *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e *A guerra civil na França*, Marx e Engels avançam nas análises e formulam o conceito de bonapartismo, com o qual pretendem descrever a situação que a dinâmica do antagonismo de social exige a instauração de um tutor que atue acima dos interesses imediatos das classes em conflito, assim sintetizado por Engels:

há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; de igual maneira, o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles (ENGELS, [1980], p. 137).

No entanto, há divergência entre o termo “momentâneo”, curto período de independência em relação às classes em conflito, e a afirmação de Engels que este equilíbrio instável foi a tônica da monarquia absoluta durante dos séculos XVII e XVIII. Dois séculos de duração não parecem condizer com a ideia de curto prazo. A descrição da conjuntura social na França sob o bonapartismo realizada por Marx não aponta nenhuma forma de “equilíbrio de forças sociais”, pois a classe operária foi derrotada na Comuna de Paris (1848), surgindo na cena política a pequena burguesia e os camponeses e, também quanto a estes, “não se pode falar em um equilíbrio entre estas forças” com a burguesia. (POULANTZAS, 1977, p. 256).

Uma análise mais acurada do texto de Marx aponta que a derrocada do regime feudal e o surgimento do moderno poder estatal gesta-se sob o signo da transferência dos privilégios dos senhores feudais e das cidades para o Estado, criando a “unificação civil da nação”. A centralização da máquina estatal retira da sociedade os bens comuns, como edifício da escola, pontes, a propriedade comunal e as transformam em “objeto da atividade do governo”. É uma longa trajetória de consolidação do Estado moderno, iniciando nas Monarquias absolutistas, passando pelas Revoluções Burguesas e o período napoleônico, e se cristalizando, para Marx, no governo de Napoleão III, quando o “Estado parece tornar-se autônomo” (MARX, 1852, p. 170-172).

Se não é o equilíbrio de forças a principal causa, qual seria explicação da autonomia relativa do Estado capitalista? No regime feudal, onde o servo camponês não foi alijado da sua posse dos meios de produção, deveria haver “razões extra-econômicas” para obrigá-lo a trabalhar gratuitamente nas terras e propriedades do senhor feudal (corveia). Ou seja, “a relação política entre o senhor e servo é uma parte essencial da relação de apropriação”. No modo de produção feudal, a instância ideológica, a religião, é preponderante na formação social<sup>5</sup>, assim como foi a política no período da República na Roma antiga. Pelo contrário, no modo de produção capitalista a separação do trabalhador dos meios de produção e do produto do seu trabalho, a mercadoria, gera um modo de produção em que o trabalhador tem como única fonte de sustento sua própria força de trabalho. Esta coação ao trabalhador, possuir apenas sua força de trabalho, que se expressa de forma mais marcante no capitalismo, permite que o Estado esteja livre de interferir diretamente nas relações de produção, resultando em uma relativa autonomia do Estado e da sociedade civil (Igreja, escolas, imprensa, sindicatos) em relação à base econômica, o que não acontecia na Idade Média e no período Romano. Ou seja, o Estado não é simples instrumento para acumulação de capital na mão das classes dominantes (POULANTZAS, 1977, p. 29-32).<sup>6</sup>

A separação do trabalhador dos meios de produção retira a personalidade econômica das relações sociais, camuflando-as por relações jurídicas. As classes sociais aparecem nas superestruturas do Estado como sujeitos jurídicos, atomizando-os como “indivíduos pessoas-políticas”. A relação de trabalho e a posse dos meios de produção assumem a característica ideológica de uma relação formal de contrato de trabalho e da propriedade jurídica dos meios de produção. Ocultando sua característica “política de classe”, o Estado via aparelhos ideológicos e jurídicos apresenta-se como “encarnação da vontade popular”, representando todos os indivíduos sob o signo da nação (POULANTZAS, 1977, p. 121-122)

O Estado capitalista, que não se encontra em relação direta com os interesses econômicos das classes dominantes, na medida em que a luta econômica se encontra ausente das suas instituições, na medida em que os agentes da produção distribuídos em classes aí se encontram presentes sob a forma de "povo-cidadão", encontra-se em relação com os seus interesses propriamente políticos, sendo relativamente autônomo dessas classes (POULANTZAS, 1977, p. 278)

Ao distanciamento do Estado das relações econômicas e construção de um conjunto de aparelhos ideológicos e jurídicos, que geram no modo de produção capitalista uma autonomia relativa do Estado, vem somar-se a dificuldade da burguesia, via seus partidos políticos, em produzir uma hegemonia que domine de forma exclusiva o aparelho do Estado.

A dificuldade que a classe dominante tem de atuar politicamente de forma coesa origina-se das próprias leis econômicas que regem o modo de produção capitalista, que é fundado no princípio da concorrência. A história da organização da empresa capitalista pode ser escrita como a história da tentativa de limitar a concorrência entre empresas via controle das várias etapas da cadeia produtiva, dos fornecedores de matérias primas aos varejistas, ou dos próprios concorrentes, através de oligopólios e monopólios. Este fracionamento é acentuado ainda pelo fato de que a classe burguesa é fracionada em diversos setores - setor financeiro, agrícola, industrial, comercial, exportador, multinacional - que podem atuar até de forma antagônica, como a burguesia financeira e os produtores rurais. Esta divisão e antagonismo se expressa na formação de fissuras no projeto hegemônico burguês.

Outro fator que soma óbices à exclusiva dominação burguesa do aparelho do Estado é a existência da luta de classes: a oposição que a pequena burguesia e a classe operária mantêm contra a soberania burguesa; e a existência do sufrágio universal, que possibilitou a organização política formal das classes subalternas. Cabe aqui realizar a mesma pergunta posta por Poulantzas, 1977: “Qual é, neste contexto, o papel que cabe ao Estado capitalista de classe?” Pelas dificuldades expostas, de que a burguesia assuma diretamente o papel político dirigente da nação, o Estado deve arcar com a “função de hegemonia política que aquela não pode preencher”. Ou seja, o Estado no modo de produção capitalista será o organizador das aspirações da classe dominante, não um mero “um instrumento” na mão de determinada fração de classe. As “variações” e “modalidades” que esta autonomia pode assumir dependem, e agora será possível falar em equilíbrio de forças sociais, da eficácia de luta política das classes sociais; lutas estas limitadas pelo jogo institucional (POULANTZAS, 1977, p. 275-285).

Se não podemos falar em dominação exclusiva do Estado pela classe burguesa, mas consideramos que a acepção mais correta será o termo preponderância, cumpre detalhar como se dá a primazia da classe burguesa no aparelho Estatal, visto que não é possível falar em uma burguesia homogênea com interesses iguais. Poulantzas (1977, p. 233-234) adota o conceito de bloco no poder para situar a coalização de frações burguesas no poder: “constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica”.

Desde o final do governo Sarney (1985-1990), a economia brasileira, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington, entra na fase que se nomeou como neoliberal, em oposição ao período desenvolvimentista iniciado nos anos 30. Sentindo os reflexos da crise nos países centrais, ocasionados por problemas estruturais de superprodução e queda na taxa de lucro (BRENNER, 2006). A crise foi enfrentada com corte de direitos sociais, liberação financeira, privatizações e recessão econômica que eliminou as empresas deficientes e comprimiu salários. Os resultados foram a desindustrialização, esmagamento da classe trabalhadora, precarização e desregulamentação do mercado de trabalho, hipertrofia do setor terciário e especulação financeira desenfreada. A receita foi adotada pela classe dominante brasileira e, seguindo a tradição de dependência que sempre esteve presa, implementada como projeto de governo por Fernando Collor (1990-1992), FHC (1995-2002) e Michel Temer (2016-hoje). Claramente algumas frações da burguesia brasileira foram beneficiadas com as políticas neoliberais, saindo-se fortalecidas na composição do bloco de poder no Estado brasileiro. Uma “nova burguesia de serviços”, na esteira da expansão do setor terciário e recuo do Estado no setor de serviços essenciais. As empresas públicas e setores privatizados foram abocanhados por menos de 100 grandes grupos econômicos, industriais e financeiros, nacionais e estrangeiras, muitas vezes financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Bndes). Tal processo alijou setores médios da burguesia, que não participam do processo de desmanche do Estado e reduziu a importante camada da burocracia estatal, os altos dirigentes das empresas estatais (BOITO, 2007). Outro setor favorecido foi a da nova burguesia comercial. Aproveitando a liberalização comercial, que reduziu os impostos sobre uma ampla gama de produtos importados e permitiu a importação de mercadorias antes proibidas, esta nova fração da burguesia foi fator chave na desindustrialização, desnacionalização e no reforço do modelo agroexportador da economia brasileira. Muitos oriundos do setor industrial, preferiram vender seus ativos ao capital internacional e passaram a importar e revender mercadorias, a maioria da China e sudeste asiático.

A financeirização da economia brasileira a partir dos anos 90, com a consequente preponderância da burguesia rentista sobre o aparelho do Estado, remetem cerne da mecânica do modo de produção capitalista e suas crises mundiais periódicas. A superprodução e queda da taxa de lucros eliminam as oportunidades de investimento no setor industrial. A superprodução é efeito direto do aumento de produtividade do trabalho. Por exemplo, apenas da uma indústria do setor automotivo poderia suprir todo o mercado mundial mercado de automóveis de passeio. Era suportável quando empresas americanas e algumas menores europeias supriam a demanda. Com o surgimento de novas e gigantescas indústrias no Japão, Coréia e agora na China, a oferta cresceu muito mais do que a demanda. Preços caíram e não há espaço mais para ampliações de capacidade produtiva, capitais não têm oportunidade de investimento. Assim, a busca o caminho lógico da necessidade de valorização são as finanças. As desregulamentações do setor financeiro pelo governo Reagan, eliminando as barreiras criadas pelo governo Roosevelt, na esteira da grande crise de 1929, abriu as portas da verdadeira ciranda financeira que ocorre a nível mundial.

Assim, vertiginoso crescimento da especulação financeira global, aumento da produtividade, arroxo salarial, desregulamentação, abertura comercial e as privatizações alavancaram a fração da burguesia brasileira ao topo do bloco de poder. Mesmo empresas industriais têm como importante parcela do seu lucro as aplicações no mercado financeiro, principalmente títulos da dívida pública. Também amplas parcelas da classe média tradicional tem no mercado de aplicações financeira parte preponderante de suas rendas. Isto explica como um setor parasitário como o financeiro, aparentemente prejudicial a todos os demais setores da população, é o sócio maior da “empresa” Estado brasileiro; e como a taxa de juros real no Brasil continua sendo umas das maiores do mundo, absorvendo a maior parcela dos recursos públicos.

### 1.3 O EFEITO PERTINENTE: CAPITALISMO DEPENDENTE E ESTADO PATRIMONIALISTA NO BRASIL

A emergência de tais ritmos ou veleidades tecnocráticas opera, no campo internacional, para enfraquecer a força de atração do ímã do capitalismo liberal, acelerando a convicção dos caminhos próprios de desenvolvimento, excêntricos ao modelo clássico, que reduz os tipos universais divergentes a estágios de um padrão único (FAORO, 2001, p. 879).

O particularismo da nossa história, aquilo que nos diferencia das demais nações, é a capacidade de adaptar todos os impulsos externos em uma feição que nos é própria e adequada aos objetivos da classe dominante. Do período Colonial até a época atual os extratos que detêm o poder, desinteressados ou incapazes de romperem com tais impulsos, deixam a marca de uma sociedade que se moderniza sempre pela metade. Nossa Independência rompe com o estatuto colonial, mas reforça nossa dependência da Inglaterra; o liberalismo do período Imperial mera fachada para uma sociedade exclusivista e concentradora de renda. A reforma do Estado no Brasil, com base no Consenso de Washington, ou qualquer outro tipo de ação que atinja estruturas e hábitos sociais profundamente enraizados na sociedade, irá encontrar obstáculos e dificuldades que apontam para o peso que o passado de nossa formação colonial exerce sobre a o presente. A gênese do Estado brasileiro desde suas origens no passado medieval português, passando pelo período colonial, Independência, República e regime Vargas não sofreu rupturas significativas; os extratos dominantes mantêm firme a rédea sobre o Estado que, lançando tentáculos sobre toda a sociedade, protege quem é acolhido em seu seio e subordina ou marginaliza quem está fora da rede de proteção estatal.

O Estado patrimonialista no Brasil, pela extensão e força como condiciona as demais estruturas sociais, tem a especificidade de permitir à fração ou frações da classe dominante que manipulam suas instituições arregimentar apoio político que ultrapassa a capacidade de construção da hegemonia que existe nos países liberais burgueses. Aqui as instituições da sociedade civil perdem o vigor sob o poder estatal, acarretando um efeito pertinente de que a sobrevivência social depende de suas boas relações com o chefe do executivo. Seja burguês ou pequeno burguês, político, intelectual e burocrata, relacionar-se de forma privada com o setor público é condição *sine qua non* para efetivo êxito na *terra brasilis*.

Foge ao objeto deste trabalho analisar as soluções para o problema do patrimonialismo no Estado brasileiro. Nossa intenção é analisar e procurar explicar como age a amostra observada dos políticos profissionais brasileiros. Adotaremos como hipótese que a corrupção e o nepotismo têm causa histórico-estrutural, e que para ser explicado e solucionado deve



levar em conta as origens históricas e sociais do Estado brasileiro. Ou seja, que o problema é muito amplo e profundo e vai muito além de soluções do tipo weberianas, como a construção de uma burocracia profissional<sup>7</sup>.

### 1.3.1 A formação do Estado patrimonialista português

“A Península Ibérica formou, plasmou e constituiu a sociedade sob o império da guerra” (Faoro, 2001, p. 13).

A singular história portuguesa, sulcada interiormente com a marcha da supremacia do rei, fixou o leito e a moldura das relações políticas, das relações entre o rei e os súditos. Ao príncipe, afirma-o prematuramente um documento de 1098, incumbe reinar (regnare), ao tempo que os senhores, sem a auréola feudal, apenas exercem o dominam, assenhoreando a terra sem governá-la. Ainda uma vez a guerra, a conquista e o alargamento do território que ela gerou, constitui a base real, física e tangível, sobre que assenta o poder da Coroa (FAORO, 2001, p. 14).

A história da constituição do reino de Portugal durante os séculos XI ao XIII é o da luta contínua contra os espanhóis e mouros. A precoce centralização do poder político na mão de um rei, com os amplos poderes que passou a deter sobre os demais setores da sociedade portuguesa, é explicada pelo lento processo de reconquista do território e expulsão dos sarracenos da península ibérica. A partir do ano 711, mulçumanos oriundos da África do Norte cruzaram o estreito de Gibraltar e se dirigiram vagarosamente para norte, até a região das Astúrias, onde foram detidos pelo último reduto visigodo. A partir deste núcleo de resistência deu-se início ao longo processo de retomada das regiões ocupadas.

A reconquista militar de novas terras representou para o soberano português, numa época que a fonte primordial de renda era a terra, uma contínua expansão do poder de coerção estatal. O patrimônio da coroa sobrepujava amplamente as posses da nobreza e do clero e, no séc. XIV, era três vezes maior que o da nobreza (FAORO, 2001, p. 15). Maior proprietário do reino e chefe militar incontestado; a vida política, economia e militar do reino irão gravitar nos séculos seguintes em torno do soberano, eclipsando as demais frações e camadas sociais em prol do poder real. O feudalismo clássico, baseado no paradigma francês, passou ao largo de Portugal. A concentração do capital fundiário na mão da coroa portuguesa impediu o surgimento de uma nobreza latifundiária, que ao menor sinal de fraqueza do rei se lançava em aventuras militares contra o soberano. Da mesma sorte o clero se mostrava submisso ao poder real, pois deveria se reportar primeiro ao monarca e este diretamente ao Papa.

A concessão de domínios territoriais aos nobres não lhes outorgava direito de exercerem funções públicas; as funções fiscais e judiciais eram prerrogativas de funcionários nomeados pelo poder real. As obrigações feudais de vassalagem dos nobres de participaram das guerras reais eram obtidas mediante pagamento (FAORO, 2001, p. 16-19). Tais características afastam a configuração social do feudalismo e indicam que o patrimonialismo representava melhor a estrutural estatal portuguesa.

Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio — o reino tem um dominus, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua. O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prendem os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Mais um passo, e a categoria dos auxiliares do príncipe comporá uma nobreza própria, ao lado e, muitas vezes, superior à nobreza territorial. Outro passo ainda e os legistas, doutores e letrados, conservando os fumos aristocráticos, serão sepultados na vala comum dos funcionários, onde a vontade do soberano os ressuscita para as grandezas ou lhes vota o esquecimento aniquilador (FAORO, 2001, p. 36).

### 1.3.2 Capitalismo comercial e dependência

A acumulação de capital induz a urbanização, pois é nas cidades que o comércio, o armazenamento, o setor bancário e industrial se localizam. Populações dispersas e voltadas para a agricultura não são base estável para formação de modernos Estados nacionais. O Desenvolvimento das forças produtivas cria a necessidade de coerção na forma de aparelhos repressivos (forças armadas e policiais, poder judiciário) que detém o poder legal de aplicar a violência. Forças produtivas e a concentração da coerção caminharam juntas, produzindo os modernos Estados (TILLY, 1996. p. 67).

Diferentes combinações de capital e coerção dão origem a diferentes tipos de Estados. No caso da Rússia, país agrícola e pouco urbanizado, a eliminação de senhores rurais independentes e a brutal repressão aos camponeses permitiu que os czares centralizassem o poder político e os recursos, viabilizando a formação do Estado nacional. Neste caso, a ausência de capital foi suprida pelo amplo contingente populacional e pela abundância de recursos naturais como formas de financiamento do poder estatal (TILLY, 1996, p. 209-213) O Estado inglês foi uma síntese do modelo russo e veneziano, com intensa utilização de coerção e capital. A redução do poder do rei frente aos setores dinâmicos, da nascente burguesia e dos proprietários rurais, foi compensada pelos imensos recursos posto a

disposição do tesouro real no processo de acumulação primitiva de capital. O cercamento dos campos para produção de lã, a exploração das colônias ultramarinas através de saques, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis permitiu ao Estado inglês enfrentar as potências concorrentes, Holanda e França, e criar uma poderosa armada esteio do subsequente imperialismo inglês (TILLY, 1996, p. 233). Caso diverso foi o das repúblicas italianas, com limitado contingente populacional e abundância de capital, uma vez que só poderiam manter amplos sistemas coercitivos à custa de dispendiosos gastos com mercenários. As forças militares pressionavam os lucros para baixo e abalavam as finanças do Estado, o que deu ensejo ao processo de transferência dos custos de manutenção dos aparatos repressivos aos estados territorialistas ibéricos.

No caso de Gênova, o domínio das rotas comerciais com a China e o controle das suas saídas no mar Negro foi abalado pela expansão do império Otomano. Combinado a isto, a crescente competição com as demais cidades-estados italianas levou as burguesia genovesa a buscar novas oportunidades de valorização do capital antes investido no comércio. Os banqueiros mercantis genoveses aproveitaram a oportunidade surgida com a derrocada dos financistas de Barcelona no craque de 1380, assumindo o papel de principais financiadores do Estado espanhol. O posterior controle do comércio de Castela, primeiramente se infiltrando no comércio de exportação de lã e posteriormente controlando os portos meridionais da Espanha, lançou as bases para que Gênova dominasse o lucrativo comércio entre Sevilha e o império colonial espanhol (ARRIGHI, 2012, p. 117-119). Foi na península ibérica que os genoveses encontraram o que era mais necessário para dar continuidade à lógica de acumulação de capital comercial: sócios produtores de proteção.

os governantes territorialistas dos emergentes Portugal e Espanha logo se mostraram adequados a essa finalidade, graças à combinação de fanatismo religioso e espírito político de iniciativa que os fazia assemelhar-se de perto aos aristocratas genoveses de épocas anteriores, transformados em comerciantes. O mais famoso dos precursores e inspiradores dos “descobrimentos” europeus, o príncipe português Henrique, o Navegador, era uma figura solidamente medieval [...], [obcecado] com a ideia de Cruzada (Parry, 1981, p. 35-36). E a mais bem sucedida empresária dos “descobrimentos”, a rainha Isabel de Castela, foi líder de uma cruzada, que almejava expandir os domínios territoriais do poderio cristão e castelhano. (ARRIGHI, 2012, p. 121)

O relacionamento entre os governantes territorialistas ibéricos com a burguesia genovesa se desenvolveu, passando do comércio para as altas finanças. Os genoveses permitiam aos reis das Espanha obter de forma contínuos recursos, não dependendo do intermitente fluxo de prata oriundo das colônias americanas. A agressividade e amplitude

geográfica das políticas belicosas de Felipe II só se tornaram viáveis pelas mãos dos banqueiros genoveses; e quando o império espanhol se viu sobrepujado pelo vigoroso crescimento da república holandesa e os ataques da França e Inglaterra, a decadência da Espanha foi também decadência de Gênova (ARRIGHI, 2012, p. 129).

O sistema econômico estava enfeixado na mão do príncipe. O capitalismo comercial em Portugal será obra do rei e para seu usufruto. As grandes navegações e a empresa colonial não terão como agente dominante uma nascente burguesia comercial, mas ficará nas mãos de funcionários da corte e de agentes munidos de concessões régias. Não há livre empresa e “self-made man”, um estamento ávido de rendas e sinecuras ocupará as principais posições na empresa colonial e sufocará qualquer possibilidade dos capitais acumulados se dirigirem para empresa industrial (FAORO, 2001, p. 77). O setor dinâmico estará fora do território português, para onde serão drenados os lucros oriundos do comércio. Genoveses, holandeses e britânicos, em sucessivas fases históricas, formaram o verdadeiro setor dinâmico da economia ibérica, financiando a empresa ultramarina, o transporte marítimo e a intermediação das mercadorias coloniais.

### 1.3.3 O Estado patrimonialista em Portugal

A peculiaridade histórica da península ibérica, com sua centralização precoce na mão de um monarca absolutista, vai ditar uma ordenação política que Raymundo Faoro irá caracterizar como patrimonialista. O Estado cuja função e benefícios serão posse do rei e do seu quadro de funcionários, oriundos principalmente da nobreza e do clero, uma burocracia estamental, tornarão privada a coisa pública e moldarão a dinâmica social e econômica na nação portuguesa. Não havia atividade política, econômica e religiosa que não devesse ter o beneplácito do poder real.

A formação da nação portuguesa destoou dos demais países e antecipa a centralização monárquica que só irá amadurecer dois séculos depois na Europa ocidental. O modelo clássico de sociedade feudal é aquele no qual o país está dividido em feudos, pequenos reinos, dirigidos por uma nobreza ligada ao rei por fracos vínculos de vassalagem. Na península ibérica tal modelo nunca existiu, o longo processo de unificação nacional, construído na guerra contra mouros e espanhóis, durante os séculos XI ao XIII, levaram aos domínios do rei amplas extensões de terras, superior ao do clero e nobreza, da qual fluíam rendas para

sustentar uma ampla rede de benesses, cargos, sinecuras. O rei era o chefe político e militar, os exércitos particulares dos barões, duques e condes, característicos do feudalismo clássico não ocorreram em Portugal. Dispondo de capitais próprios ou fundos de financiamento via empréstimos internacionais, o monarca português estava bem aparelhado, em comparação aos demais estados Europeus, a se lançar na aventura marítima que foram as grandes navegações.

O ciclo de navegações e descobrimentos irá colocar a península Ibérica na vanguarda das nações mercantilistas. A empresa comercial ultramarina, como obra do poder real, não irá consolidar uma burguesia dinâmica que se lance no caminho do industrialismo. O comércio de especiarias e, sucessivamente, colonial estando firmemente ancorados na mão do soberano e seu séquito de funcionários, apenas reforçara os laços de dependência que a classe comercial tem em relação ao soberano. A sociedade se estagna, dependente de ciclos econômicos - especiarias, cana de açúcar, ouro - cuja dinâmica estará sempre na mão dos países economicamente mais avançados. A história da metrópole portuguesa, como aponta Celso Furtado, no livro “Formação Econômica do Brasil” (2007), será de ser um entreposto comercial para os agentes italianos, holandeses e ingleses.

#### 1.3.4 A colônia como obra do Estado patrimonialista

A economia e a sociedade se amoldarão ao abstrato império das ordens régias — em lugar do ajustamento, em troca de concessões, o soberano corrigirá as distorções com a espada, a sentença e a punição. A América seria um reino a moldar, na forma dos padrões ultramarinos, não um mundo a criar. A inflexibilidade dos capitães da Índia será o modelo da dureza dos funcionários reinóis no Brasil, com a mão direita na espada e a outra no chapéu, pronto este para a zumbaia ao superior, dono, em Portugal, das masmorras e dos castigos (FAORO, 2001, p. 145).

O Estado patrimonialista desembarca no Brasil em conjunto com a empresa colonial no contexto do capitalismo comercial politicamente orientado. As feitorias e sesmarias, as primeiras povoações e vilas serão investidas do régio poder. O regime frouxo dos primeiros anos de colonização, a relativa autonomia das capitanias hereditárias, irá dar lugar à centralização administrativa do sistema de governo-geral. Através do governador geral chega ao Brasil o séquito de burocratas, fiscais fazendários, provedores-mor, agentes judiciários, os ouvidores. A atividade econômica da população colonial estará subordinada aos ditamos da metrópole; todo comércio, agricultura e navegação deverão pagar impostos e só poderão funcionar com a chancela do poder metropolitano. A própria evolução das câmaras

municipais, órgãos do poder nos municípios, esclarece como a relação metrópole-colônia se fazia no estrito termo da vigilância e do fiscalismo. A aparente autonomia político-administrativa das vilas esconde o fato que os agentes locais estavam em estrita consonância com administração central e tinham por função básica serem os braços do poder real na colônia. Já no séc. XVI se estiolou o poder municipal e a posterior escolha dos juízes pela metrópole só veio confirmar que as câmaras se tornaram meros instrumentos administrativos das capitanias.

As câmaras, compostas de juízes e vereadores eleitos, procuradores, tesoureiros e escrivães eram eleitos pelos homens-bons, eufemismo para tratar todo indivíduo que fosse nobre ou proprietário. Em outras palavras, o poder administrativo local alijará a maior parcela da população brasileira das decisões políticas. Para grande massa de homens pobres livres, pequenos agricultores e comerciantes, artesãos e, logicamente, a população escrava negra e os indígenas, o Estado será instrumento dos poderosos locais e, quando muito, instituição distante na qual as classes populares preferem manter prudente distância. A este quadro de rigidez político-administrativa se juntará o militar e o padre, todos, em última instância, agentes da organização colonial metropolitana (FAORO, 2001, cap. 6).

### 1.3.5 A sociogênese no Brasil

A empresa colonial na América não irá diferir do sistema adotado na exploração da África e Índias. A primeira riqueza passível de exploração em larga escala, o pau-brasil, será objeto de monopólio da coroa. Mediante concessão, o rei oferta aos comerciantes à exploração das riquezas coloniais e, sob estreita vigilância de uma burocracia governamental, mantém-se o rígido controle do aparato econômico. De uma relativa autonomia no primeiro meio século de existência, a progressiva expansão das atividades coloniais ensejou um crescimento e aperfeiçoamento do aparelho de controle estatal. O patrimonialismo, no ambiente do capitalismo comercial do séc. XVI e XVII, o *modus operandi* do colonizador europeu.

A questão primordial que se apresentava aos primeiros colonizadores era a de que a largas extensões de terras incultas não representavam por si qualquer tipo de riqueza imediata; apenas com intensos esforços a lavoura, o extrativismo vegetal e a mineração eram passíveis de produzirem qualquer tipo de rendimento. Em outras palavras, a chave para a exploração da

colônia era a existência de mão de obra. Quem controlasse e dispusesse de uma fonte renovável de braços teria sucesso na empresa ultramarina. A guerra contra os indígenas estava declarada.

Foi, portando, na base do terrorismo, feito aqui, na Índia e em África, que se impôs a paz cristã, que se sujeitou todo o gentio à lei dos colonos. Tirar o medo aos cristãos, senhorear o gentio pela guerra, amedrontá-lo com grandes ameaças, domá-los e metê-los no jogo e sujeição, tomar suas terras e roças e reparti-las pelos colonos. Ai está um quadro sumário dos contatos luso-indígenas do primeiro século, que ensopou nossa terra de sangue indígena, apesar dos esforços da catequese jesuíta, sempre mais lembrada e louvada porque é a história triunfante e oficial (RODRIGUES, 1982, p. 24).

Na fase inicial de colonização o tipo humano característico será o do português formado na longa tradição de luta contra os sarracenos na península ibérica. Uma mistura de fanático cruzado com o espírito de rapina do mercantilismo europeu trouxe para o novo mundo, antes que um verdadeiro colono, um guerreiro disposto a enriquecer de forma rápida e voltar à pátria mãe. “Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore” (HOLANDA, 1995, p.44). Contrapondo ao uma ética do trabalho, Holanda (1995) sustenta que foi antes ética da aventura, baseada na audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade e vagabundagem que caracterizou a índole dos primeiros exploradores e colonizadores. Concordando com Faoro (2001) em relação à camada estamental que se transplanta ao Brasil, Holanda (1995) observa que é “a ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições fáceis, tão notoriamente características da gente da nossa terra, não é uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?”. E é este mesmo espírito aventureiro que dará ao português as condições de adaptabilidade ao hostil ambiente dos trópicos. Sem trigo para o pão, adotou-se a farinha de mandioca; a rede, a canoa de casca e tronco de árvores, as queimadas para plantio da lavoura representam alguns dos costumes e hábitos indígenas que foram rapidamente assimilados pelo colonizador europeu (HOLANDA, 1995, p. 46/47).

Dominante nas épocas de guerras e lutas, o tipo humano violento não irá ser preponderante nas Américas, mas o conciliador e transigente que se tornará o paradigma da nascente sociedade brasileira a partir do séc. XVIII. O contato com as populações indígenas, muito superiores em número ao dos brancos europeus, e a migração forçada de trabalhadores negros escravos introduziu um elemento dissolvente na rigidez no espírito belicoso do português. A miscigenação racial fundindo raças e culturas, a criação de gado e as bandeiras produziram um acomodamento e uma tolerância racial que vincou profundamente a alma brasileira (RODRIGUES, 1982, p. 26/27).



Assim como Faoro (2001), Holanda (1995) considera que a emergência do estado lusitano patrimonialista foi de primordial importância para a formação da sociabilidade brasileira. No entanto, quando Faoro centra sua análise na preponderância do Estado na formação do tipo social brasileiro, Holanda irá considerar que serão as relações sociais familiares que formataram as instituições nacionais (ENDERLE e GUERRERO, s.d). Em todo caso, o resultado final será um traço marcante do código social brasileiro: a da dificuldade em separar o público e o privado. Quem pertencesse ao círculo familiar e de relações próximas, estaria protegido da impessoalidade ditadas pelas relações econômicas do capitalismo. A conciliação, a transigência, a cordialidade são as características que regem as condutas entre membros do mesmo círculo social, sintetizada no dito popular que “para os amigos tudo, para os inimigos a lei”.

#### 1.3.6 A burguesia sob o patrimonialismo

A sociedade colonial não esgota sua caracterização com o quadro administrativo e o estado-maior de domínio, o estamento. Esta minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos. Ela vive, mantém-se e se articula sobre uma estrutura de classes, que, ao tempo que influencia o estamento, dele recebe o influxo configurador, no campo político. O patrimonialismo, de onde brota a ordem estamental e burocrática, haure a seiva de uma especial contextura econômica, definida na expansão marítima e comercial de Portugal. A burguesia, limitada na sua vibração e vinculada nos seus propósitos ao rei, foi incapaz, incapaz secularmente, de se emancipar, tutelada de cima e do alto (FAORO, 2001, p. 242).

Faoro vislumbra uma continuidade entre a classe dos proprietários e comerciantes do período colonial com a da atual classe burguesa. Cerceada pelo estamento, o industrialismo nunca irá romper as camadas burocráticas e tomar o mando da nação. Pelo contrário, a burguesia estaria permanentemente atraída pelo estamento, renegando as dificuldades e perigos das flutuações econômicas e dos riscos da livre empresa; a classe burguesa irá procurar no Estado um guarda chuva que os proteja e uma instituição que os favoreça. A Revolução Burguesa clássica, que representou uma ruptura com os padrões feudais de dominação política, não ocorreu Brasil. A eclosão do processo de industrialização no século XX e o fortalecimento da burguesia e da classe operária também não tiveram o condão de representar uma ruptura no processo político de condução do Estado. Os extratos sociais oligárquicos oriundos Império foram reabsorvidos pelos setores burgueses em ascensão e continuaram a coparticipante do poder estatal. Mesmo o fortalecimento dos interesses urbanos



e industriais sobre os agrários-exportadores não permitiram que se desencadeasse uma verdadeira construção de um Estado nacional autônomo dos interesses particulares e do exclusivismo de classe. Governos nomeados como populistas e abertos ao nacionalismo foram considerados ameaças à hegemonia das diversas camadas e setores dominantes, como observou Fernandes (1975, p. 325) “As recentes origens patrimonialistas da burguesia brasileira, com seu agressivo particularismo e seu arrogante mandonismo conservador, impediam uma compreensão mais ampla e flexível do problema”.

### 1.3.7 A fração política sob o Patrimonialismo

A construção histórica do Leviatã brasileiro, o Estado patrimonialista, obra do colonialismo estatal português e do capitalismo comercial dos países hegemônicos, coloca nas mãos das diversas frações das classes sociais a possibilidade de utilizar um instrumento cooptação e dominação que ultrapassa os limites que os sistemas políticos liberais burgueses produziram na Europa Ocidental. Ao tornar a coisa pública um ente privado, o Estado no Brasil assume a feição de “efeito pertinente”, como posto por Poulantzas (1977), pois possibilita as classes e frações de classe dispor dos instrumentos econômicos, jurídicos, ideológicos e de repressão que os modernos Estados oferecem, mas sem as salvaguardas dos sistemas democráticos burgueses.

Abrangendo uma ampla teia de ministérios, departamentos, fundações, empresas estatais, e, principalmente, o orçamento da União, o Estado brasileiro assegurou um polo de atração que desestabiliza discursos ideológicos mais incisivos em prol de uma convivência mútua pacífica, nutrida com polpudas verbas do Estado. Direita e esquerda se diluem ante a chance de usufruírem das benesses que o poder pode fornecer. O próprio centro do espectro político no Brasil tomou a alcunha “centrão”, uma associação de político do Congresso Nacional que surgiu na Assembleia Constituinte de 1988, formado por um grupo suprapartidário de políticos de centro e direita, caracterizados pela prática “de negociar apoio em troca de cargos e benesses.<sup>8</sup>”. Não importando o espectro político do chefe do executivo federal, o “centrão” é uma característica de todos os governos pós regime militar brasileiro, do conservador Fernando Henrique Cardoso<sup>9</sup> ao progressista Lula<sup>10</sup>.

Nos períodos em que o executivo se alinha ao neoliberalismo, a posição do “centrão” é confortável, usufrui-se das sinecuras que o poder central fornece e as votações na câmara e no senado federal ocorrem sem maiores percalços, pois os projetos do executivo, em sua maioria, não destoam das posições ideológicas dos deputados e senadores “centristas”. Situação diversa quando o a concepção política do executivo conflita com o conservadorismo; nesta situação, como nos governos Lula e Dilma, a convivência e o apoio político do “centrão” só podem ser obtidos via compra; e, mesmo assim, como o desenrolar dos acontecimentos comprovou, de forma sempre vacilante.

## 1.4 ELITE VERSUS CLASSE SOCIAL

Nossa intenção neste capítulo é fornecer substrato teórico à análise da classe política, suas relações familiares, econômicas, ideológicas, a fundamentação do seu poder político, sua relação com o Estado, burocracia estatal e demais classes sociais. Justificamos tal procedimento tendo em vista que se torna corrente determinada prática de pesquisa em ciência política que se limita à coleta de dados biográficos, confecção de gráficos e tabelas. A fundamentação teórica que dá real concretude aos dados coletados é frequentemente pouco considerada, ou, também de forma costumas, lança-se mão da teoria das elites que, por suas restrições, não contribuem para real entendimento do *modus operandi* dos agentes políticos e demais camadas que subsistem no aparelho do Estado. Tal procedimento gera um tipo de empirismo ingênuo que se limita a comprovar o óbvio, tal como “a elite dominante no Paraná é composta de homens brancos com curso superior”. Em vista das limitações da teoria das elites, buscamos no marxismo os conceitos necessários para fundamentar de forma mais ampla as conexões da classe políticas com as demais forças e estruturas sociais.

A operacionalização do conceito de classe social desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels é plenamente funcional para o objetivo intelectual imediato para qual foi criado, qual seja, analisar e compreender os fundamentos básicos que movem as sociedades onde há apropriação dos frutos do trabalho por uma minoria. Dito de outra forma, o principal objeto de estudo dos fundadores do marxismo científico, na fase de maturidade, foi voltado à questão econômica e macro estrutural, como expressa na obra *O Capital*. Entretanto, quando o pesquisador se debruça sobre o jogo do poder político, os embates entre atores sociais, seus discursos, atos, alianças e projetos, fica evidente que o conceito de classe social é muito amplo e não funcional neste nível de abordagem. Claramente que os limites não são apenas de ordem funcional; o conceito de classe social no marxismo trás em seu bojo toda uma elaborada teia de críticas à sociedade capitalista e um projeto de superação via emancipação política da classe trabalhadora, o que é, ideologicamente, pouco confortável para muitos pesquisadores sociais<sup>11</sup>.

Dividimos este capítulo em três partes: na primeira, abordamos de forma sucinta os fundadores e principais teóricos elitistas, Pareto, Mosca e Michels; na segunda parte expomos as críticas marxistas à teoria das elites e na terceira a alternativa apresentadas por Gramsci e Poulantzas.

### 1.4.1 Teóricos das Elites

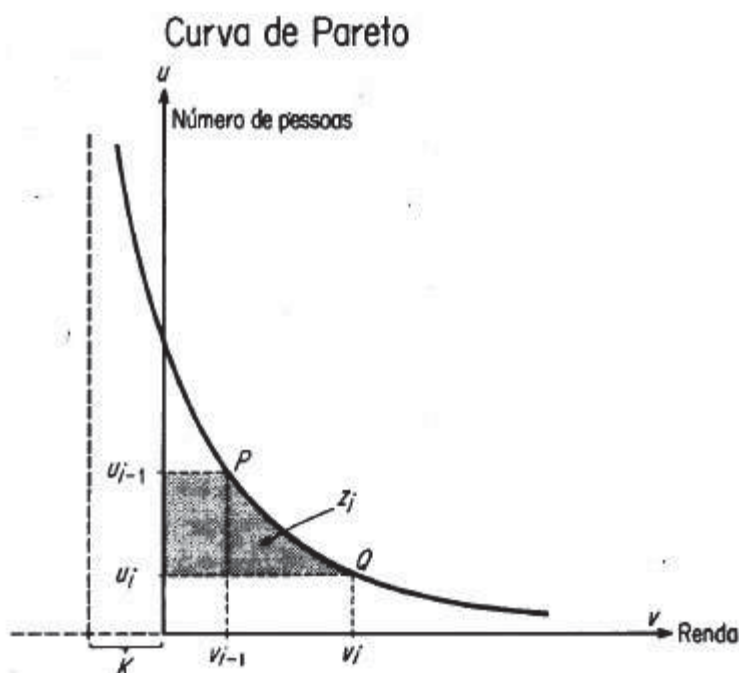
Por motivos práticos ou ideológicos, tornou-se predominante na ciência política o conceito de elite, na clássica definição de Gaetano Mosca na obra **Elementi di scienza politica**: (1896 citado por BOBBIO, 1998)

Entre as tendências e os fatos constantes que se acham em todos os organismos políticos, um existe cuja evidência pode ser a todos facilmente manifesta: em todas as sociedades, a começar por aquelas mais mediocrementemente desenvolvidas e que estão apenas chegadas aos primórdios da civilização, até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1988, p. 385).

Em resumo, podemos dizer que uma elite é uma minoria organizada, política ou econômica, que exerce o poder sobre uma massa excluída do processo decisório, através do consentimento ou da força. A maior vantagem deste conceito é, retirando os aspectos ideológicos, a facilidade de se adotar uma elite como objeto de estudo acadêmico. Recortando determinado grupo social, abstraindo sua história, reduzindo os aspectos narrativos, econômicos e de poder ao simples interesse pessoal, a teoria das elites simplifica as análises ao nível do empirismo ingênuo, acreditando que gráficos, tabelas e testes estatísticos são o sinônimo de verdade científica; e, não menos significativo, se adequou como uma luva à necessidade de se produzir academicamente em quantidade com brevidade.

Vilfredo Pareto (1848-1923), cientista político e economista italiano, definiu elite de duas formas: um conceito mais geral, que, em resumo, indica os indivíduos que se destacam em determinado setor social, por exemplo, um advogado; e outro, mais específico, conceitua elite como indivíduos que participam direta ou indiretamente do governo, de forma significativa. O outro estrato de indivíduos seria o da não elite, que, conseqüentemente, não governa. Segundo Hoffmann (1973, p. 9), os estudos de Pareto em Economia Política, resultando no livro *Cours d'économie politique* (1897), sustentam que, independente da época - Inglaterra, Prússia e Saxônia no século XIX, no Peru no século XVIII, na Basileia medieval, etc. - o padrão de distribuição de riqueza seguiria a seguinte curva:

Gráfico 01 – A curva de Pareto



Fonte: Hoffmann; Duarte, 1972, p. 49.

Posteriormente afirmou que as aptidões humanas, como música ou matemática, quando agrupadas, gerariam sempre o mesmo tipo de curva de distribuição. A partir destas observações concluiu que o nível de poder político de uma sociedade também iria seguir a curva de distribuição da riqueza material (BOTTOMORE, 1974, p. 5-6).

Qual seria, para Pareto, a origem da discrepância na distribuição das qualidades humanas? O autor sugere que a causa seria natural, baseada na desigual distribuição de capacidades da psique humana. Assim, a desigualdade social poderia ser explicada por fatores naturais e não sociais e que, conseqüentemente, não poderia ser eliminado por qualquer tipo de sistema político. Pareto considerou que a personalidade humana pode ser classificada em dois grandes grupos que nomeou de derivações: Classe I (astutos e conciliadores) e Classe II (violentos e intransigentes), ou seja, o esquema das raposas e leões já observado por Maquiavel. Estas classes alternar-se-iam no poder, no processo conceituado por Pareto de “circulação de elites”.

Para o funcionamento a contento de um governo deveria haver um equilíbrio entre os indivíduos da Classe I e Classe II. Como os indivíduos da Classe II, os leões, não são propensos a compromissos políticos, restaria aos governos a preponderância dos indivíduos

da Classe I, as raposas. O acúmulo de leões longe do poder explicaria as situações revolucionárias históricas, como a Revolução Russa e Francesa (MIGUEL, 2002).

Contemporâneo de Pareto, Caetano Mosca publicou, também em 1896, a citada obra *Elementi di scienza politica*. Similar em suas conclusões com as observações de Pareto, Mosca afirma que a sociedade se divide basicamente em duas classes: a minoria que governa e a maioria que é governada, nomeada de “massa”. O autor explica que a inevitabilidade de uma minoria organizada sempre dominar uma maioria desorganizada pode ser explicado pelo fato de que as minorias têm a tendência ou característica de se organizarem, tornando-se irresistíveis quando confrontada com os indivíduos isolados da maioria. (BOTTOMORE, 1974, p. 7-8). Exemplifica afirmando: “Cem, que agem sempre concertadamente e entendidos uns com os outros, triunfarão sobre mil, tomados um a um, e sem acordo entre si; e, ao mesmo tempo, será muito mais fácil aos primeiros agir concertadamente e entenderem-se, porque são cem e não mil” (MOSCA, 1896, p. 4). Outro fator que iria influenciar a preponderância política da minoria seria, segundo Mosca, o fato de que a elite possui algumas qualidades morais e materiais que lhes trazem superioridade em relação à maioria.

Na segunda edição de *Elementi di scienza politica* (1923), Mosca flexibiliza seu conceito de elite, considerando que nas modernas democracias as elites políticas, ao contrário do círculo fechado das elites aristocráticas, cujo poder é transmitido via herança, têm vantagens em receber influxo das forças populares; mas sempre mantendo uma atitude crítica em relação aos regimes parlamentares.

el régimen de discusión en el que vivimos; le debemos las principales libertades modernas: las de pensamiento, las de prensa y las de asociación. En la actualidad el régimen de libre discusión es el único que permite a la clase renovarse, manteniéndola dentro de ciertos límites y eliminándola casi automáticamente cuando ésta no corresponde ya a los intereses del país (CISNEROS, 1996, p. 7)

Robert Michels (1876-1936), sociólogo alemão radicado na Itália, em grandes linhas, segue os ensinamentos de Pareto e Mosca. Membro desiludido da ala radical do Partido Social-Democrata Alemão (PSD), desenvolve toda uma arenga contra o socialismo, a democracia e a passividade das massas. Seu raciocínio parte da ideia de que toda forma de organização social não pode dispensar um chefe ou chefes, contradizendo os princípios básicos da democracia – ou seja, democracia é uma utopia política. Tal fato seria observado empiricamente e explicado pela necessidade da organização política não poder prescindir de dirigentes profissionais. Os líderes surgem espontaneamente e com o passar do tempo se tornam “estáveis e inamovíveis” (MICHELS, 1982, p. 237). As necessidades de organização

de um partido político ou agremiação não podem renunciar a uma burocracia que trabalhe em tempo integral, criando a inevitabilidade da especialização em prol da eficiência, o que irá reforçar a segregação e segmentação do partido em diferentes hierarquias. Aqui se diferenciam Mosca e Michels, para o primeiro “a organização é um instrumento para a formação da minoria governante”, enquanto para o segundo “é a mesma organização que tem por consequência a formação de um grupo oligárquico” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1988, p. 386).

A oligarquização da vida política não se faz apenas via profissionalização dos militantes políticos, mas na própria natureza das massas. Michel considera que o povo é amorfo, incapaz de se autodirigir, perenemente guiados e imaturos. Os políticos profissionais surgem pela incapacidade do homem comum em não resolver os problemas sociais que lhe aflige, consequência da complexidade do cotidiano moderno e da divisão do trabalho (MICHELS, 1982, p. 240).

#### 1.4.2 Crítica à Teoria das Elites

Autores como Pareto, Mosca e Michels tinham como objetivo, cada qual com suas peculiaridades, elaborar uma alternativa teórica ao conceito marxista de classe social dominante estável e fechada; e criticar a possibilidade de construção de uma sociedade democrática que não fosse governada por minoria de políticos profissionais. Ou seja, pretendiam demonstrar que não há governo sem uma elite e que a democracia e o socialismo são uma utopia política. Além do viés ideológico claramente conservador, a teoria das elites ao criticar uma suposta rigidez determinista do marxismo, onde a infraestrutura econômica explicaria de forma simplista o funcionamento das superestruturas, não consegue superar sua própria rigidez teórica ao dividir a sociedade em governados e governantes (BOTTOMORE, 1974, p. 19-21). Claramente há nesta “lei de bronze” um viés de desqualificação da capacidade das massas conduzirem democraticamente seus próprios destinos, e, de forma dogmática, a ideia que as frações políticas exercem o poder sempre em benefício próprio e de forma espoliativa.

O suposto alicerce empírico das formulações teóricas de Pareto, a Curva de Pareto, foi contestado por estudos realizados no período de pós-guerra nos países ocidentais. A crescente organização política dos trabalhadores em sindicatos e partidos, a preponderância de governos

social democratas, comprometidos com *Welfare State*, demonstra que a distribuição de renda não pode ser explicada uni casualmente pelas capacidades psicológicas e naturais herdadas dos indivíduos (ALVAREZ, 1996, p. 25).

Comentando sobre a fundação da política como ciência, Antonio Gramsci foi enfático ao questionar as limitações do método de estudo dos partidos políticos, proposta por Robert Michels.

Será a suficiente acompanhar os congressos, as votações, etc., isto é, todo o conjunto de atividades e de modos de existir através dos quais uma departido manifesta a sua vontade? Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e setor mais avançado. Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; têm amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a historia de um partido significa exatamente descrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico (GRAMSCI, 1988, p. 24).

A lei de bronze das oligarquias, proposta do Michels, sustenta que toda organização política tende a ser dirigida por uma minoria mais capacitada, burocraticamente estruturada, e de que toda tentativa de democratização dos partidos e organizações de massa está fadada ao fracasso. O caráter de inevitabilidade histórica da lei de bronze, simplificando ao extremo a história social de um partido ou organização de massa, nivelando processos históricos distintos, como a Revolução Russa de 1917 e o surgimento dos partidos sociais-democratas na Europa Ocidental na segunda metade do século XX, denuncia o caráter superficial que pode assumir determinadas pesquisas embasadas na teoria das elites, e, segundo Gramsci, a do próprio Michels.

As ideias de Michels sobre partidos políticos são bastante confusas e esquemáticas, mas são interessantes como colheita de material bruto e de observações empíricas disparatadas. Os erros de fato também não são poucos (o Partido bolchevique teria nascido das ideias minoritárias de Blanqui e das concepções mais severas e mais diversificadas do movimento sindicalista francês, inspiradas em G. Sorel). A bibliografia dos trabalhos de Michels pode ser reconstruída a partir dos seus próprios textos, pois ele frequentemente cita a si mesmo. Uma observação interessante sobre o modo de trabalhar e de pensar de Michels: os seus escritos estão cheios de citações bibliográficas, em boa parte ociosas e confusas (GRAMSCI, 1988, p. 109).

Sobre as críticas de Michels sobre a impossibilidade da democracia nas organizações e partidos operários, que na sua fase de maturidade seriam dominados por uma oligarquia de funcionários e líderes profissionais, convém lembrar toda tradição leninista de organização



partidária. Um partido operário em uma sociedade burguesa que realmente almeje transformar a sociedade não pode deixar de construir uma organização centralizada, sob pena de se tornar apenas uma inócua voz da consciência burguesa. Ou seja, marxismo e a teoria das elites colocam que a política para ter um mínimo de eficácia necessita de uma minoria politicamente organizada<sup>12</sup>. Ocorre que os teóricos da elite acreditam que tal dominação sempre existiu e sempre existirá na história da humanidade, sendo algo natural, enquanto que para os marxistas o projeto político é de superação da sociedade de classes via elevação da consciência política das massas. Também divergem quanto ao fundamento que origina as elites; para os marxistas a causa primordial é econômica, a posse dos meios de produção, para a teoria das elites são as características de caráter psicológico e organizacionais. Outra divisão, como indica Saes (1994), é a concepção dos elitistas políticos de que não há uma vinculação entre elite e classe social, entre o poder econômico e o poder político; as oligarquias representariam apenas a si próprias e defenderiam apenas seus próprios interesses. Unicamente os que desconhecem os fundamentos do marxismo acreditam que existe uma vinculação rígida entre representação política e interesses imediatos da burguesia. Grupos políticos possuem *esprit de corps*, têm forte noção do que lhe traz benefícios e podem agir com autonomia relativa em relação às necessidades de acumulação do capital.

Mais fundamental é a concepção formalista dos teóricos da elite, com uma metodologia voltada para o modo como são tomadas as decisões, e não sobre o conteúdo das mesmas. (SAES, 1994, p. 7-9). Por exemplo, as pesquisas neste âmbito detalham biograficamente quem são os detentores do poder político, chegando a conclusões que, no mínimo, já são do conhecimento de todos; buscam classificações e tipologias que lembram alguns naturalistas do século XIX, preocupados apenas em classificar espécies, em contraposição com a ideia contemporânea de estudar as relações dos seres vivos com o meio em que vivem. Dentro dos parâmetros da teoria das elites a pesquisa abaixo citada estaria adequada; as elites representariam apenas a si mesmas, defenderiam apenas seus pontos de vista e da instituição que dirigem.

Este paper (sic) se encaixa na grande área da bibliografia sobre bancos centrais que analisam os seus dirigentes. Para isto foi analisado os diretores que ocuparam cargos destas instituições dentre os anos de 1995 a 2014, de FHC a Dilma. A análise foi de 39 indivíduos que circularam na instituição.

Podemos concluir que há um perfil dominante de diretores do Banco Central do Brasil, ou um “diretor-tipo”, que é, para o período estudado, o de homem, nascido no Rio de Janeiro, graduado nesta cidade e doutor em economia nos EUA.

Com um BCB já institucionalizado, estes perfis não são fortemente diferenciados por distintos governos, tendo o perfil geral permanecido em todos os governos estudados aqui (DANTAS, CODATO, PERISSINOTO, 2014, p. 13).

A mudança de perfil político de governo, neoliberal para centro esquerda, na transição FHC-Lula, é pouco relevante, sugerindo, mais uma vez, dentro dos parâmetros do elitismo político, que o BCB segue a lógica própria dos seus dirigentes. Tal proposição se ajusta com a realidade dos fatos? Em diversos períodos o BCB não teve que se ajustar às necessidades de incremento do crescimento econômico, baseadas nas premissas do desenvolvimentismo econômico dos governos Lula-Dilma, contrariando a lógica do capital rentista? Claramente tais conceitos, direita e esquerda, desenvolvimentismo e neoliberalismo, Estado e capital rentista fogem do universo teórico das elites e, portando, não são abordados.

#### 1.4.3 Alternativa marxista à Teoria das Elites: Gramsci e Poulantzas

Como já mencionado, o conceito de classe social elaborado por Marx e Engels é adequado para os fins a que foi proposto, sendo de baixa operacionalidade quando o objeto de estudo é a classe dominante em si mesma. Tal dificuldade foi enfrentada por Gramsci, com a elaboração do conceito de intelectual orgânico. O problema do Estado, a construção do cimento ideológico, o senso comum e a hegemonia<sup>13</sup> são todos perpassados pela análise do papel do intelectual na operacionalização ideológica, econômicas e política dos diferentes modos de produção. Reconstruiremos a análise gramsciana sobre o intelectual orgânico, salientando seus pontos de divergência com o conceito tradicional de elites.

Com base na análise do marxista italiano, o primeiro passo será abordar a diferença entre o conceito de intelectual orgânico e o conceito mais amplo de trabalho intelectual. Gramsci esclarece que toda atividade humana é atividade intelectual, e que todos os homens são intelectuais, mas apenas alguns deles exercem a função de intelectual orgânico.

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2001, p 18-19).

Mas o que especificamente viria ser o intelectual orgânico? E, estariam estes apartados das camadas e classes sociais, representando apenas a si mesmos, como defendem os teóricos das elites? Gramsci no vol. II dos Cadernos do Cárcere – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo – defende que a elite não é um grupo social separado das demais classes e camadas sociais.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc (GRAMSCI, 2001, p 15).

O conceito gramsciano de intelectual não se restringe aos formuladores diretos de ideologias, mas um amplo leque do que se poderia classificar de classe média, tais como técnicos, engenheiros, administradores, funcionários públicos e dirigentes de partidos.

Por intelectual, cabe entender não somente essas camadas sociais tradicionais chamadas intelectuais, mas em geral toda a massa social que exerce funções de organização em um sentido amplo: seja no plano da produção, da cultura ou da administração pública (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 15).

A função do intelectual orgânico é elaborar, através de práticas sociais e econômicas, as concepções de mundo que dão coerência filosófica, homogeneidade cultural e consistência histórica das concepções de mundo das diferentes classes e camadas sociais. O intelectual seria o responsável pela “conservação ou construção dos projetos hegemônicos de classe” (DURRIGUETTO, 2014, p 291). Mas estariam todas as camadas de intelectuais estritamente subordinados aos interesses da classe dominante e, no modo de produção capitalista, preocupadas fundamentalmente com a valorização do capital? Agiriam sempre os intelectuais como porta vozes de uma camada ou classe social? Não haveria espaço para os intelectuais agirem em proveito próprio? Em relação ao conceito de classe social e suas subdivisões, estaria tal conceito adstrito ao nível das relações econômicas: a burguesia como detentora dos meios de produção e a classe operária a força de trabalho? Marx realiza a diferenciação de “classe-em-si” de “classe-para-si”, distinguindo o papel da luta política e ideológica na conceituação de classe social. A classe trabalhadora, ao nível das relações econômicas, quando age de forma atomizada e circunscrita ao local de trabalho, constitui a “classe-em-si”. Quando a luta deixa de se restringir ao local de trabalho, quando se organiza em partidos e

busca o poder político, a classe trabalhadora age como “classe-para-si”. Ou seja, Marx parte de um conceito estático para um dinâmico, ou, melhor dizendo, dialético. Através desta janela fornecida, Poulantzas enxerga que o conceito de classe social deve ser alargado, deixando de ser restritamente a dicotomia possuir/despossuir meios de produção.

Poulantzas, ampliando o conceito de Marx, afirma que a classe social deve ser conceituada levando em conta o efeito do conjunto das estruturas econômicas, políticas e ideológicas, bem como de suas relações. O autor diferencia o termo “relações sociais” do conceito “relações sociais de produção”. Em uma formação social, ou modo de produção, as relações sociais de produção indicam ao nível de classe a relação dos agentes de produção com as condições materiais e técnicas do trabalho. As relações de produção têm efeito econômico sobre o social ao distribuírem os agentes econômicos em classes. Mas esta relação não são classes sociais, assim como as relações sociais, políticas e ideológicas também não são. As classes sociais não estão nas estruturas, mas são a consequência de uma somatória de estruturas dadas, somatória que determina “as relações sociais como relações de classe” (POULANTZAS, 1977, p. 62-65)

classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais. Neste sentido, se a classe é de fato um conceito, não designa contudo uma realidade que possa estar situada nas estruturas: designa, sim, o efeito de um conjunto de estruturas dadas, conjunto esse que determina as relações sociais como relações de classe (POULANTZAS, 1977, p. 65).

Desta forma, classes sociais não se resumem ao econômico, mas indicam uma resultante das estruturas políticas, econômicas e ideológicas de uma dada formação social. Por outro lado, surge a indagação de como uma classe social, ou fração de classe, se apresente como “força social” que não se limite apenas à estrutura econômica? Poulantzas afirma que a relevância de uma classe ou fração que extrapola o nível econômico se faz pelos “efeitos pertinentes” que dizem respeito às estruturas e relações político e ideológicas. Para esclarecer tal ponto, o autor utiliza um exemplo extraído do *18 de Brumário* e *Luta de Classes na França*. Os camponeses parcelares no Segundo Império se diferenciam como força política do período anterior, o regime parlamentar, pelo fato de que Luís Bonaparte se anuncia como porta voz dos interesses dos camponeses<sup>14</sup>, mesmo sendo representante da burguesia. Ao se tornarem uma força social via “efeito pertinente”, o bonapartismo, constituiu um novo elemento no jogo político, trazendo à tona a força de uma fração da classe social camponesa,

normalmente marginalizada do jogo político. Pelo contrário, na Alemanha de Bismark, os pequenos camponeses livres não atuaram como força social em comparação ao regime de Luís Bonaparte, uma vez que a estrutura feudal e patriarcal do Estado alemão estava atrasado em relação ao campo econômico. (POULANTZAS, 1977, p. 77). Ou seja, cada formação social deve ser analisada ao nível de articulação entre seus diversos níveis; resgatando sua construção histórica, a influência das formações sociais passadas, o papel das instituições, a ação e luta das frações e classes, a situação internacional.

Uma análise de conjuntura ou de um período histórico específico não pode se limitar a um ou outro aspecto da base ou da superestrutura.

E claro que a caracterização dos "efeitos pertinentes" e da sua novidade em relação à tipicidade dos níveis depende sempre da conjuntura concreta de uma situação histórica concreta. Só através do seu estudo se poderá circunscrever as relações dos limites e das variações, e assim caracterizar os "efeitos pertinentes". Esta pertinência pode refletir-se tanto em modificações importantes das estruturas políticas e ideológicas como em modificações do campo da luta política e ideológica de classe (POULANTZAS, 1977, p 79).

Com base na noção de “efeitos pertinentes”, Poulantzas argumenta que camadas como os intelectuais e os burocratas podem se tornar forças sociais autônomas na luta política. Mas, como se daria de forma prática a luta políticas no conjunto das estruturas? A conjuntura, o momento atual da luta política, que não se pretende inócua, cujo objetivo é o poder de Estado, são produto da ação de classes, frações de classes sociais e categoria específicas que se sobressaem na luta política pelos “efeitos pertinentes”. Seus limites de ação não estariam circunscritos à estrutura econômica de um modo de produção, como o economicismo poderia alegar, mas a prática política estaria limitada pelo campo das estruturas e pela prática das demais classes e frações, bem como pelo campo global onde se dão estas práticas: econômico, político e ideológico (POULANTZAS, 1977, p 90-92). Assim resume o autor:

Retenhamos aqui que, neste contexto, a conjuntura aparece como os efeitos das estruturas no campo das práticas concentradas, na sua unidade, ao nível da luta política de classe. Estes limites regulam, enquanto tais, um jogo de variações possíveis das forças sociais, em suma, a intervenção da prática política, que é aqui a intervenção concentrada do campo das práticas, sobre as estruturas. A eficácia da estrutura no campo das práticas é pois limitada pela intervenção, sobre a estrutura, da prática política (POULANTZAS, 1977, p 92).

Pelo exposto, não há como considerar que a classe dominante em termos de poder econômico será automaticamente a classe que deterá o poder político. Se a base da estrutura, o econômico, determina em última instância o papel de uma classe na arena da luta de classes, é

apenas considerando a interação e o lugar de uma classe no todo do edifício social que será possível determinar a efetividade do seu poder e dominação.

Esclarecida o problema do conceito de classe social, fica em aberto o papel da dominação burocrática do aparelho do Estado. Poulantzas considera que a burocracia é classificada como categoria social, ou seja, “conjuntos sociais com efeitos pertinentes - que podem tornar-se, como Lenin demonstrou, forças sociais – cujo traço distintivo repousa na sua relação específica e sobredeterminada com outras estruturas além da econômica” (POULANTZAS, 1977, p. 81). A questão da burocracia deve ser esclarecida para não ocorrer à noção de que seria uma classe social ou uma fração de classe. Detendo a dominação do aparelho estatal e auferindo força via institucionalização do Estado, seu poder estaria subordinado às classes sociais e frações de classe e as relações do Estado com a infraestrutura econômica (POULANTZAS, 1977, p. 328-329). Ou seja, a burocracia não está determinada por sua origem, em uma ou várias classes sociais, mas pela sua ligação com o aparelho do Estado. Esta ligação não lhe confere poder político próprio, pois o Estado não é a base fundamental do poder político, mas sim o centro deste poder, que está na mão de uma classe ou fração hegemônica.

Desta forma, não sendo entendida como classe ou fração de classe social, a burocracia deve ser analisado com base no seu papel no aparelho de Estado, o que lhe confere uma autonomia relativa de sua ação política frente à classe hegemônica (POULANTZAS, 1977, p. 332-333).

## 2 A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ

Neste capítulo situaremos historicamente o processo de imigração japonesa no Paraná, enfocando duas características: os aspectos históricos da imigração e o processo social de adaptação aos hábitos das novas terras. Se uma das questões que pretendemos responder é de como as estruturas formatam o ser social; o grupo a ser pesquisado deve ser analisado em seus traços culturais tradicionais originários do Japão, permitindo criar um quadro do processo de ambientação comportamental.

### 2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

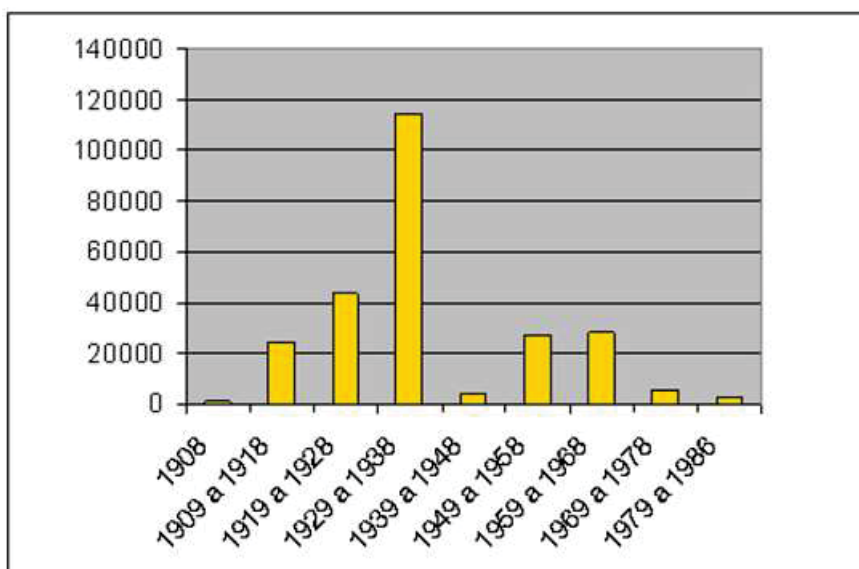
A imigração para o Brasil se inscreve dentro do processo de modernização conservadora que o Japão sofreu no século XIX e XX. Ao contrário do exemplo clássico francês, de uma Revolução burguesa que colocou, em grande medida, a emergente burguesia contra os elementos do antigo regime, no Japão os interesses agrícolas e industriais superaram divergências e se uniram “por cima” contra a ameaça comum dos movimentos camponeses e operários, movidos pelo receio de que o Japão sofresse o mesmo destino da Índia e China nas mãos das potências ocidentais imperialistas (MOORE, 1983, p. 288).

A implantação de relações capitalistas no campo, a perda das áreas comunais, a possibilidade de comprar e vender terras, a extrema concentração fundiária, impedindo o progresso técnico, o fenômeno conhecido como a “grande fome” (1870-1871), o crescimento populacional entre 1890 e 1900 - de 30 milhões para 40 milhões de habitantes – causaram excedente de mão de obra que deu origem às políticas estatais de emigração para o Havaí, Califórnia e Coreia. O Brasil em 1885 assinou com o governo do Japão um acordo de comércio e navegação, que, entre outras cláusulas, estabelecia o livre trânsito de cidadãos de um país para outro (WAWZYNIAK, 2004, p. 47-49).

### 2.1.1 A imigração para o Brasil

No período de 1872 a 1972 o Brasil recebeu 248.007 imigrantes japoneses, dois terços destes imigrantes adentraram no país entre os anos de 1925 a 1942 (gráfico 02). No Paraná a maioria dos imigrantes era oriunda de São Paulo, com um pequeno contingente vindo diretamente do Japão. Comumente era assinado um contrato de trabalho de dois anos, onde o recém chegado e sua família se comprometiam a trabalhar em lavouras de café no interior paulista. (BERNARDES e CALVETE, 2012, p. 46).

Gráfico 02- Número de imigrantes japoneses que entraram no Brasil de 1908 a 1986.



Fonte: (BERNARDES e CALVETE, 2012, p. 48).

O trabalho na lavoura cafeeira era pago com base no número de pés de café mantidos ou do número de sacas de café colhidas. Os colonos dispunham ainda de um lote para cultivo próprio, com a possibilidade de vender o que não fosse indispensável para o autoconsumo familiar. A exploração da mão de obra familiar e a venda dos excedentes permitiu a muitos emigrantes pouparem o necessário para futura aquisição de um lote de terras, tornando-os proprietários rurais.

Ao contrário de São Paulo, o processo de imigração para o Norte do Paraná na década de 30 teve apoio direto do governo japonês, com o financiamento de lotes para os colonos. Foi instituída uma empresa, a BRATAC (Brasil Takushoko Cumiai - Sociedade Colonizadora do Brasil, em japonês), que adquiria gleba de terras e as repassava aos agricultores via financiamento. A mesma empresa dava ainda suporte financeiro e assistência técnica aos



colonos. Além de fixar o colono, a BRATAC tinha como objetivo criar fontes de matérias primas agrícolas fundamentais à política expansionista japonesa no período anterior a Segunda Guerra (WAWZYNIAK, 2004, p. 84-86). Também atuou no mesmo período a Companhia de Terras do Norte do Paraná<sup>15</sup>, fundada por capitais ingleses, que adquiriu do governo do Estado do Paraná 13 mil km<sup>2</sup> para serem vendidos em pequenos lotes. As principais culturas desenvolvidas pelos imigrantes japoneses foram a do café e, principalmente depois da crise de 1929, a do algodão.

O movimento migratório para o Paraná pode ser resumido em três grandes linhas de deslocamento: o primeiro grupo se fixa no litoral, em 1917, fundando a colônia Cacatu em Antonina, quando a família Hara e a Yassumoto compraram 650 hectares; a segunda se dirige para o Norte do Estado nos anos 30 e a terceira para a Capital do Estado (BERNARDES e CALVETE, 2012, p. 51). A vinda para a Capital é explicada, em parte, pela atração que a educação universitária tinha sobre os imigrantes, que, como traço marcante, valorizavam a educação como forma de ascensão e aceitação social. Outra fonte de atração foi o comércio e a agricultura, colaborando na formação do cinturão verde da Capital. Conforme o Quadro 01, o Paraná é o segundo estado da federação em número de nikkeis, ficando apenas atrás de São Paulo.

Quadro 01 - População total e população nikkey, absoluta e percentual, segundo as áreas consideradas - Brasil - 1960/2000

Áreas Consideradas	1960			2000		
	População Brasileira	Pop. Absoluta Nikkey	Percentual	População Brasileira	População Absoluta Nikkey	Percentual
Total	69.387.691	439.416	0,6%	167.909.995	1.405.685	0,8%
Norte do Paraná (1)	1.380.091	2.341	0,2%	6.715.207	54.161	0,8%
Pará	1.526.325	2.592	0,2%	6.195.965	39.353	0,6%
Nordeste (2)	16.236.378	629	0,0%	34.696.719	147.112	0,4%
Bahia	5.910.429	582	0,0%	13.085.769	78.449	0,6%
Sudeste (3)	11.197.675	3.612	0,0%	21.117.838	84.076	0,4%
Rio de Janeiro	6.601.038	7.274	0,1%	14.392.105	63.470	0,4%
São Paulo	12.775.121	336.338	2,6%	37.035.456	693.495	1,9%
Sul (4)	7.479.906	1.261	0,0%	15.545.705	35.862	0,2%
Paraná	4.259.610	81.205	1,9%	9.564.642	143.588	1,5%
Centro-Oeste (5)	2.021.118	3.582	0,2%	9.560.589	66.119	0,7%
Mato Grosso do Sul	568.983	8.896	1,6%	2.078.069	29.805	1,4%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

(1) Considerados os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins. (2) Considerados os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. (3) Consideradas os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. (4) Consideradas os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (5) Consideradas os Estados de Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. (6) Em 1960, foram

realizados os desmembramentos dos Estados de Mato Grosso e de Goiás, retirando-se os municípios que vieram a compor, respectivamente, os Estados de Mato Grosso do Sul, criado em 1977, e de Tocantins, criado em 1988. (7) Em 1980, foi realizado o desmembramento do Estado de Goiás.

### 2.1.2 O *Ethos*

A identidade cultural, o conjunto de valores de determinado grupo social, pode ser entendida de diversas formas, da análise crítica do pesquisador, embasada em critérios metodológicos claros, à ideologia dos entrevistados, como os indivíduos elaboram suas próprias autoimagens. Se a autoimagem deve ser considerada com reservas, tem a relevância de apontar como cada indivíduo ou grupo vê o mundo; quais são os valores pelo que consideram os mais adequados na condução de suas vidas, ou que eles acreditam serem os mais adequados. Por exemplo, explica-se o sucesso econômico do Japão pós-guerra com uma relação de qualidades culturais que refletem muito a autoimagem que os japoneses têm de si próprios e dos valores que abraçam: o espírito japonês (*Yamato Damashii*), vinculado ao orgulho patriótico e a predisposição para o auto sacrifício, relaciona-se com as noções de persistência, força de vontade e honra; a obstinação na superação de dificuldades, como no caso da reconstrução pós Segunda Guerra e da escassez de recursos naturais - 70% das terras têm relevo impróprio para agricultura; a vergonha moral (*Haji*), exemplificada pelo ritual de suicídio, o *Seppuku*, que, mesmo não ocorrendo mais, ilustra como a cultura tradicional japonesa encara a violação das normas morais e a boa conduta social, que varia da desculpa pública dos políticos incriminados, pedido de demissão e, em casos extremos, o suicídio como forma de reparo<sup>16</sup>. Outros valores também são considerados como fazendo parte do *ethos* nipônico, tais como o apego à tradição, a manutenção do núcleo familiar e o respeito ao idoso, bem como a valorização da educação moral e formal, esta como forma de ascensão e integração social (BERNARDES e CALVETE, 2012, p. 49).

Como exposto acima, 2/3 dos imigrantes adentraram no Brasil no período de 1925 a 1942, com o pico no entre 1929-1938. Lapso historicamente curto, o que configura uma mesma situação social no Japão para a grande maioria dos imigrantes. No período em questão o Japão foi dominado por regimes militaristas e autoritários, com sindicatos sendo fechados e partidos políticos proibidos; uma política expansionista inicia com agressão a Manchúria em 1931, e no ano seguinte os militares sobem ao poder. Em suma, o conjunto de imigrantes nipônicos que chega ao Brasil foi sociabilizado em um ambiente de feições fascistas.

Em entrevista realizada por Santos, Doll e Gaudioso (2003), na colônia Ivoti, no Rio Grande do Sul, fundada em 1966 por vinte e seis famílias japonesas, foram entrevistados 20 membros, com idades variando de 21 a 84 anos. Foram questionados sobre o que consideravam de positivo e que gostavam na cultura brasileira; mencionaram “... amizade, do humanismo, da liberdade, do otimismo, da alegria, das festas e do esporte.” Por outro lado, consideravam negativamente “o descompromisso, os políticos, os roubos, a pobreza, a ausência de segurança, a falta de respeito humano e a mania de levar vantagem”. Sobre a cultura japonesa mencionaram que apreciavam “seriedade das pessoas, principalmente em relação ao trabalho, a curiosidade, a educação, o silêncio, o comportamento calmo, o transporte fácil, a dança, a música, o esporte e principalmente a tradição.” Também apontaram os aspectos que consideravam negativos, que seria a “excessiva seriedade, timidez, meticulosidade, falta de liberdade de expressão, mesquinhez e falta de solidariedade”. Os autores salientam ainda que 12 entrevistados preferiram não enumerar aspectos negativos da própria cultura, com isto “reforçam o comportamento típico do imigrante e da cultura japonesa de manter as tradições sem criticá-las” (SANTOS; DOLL; GAUDIOSO, 2003, p. 58).

Característico o depoimento da Sra. Estela Okabayaski Fuzii, graduada em Pedagogia e oriunda de uma família burguesa, proprietária de fábrica na região de Hokkaido, que “acredita que os jovens nipo-brasileiros deveriam ingressar na política, para levar os valores culturais do Japão para a política”. Segundo a entrevistada, o fato de existirem poucos políticos nikkeis se deve ao fato de que “falta de maior desenvolvimento da comunicação, já que para ela a cultura japonesa é mais fechada, e se expõe pouco”. (FERNANDES, 2010, p. 83). Sobre os valores que deveriam ser adotados pelos políticos brasileiros, a pesquisadora inferiu que seriam a “honestidade, responsabilidade, disciplina, entre outros, afirmando mais uma vez uma etnicidade diferenciada dos demais brasileiros, e tratando os nikkeis como uma minoria modelo em relação aos nacionais” (FERNANDES, 2010, p. 84).

O discurso do imigrante e seus descendentes sobre as características que consideram fundamentais em seu legado cultural sempre estão presente os termos responsabilidade, honestidade e pontualidade. No depoimento colhido por Fernandes (2010), o Sr. Atsushi Yoshii<sup>17</sup>, cujos pais e avós trabalhavam como operários na indústria de laticínios, na província de Hokkaido. Chegaram ao Brasil com recursos financeiros e adquiriram uma grande área de terras próximo a Presidente Prudente (SP). Ao não se adaptarem à lavoura cafeeira, optaram por abrir um comércio de chá no Rio de Janeiro. O Sr. Yosshi, formado em Engenharia Civil

pela UFPR em 1963, com curso de administração industrial no Japão, considera que o sucesso na área de engenharia “não deixa de diferenciar a sua etnicidade, ressaltando as qualidades deixadas pelos seus antepassados e tratando os nikkeis como uma minoria modelo; como profissionais de destaque conseguiram se integrar na sociedade brasileira de maneira bem sucedida”.

Outro aspecto valorizado e citado repetidamente é a da educação formal. Kogima (1991) relata que Hisashi Kawase, ao residir em Curitiba em 1931, observou que das dez famílias japonesas vivendo na cidade, todos tinham terminado o curso secundário no Japão. O Sr. Toshihiko Tan, descrito por Fenandes (2010), lembra que seus pais e avós eram agricultores da província de Ehimi e que chegaram a São Paulo em 1925, com um contrato de dois anos na lavoura cafeeira. Em 1935 se mudaram para a colônia Ikku, região de Londrina, e em 1937 para a cidade de Londrina, onde o pai do Sr. Tan exerceu a profissão de taxista. Em 1953 formou-se em Odontologia pela UFPR. No depoimento do Sr. Tan fica evidente a insistência dos seus pais sobre a necessidade de obter educação formal como método de inserção e ascensão social.

Olha, principalmente a minha mãe quando a gente morava no sítio, meu pai era empregado em uma fazenda, lá no estado de São Paulo, era um tipo de boia-fria, né?! Trabalhava junto com os empregados, boias-frias, lá era chamado de camaradas, e a mamãe preparava o almoço ia levar o almoço, a marmita, para eles almoçarem nas sombras dos pés de cafezais. [...] E a minha mãe, desde a mais tenra idade, nos colocou na cabeça, falou assim: “Olha filhos, se vocês não estudarem, vocês vão ser igual esses camaradas, esses boias-frias aí vão ter muita dificuldade, então, vocês terão que estudar. [...] Daí, mudaram para a cidade, para a gente aprender o português e frequentar a escola brasileira. Então, a maioria, pode observar, a maioria dos descendentes de japoneses tiveram essa meta, os pais tinham... os pais poderiam até estar, às vezes, passando necessidade, mas não deixava de dar a educação, frequentar a escola e tudo mais [...] (FERNANDES, 2010, p. 66).

Issao Yassuda Udihara nasceu em 1951 em São Paulo e se formou em medicina na Universidade Estadual de Londrina em 1976. O avô materno chegou ao Brasil em 1906, formado em Agronomia tinha como tarefa de apresentar um relatório sobre as possibilidades do país receber imigrantes. Seu avô paterno, Hikoma Udihara, é da região de Kochi, Japão, e chegou ao Brasil nos anos 20. Como os casos anteriores, o Sr. Hikoma permaneceu dois anos na lavoura, indo para a cidade de São Paulo onde exerceu a profissão de motorista, fotógrafo, garçom, mordomo, carpinteiro e camareiro. Mas é na profissão de corretor de imóveis rurais que o avô e o pai de Issao Udihara se destacaram. Hikoma Udihara frequentou no Japão a Escola de Comércio, tinha curso de línguas ocidentais e trabalhou como agrimensor. Aqui no

Brasil trabalho para a Companhia de Terras Norte do Paraná, na região de Londrina, sendo responsável pela fundação de “colônias e núcleos coloniais de imigrantes japoneses nas zonas servidas pelas estradas de ferro Noroeste paulista, no Estado de São Paulo e na zona de Cambará, no Norte velho do Paraná” (FERNANDES, 2010, p. 68).

A questão da valorização da educação deve ser observada por um ângulo mais amplo, evitando simplificações como de afirmar singelamente que o imigrante valoriza a educação. A restauração Meiji de 1868 rompeu com o isolamento feudal que o Japão se encontrava, adotando diversas medidas de cunho modernizante. O imperialismo ocidental no Oriente, particularmente na China, foi o sinal de alerta para a classe dominante japonesa de que a política isolacionista não iria conter a fúria colonialista das potências capitalistas. Foram contratados técnicos e peritos estrangeiros e enviados funcionários do governo para averiguar quais medidas a serem tomadas visando ocidentalizar o Japão. Uma destas delegações, chefiada pelo príncipe Iwakura Tomomi, ficou particularmente impressionada pela organização do Estado alemão. O serviço postal, a burocracia profissional, o serviço militar obrigatório e a instrução pública universal foram modelos adotados pelo governo nipônico.

Difícilmente poderá ser exagerada a importância do sistema de educação para o Japão moderno. Ele deu ao governo um meio de atingir cada criança e instalar nela valores de lealdade para com o Estado e de gratidão para com o imperador. A lealdade e o respeito filial, alvos gêmeos confucianos dos compêndios oficiais de ‘moral’ tornaram-se assim pedras fundamentais do aspecto mental e moral dos japoneses. A instrução e o desenvolvimento técnico encorajados pelo sistema educacional tornaram possível acelerar a modernização do Japão. Não fossem, porém, os valores inculcados através do sistema educativo, e essa modernização sem dúvida teria sido mais destruidora das instituições familiares e sociais do que chegou a ser. (SAVELLE, 1990, p. 499 apud MURASSE, 2006, p. 6413).

Em 1872 escolas de nível primário, médio e universitário foram instaladas. Tornaram-se obrigatórios quatro anos de estudo básicos, tanto para meninos como meninas. Em 1905 quase a totalidade das crianças estava matriculada e 10% continuavam os estudos no ginásio<sup>18</sup>. Desta forma, tanto no Japão como na Alemanha, as classes dominantes incentivaram a educação formal como instrumento de fortalecimento de seus países ante a ameaça dos países capitalistas mais adiantados. Buscando mercados e matérias primas e, ainda, evitando ser vítima do colonialismo, as potências emergentes encontraram na educação a forma de conseguir cidadãos leais e trabalhadores qualificados. Ou seja, conforme a tese que aqui esposamos, a opção pela educação como forma de ascensão social não foi gratuita, produto do superior *ethos* nipônico, mas condicionada por fatores historicamente determinados. Até a

própria noção de ascensão social é produto das modernas sociedades capitalistas, pois não existia sentido no termo “ascensão social” em sociedades feudais ou de caçadores coletores.

### 2.1.3 O perfil social

A característica marcante da amostra analisada, os candidatos nikkeis a deputado estadual e federal no Paraná na eleição de 2014, que contribui para consistências dos resultados, é a homogeneidade da origem social. Outra característica comum, que pode ser estendida para as demais nacionalidades, é que usualmente quem emigra não será o indivíduo mais socialmente desfavorecido. Para emigrar são necessários recursos materiais e uma visão de mundo que não está disponível para todo o conjunto de uma sociedade. Mesmo com auxílio governamental, longas viagens são onerosas e existem sempre despesas para os recém-chegados. Tais fatores recortam socialmente a população passível de emigrar e dão aos candidatos nikkeis uma origem social no Japão que exclui os setores mais pobres do proletariado e dos camponeses. Característicos são as citadas entrevistas coletadas por Fernandes (2010), na qual um dos questionados era descendente de família burguesa e outro de profissionais de classe média, agrônomo.

Dos 112 Isseis (o imigrante propriamente dito) residentes na capital do Estado, que começaram a chegar à cidade a partir de 1915, pesquisados por Kogima (1991), parcela expressiva da origem profissional dos pais destes Isseis era de não agricultores (47,6% dos pais dos imigrantes masculinos e 63,3% no meio feminino - Quadro 02). Destes 112 imigrantes, 20,6% do sexo masculino tinham curso superior e 6,1% do sexo feminino.

Quadro 02 – Profissão do pai (Isseis)

<b>Profissão</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
Agricultor	52,4 %	36,7%
Carpinteiro	6,3%	4,1%
Comerciante	4,8%	16,3%
Funcionário Público	3,2%	-
Administrador	1,6%	-
Construtor	1,6%	-
Engenheiro	1,6%	-
Granjeiro	1,6%	-
Marceneiro	1,6%	-
Médico	1,6%	-
Negociante de madeira	1,6%	-
Pescador	1,6%	2,0%
Produtor	1,6%	-
Professor	1,6%	-

<b>Profissão</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
Ferroviário	-	4,1%
Fabricante de sake	-	2,0%
Funcionário de empresa	-	2,0%
Gerente	-	2,0%
Jornalista	-	2,0%
Mecânico	-	2,0%
Pastor	-	2,0%
Tintureiro	-	2,0%

Fonte: KOGIMA, 1991, p. 44

Claramente uma porção expressiva dos imigrantes não era do meio rural e sim do meio urbano. Em 17,6% da amostra do sexo masculino e 20,3% do sexo feminino os pais eram de profissões características da classe média, como médicos, comerciantes e engenheiros. 30% do sexo masculino e 43% do sexo feminino eram de origem proletária.

A maioria das primeiras levas de imigrantes se dirigiu para lavoura cafeeira em São Paulo, com contratos para trabalhar como meeiro. A possibilidade de ascensão social neste caso está ligada diretamente à possibilidade de acúmulo de capital. Normalmente a família que podia reunir recursos era a de maior prole, pois os filhos eram mão de obra que não necessitava ser remunerada. Tal situação mudou radicalmente quando o governo japonês resolveu apoiar os imigrantes na aquisição de lotes de terra no norte do Paraná. Além do financiamento, o governo ofertava assistência técnica e social para os novos agricultores. Os lotes vendidos pela BRATAC em 1929, no município de Bastos, São Paulo, com 24 ha em média, custavam 1.740 ienes cada um. Entrada de 300 ienes, carência de três anos, e os 1.440 restantes pagos em três prestações nos três anos seguintes. Além da entrada, o emigrante deveria possuir 1.600 ienes de disponíveis para investimento na colonização. Ou seja, o emigrante deveria ter em caixa pelo menos 1.900 ienes no total. Se um saco de arroz (60 kg) em 1934 custava 9 ienes, mesmo com subsídios governamentais para viagem, a empreitada de colonização não estaria disponível para muitos (MITA, 1999, p. 63).

Os lotes vendidos pela BRATAC no município de Assaí, norte do Paraná, variavam entre 24 e 48 hectares (CAPELO, p. 4). Ocorre que os critérios que classificam um proprietário rural como pequeno, médio e grande adotam parâmetros que vão além do tamanho da área agrícola. Um proprietário com 5,00 ha no cinturão verde de Curitiba pode ser considerada um médio produtor, pois o que principal fator gerador de renda é razão capital investido por hectare. Com uma renda bruta agropecuária anual entre R\$ 360 mil e 1,6 milhão um produtor rural será classificado como médio<sup>19</sup>. O preço médio do hectare na região de Assaí, para os anos de 2015 e 2016, é de R\$ 26 mil reais<sup>20</sup>; ou seja, uma propriedade vendida



pela BRATAC na região atualmente teria o preço de mercado variando de 600 mil a 1,25 milhões de Reais.

#### 2.1.4 O primeiro nikkei eleito no Paraná – Antonio Ueno

Traçar um breve relato sobre o primeiro político de origem nipônica eleito no Paraná tem como intenção, além de situar historicamente o objeto de nossa pesquisa, ressaltar aspectos do *modus operandi* desta fração da classe política que irão se reproduzir nos candidatos nikkeis de 2014. Abordaremos a trajetória de Iosio Antoinio Ueno, o primeiro nikkei eleito, detentor de oito mandatos de deputado federal.

Mais conhecido como Antonio Ueno, nasceu em 1923, na cidade paranaense de Cambará, divisa com o Estado de São Paulo, conhecido como Norte Pioneiro. Filhos de Yonezo Ueno e de Kikue Ueno que vieram do Japão trabalhar em na lavoura de café. T titulouse Bacharel em Ciências Econômicas (1953) e Direito (1955). Trabalhou na empresa de beneficiamento de algodão da família, mas dedicou-se principalmente a carreira política. Começou pelo extinto PSD, como vereador em Assaí, no Norte do Estado, em dois mandatos, (1955 - 1958) e (1959 - 1962). Foi eleito deputado estadual em 1963 e, a partir de 1967, foi eleito e reeleito sete vezes para a Câmara dos Deputados pela Arena, PDS e PFL. Ueno foi deputado nas seguintes legislaturas: 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979, 1979-1983, 1983-1987, 1987-1991, 1991-1995 e 1995-1999. Foi fundador da Câmara do Comércio Brasil-Japão do Paraná, em 1980, e liderou 26 missões econômicas ao Japão. Membro da junta administrativa do Instituto Brasileiro do Café (IBC), foi delegado brasileiro à Organização Internacional do Café (OIC), em 1965 e 1967. Foi membro da Assembleia Nacional Constituinte pelo PFL, tendo assumido posições políticas contra o aumento de direitos da classe trabalhadora e em favor do livre mercado<sup>21</sup>.

Sobre sua carreira política, Ueno atribuiu à facilidade de lidar com as pessoas aos pais e ao local de origem no Japão, a ilha de Kyushu: “De onde meus pais vieram as pessoas são mais abertas, expansivas, briguentas. Não parecem em nada com o estereótipo que se tem dos japoneses de serem quietos e tímidos”. Na área empresarial “teve e lavouras de algodão (considerado por ele o empreendimento primário da família), um hotel em São Paulo, uma usina de álcool em Goioerê, além do próprio jornal. Tentei concessões de rádio e também de televisão, mas não consegui”<sup>22</sup>. Em entrevista publicada pela *Folha de Londrina*, em maio de



1997, Ueno diz que “Estou como aquele filósofo à procura do homem certo”, referindo-se ao fato de que em breve iria se aposentar da vida pública e estava procurando um substituto. “É preciso aprontar a juventude porque na minha idade, está na hora da retirada”. Seu substituto mais imediato seria o próprio neto, Rogério, então com 14 anos. Ueno buscava um candidato com “perfil de competência, retidão de caráter e de visão internacional”<sup>23</sup>. Para tanto, criou o Instituto Andorinha, definida por ele como “uma instituição apartidária que pretende estimular a formação política de jovens”. O motivo seria segundo o entrevistado:

Ueno reconhece que a colônia japonesa ainda é muito tímida em termos políticos, apesar de o Estado ter hoje 15 prefeitos nisseis e mais de 50 vereadores. Na Câmara dos Deputados, ele diz que a representatividade da colônia também é baixa: são apenas quatro num universo de 513 deputados. “Éramos em cinco, mas com a morte do Homero (Oguido) restaram três deputados de São Paulo e eu”, lembra. Ele defende que o cidadão seja estimulado para a política desde jovem. “Essa timidez é própria do estilo oriental, que ensina primeiro a obrigação depois os direitos, mas aos poucos o quadro tende a mudar”, espera<sup>24</sup>.

#### 2.1.5 O mais influente – Cassio Taniguchi

Por sua extensa trajetória e pelos relevantes cargos que assumiu, restam poucas dúvidas que Cássio Taniguchi é o político nikkei que mais se destacou na vida pública paranaense. Filho de Masaji Taniguchi e Masako Taniguchi, imigrantes que chegaram ao Brasil nos anos 30 e se dirigiram à lavoura de café no interior de São Paulo<sup>25</sup>. Nasceu em Paraguaçu Paulista em 30 de outubro de 1941. “Para ele, o principal legado recebido de seus pais - que vieram da província de Fukui, perto de Osaka - são a disciplina, a persistência e o senso de responsabilidade.”<sup>26</sup>. Graduado em Engenharia Eletrônica (1964) pelo ITA (Instituto de Engenharia da Aeronáutica). Como engenheiro trabalhou na CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná) e na DK Engenharia, onde prestou consultoria à URBS (Companhia de Urbanização de Curitiba), tornando-se diretor da mesma no período de 1972 a 1975. Foi nesta época que Taniguchi criou relações com um dos principais nomes da política paranaense durante o regime militar, o arquiteto Jaime Lerner. Seguindo a ideia acalentada pelo regime autoritário de que os técnicos seriam mais eficientes que os políticos profissionais, um núcleo de tecnocratas surgiu em torno de Lerner. Neste grupo sobressaía Taniguchi, alçado diretor e sócio (1975-1980) da empresa de consultoria em planejamento urbano de propriedade de Lerner. A estreita ligação entre os dois possibilitou a Taniguchi ser diretor do Ippuc (Instituto de pesquisa e planejamento de Curitiba) entre 1980 a 1983 e 1989 a

1994. As propostas de planejamento urbano idealizado e postas em prática em Curitiba, pelo grupo técnico do Ippuc, podem ser considerados uma síntese das concepções urbanistas e políticas do grupo Lerner-Taniguchi.

Especialmente a partir do planejamento instituído pelo Estado em 1966, a espacialização dos investimentos e a distribuição de equipamentos urbanos na cidade passaram a ser implantados segundo um rigoroso tecnicismo, os quais “codificam os fluxos, regulam as exclusões, ou inclusões parciais, dos diferentes habitantes urbanos diante dos múltiplos espaços. Os lugares urbanos adquirem significados renovados pela determinação prévia das suas formas e usos gerada na e pela intervenção técnica” (Souza, 2001, p.109). (CARVALHO e SUGAI, 2014, p. 324).

A população não interessante à cidade que se desejava planificar, aquela sem recursos e moradora de regiões insalubres e distantes, “foi representada como insignificante em termos estatísticos e tornou-se invisível para o planejamento” (Souza, 2001, p.111). Compreende-se que tal “recorte” no planejamento tem relação com os investimentos do Estado. Uma vez que se determina uma área da cidade para planejar, investir e valorizar e, sendo essa área justamente a habitada pela população da mais alta renda, isso facilita e potencializa a segregação dos habitantes daquela região — afinal, legitima-se a demanda das atenções e investimentos. Consequentemente, por outro lado, exclui-se todo o restante dos habitantes das benesses urbanas dessa região priorizada pelo poder público. O que contribuiu para acirrar a dualidade entre diferentes áreas da cidade, segmentando o espaço de acordo com a diferenciação social de seus habitantes. (CARVALHO e SUGAI, 2014, p. 324).

Além de importantes cargos na burocracia estatal, foi o primeiro nikkei a assumir a prefeitura de uma capital brasileira, de 1997 a 2000, pelo PDT. Reeleito para o mandato de 2001 a 2004 pelo PFL. Em 2006 foi eleito deputado federal pelo PFL, com 67.821 votos. Renunciou cinco dias depois para assumir o cargo de secretário de desenvolvimento urbano e meio ambiente do Distrito Federal. Em 2009 se afastou do cargo ante as denúncias de corrupção que atingiram o governador José Roberto Arruda, reassumindo a cadeira de deputado<sup>27</sup>. Em janeiro de 2011 assumiu o cargo de Secretário de Planejamento do governo Beto Richa (PSDB/PR). Em fevereiro de 2015 assume o posto de superintendente da região metropolitana de Florianópolis, escolhido pelo governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo (PSD). Em fevereiro de 2018 foi indicado secretário do Planejamento de Santa Catarina pelo novo governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB).

Em maio de 2010 o Supremo Tribunal Federal condenou Taniguchi por crimes de responsabilidade. Condenado a seis meses de detenção, foi beneficiado pela prescrição dos delitos. A acusação foi a de ter utilizado fundos originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados à infraestrutura, para pagamento de precatórias<sup>28</sup>. Em

setembro de 2017 Taniguchi e sua esposa, Marisa Taniguchi, foram condenados em segunda instância pelo TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) por improbidade administrativa. A condenação foi pela utilização de recursos públicos com a finalidade de pagar material de campanha eleitoral. Além dos dois terem de ressarcir o erário público, Taniguchi terá os direitos políticos cassados por oito anos<sup>29</sup>.

### 3 OS CANDIDATOS NIKKEIS NA ELEIÇÃO DE 2014 PARA O LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL DO PARANÁ

Segundo o portal Nipônica<sup>30</sup>, nove candidatos em todo o Brasil foram eleitos para as Assembleias Legislativas estaduais e Câmara Federal, de um total de 96 candidatos nikkeis<sup>31</sup>. São Paulo elegeu 04 representantes, o Paraná 02 e Mato Grosso do Sul, Pará e Roraima 01 cada<sup>32</sup>. No Paraná o desempenho dos candidatos votados pode ser resumido nas seguintes tabelas:

Quadro 03 – Votação candidatos nikkei - Deputado Federal – 2014 – Paraná

Col.	Eleito?	Votos	%	Nome Real	Nº	Nome de Urna	Partido
5	Sim	162.952	2,88	Hidekazu Tatayama	2014	Takayama	PSC <sup>33</sup>
17	Sim	106.852	1,89	Luiz Hiloshi Nishimori	2222	Luiz Nishimori	PR
39	Não	52.260	0,92	Antonio Terou Kato	1566	Teruo Kato	PMDB
68	Não	12.634	0,22	Mario Hitoshi Neto Takahashi	4310	Mario Takahashi	PV

Fonte: [www.niponica.com](http://www.niponica.com)<sup>34</sup>

Quadro 04 – Votação candidatos nikkei - Deputado Estadual – 2014 – Paraná

Col.	Eleito?	Votos	%	Nome Real	Nº	Nome de Urna	Partido
88	Não	19.039	0,33	Rui Kioshi Hara	40041	Rui Hara	PSB
92	Não	18.214	0,32	Hemerson Yukio Yokota	22100	Hemerson Yokota	PR
232	Não	2.514	0,04	Kenny Tsushima	40345	Kenny	PSB
264	Não	1.782	0,03	Julio Hideo Ando	20622	Julio Ando	PSC
675	Não	34	0,01	Bruna Akemi Jin Brandão	55567	Bruna Brandão	PSD

Fonte: [www.niponica.com](http://www.niponica.com).<sup>35</sup>

### 3.1 PERFIL DOS CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL

#### 3.1.1 Candidato Hidekazu Takayama



Foi eleito deputado federal pelo Partido Social Cristão, tendo sido o candidato nikkei mais bem votado nas eleições para o legislativo federal em todo o Brasil, com 2,88% do total de (162.952) votos no Paraná. Quinto candidato mais votado no Estado, ficou atrás apenas de Christiane Yared (200.144 votos), Alex Canziani (187.475 votos), Valdir Rossoni (177.324 votos) e João Arruda (176.370 votos)<sup>36</sup>.

##### 3.1.1.1 Biografia

Nasceu a 20 de abril de 1948, na cidade de Rolândia (PR), filho de Antônio Izami Takayama e Maria Schizuka. Pastor e empresário do ramo de livros e comunicações, é casado com Ingrid Kusma Takayama, pai de três filhas: Priscila, Patrícia e Poliana. Eleito vereador em Curitiba de 1989 a 1993, foi presidente da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara Municipal; em 1992 candidatou-se a vice-prefeito de Curitiba e no ano de 1996 foi eleito deputado estadual. Em 1999 foi reeleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL) com 37.169 votos. Foi deputado estadual até dezembro de 2003. Em 2003 foi eleito deputado federal pelo Estado do Paraná, (2003-2007, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Posse: 01/02/2003; Deputado Federal, 2007-2011, PMDB. Posse: 01/02/2007; Deputado Federal, 2011-2015, PSC. Posse: 01/02/2011; Deputado Federal, 2015-2019, PSC. Posse: 01/02/2015.)<sup>37</sup>. Na Assembleia Legislativa foi membro das comissões de Saúde, Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Direitos Humanos.<sup>38</sup> Em 19 de março de 2016 comemorou 50 anos de sacerdócio<sup>39</sup> na seita Assembleia de Deus. Em 2007, o Grupo Takayama fundou a Gospel FM (89,3 Curitiba), que em pouco tempo se destacou no segmento<sup>40</sup>.

É irmão do ex-deputado federal Itsuo Takayama. Engenheiro Civil formado em 1974 filiou-se ao PFL (Partido da Frente Liberal) e concorreu a uma vaga para deputado federal em 1990, conseguindo uma suplência. Subsecretário municipal de Infraestrutura em Cuiabá em 1991, assumiu o mandato de deputado federal em 1992 ocupando vaga aberta com a renúncia de Vilmar Peres. Nesse mesmo ano deixou o PFL, filiando-se ao Partido Progressista (PP). Integrou a chamada “bancada evangélica” da Câmara dos Deputados. Durante o ano de 1993 assumiu vaga na Câmara Federal como suplente do deputado Oscar Travassos. Exerceu o mandato até ser cassado em dezembro do mesmo ano acusado de receber dinheiro para trocar de legenda partidária, fato baseado em entrevista ao programa Jô Soares, quando confessou ter recebido 30 mil dólares para mudar do PP para PSD. Pastor da seita evangélica Nipo-Brasileira, disputou o pleito de 2003 não obtendo sucesso<sup>41</sup>. O filho, Itor Itsuo Takayama, foi candidato a deputado estadual no Estado de Mato Grosso pela coligação PSDC/PSC/PRTB/PSD/PTN/PV/PRP/PT do B/PAN)<sup>42</sup>, não sendo eleito<sup>43</sup>. A filha Patrícia Cristine Takayama foi nomeada<sup>44</sup> Assessor 2-C, em 01/11/2008, na Secretaria Estadual de Saúde, pelo Gov. Roberto Requião<sup>45</sup>.

### 3.1.1.2 Atuação Política

O Deputado Federal Takayama, junto com o PSC, manteve-se como base de apoio do Governo Dilma até março de 2014, quando o partido decidiu romper com o governo e tomar uma postura de independência<sup>46</sup>. Votou a favor do impeachment da presidenta, com a justificativa de que estava em andamento a implantação de uma ditadura comunista no Brasil.

Fiquei um pouco ausente, por alguns dias como podem perceber. Na verdade li em silêncio todos os desabafos e mensagens acaloradas, e até maldosas, de pessoas militantes do lado da Dilma. Porque me posicionei pelo impeachment dela. Porque ela dava sinais claros de que queria ser uma ditadora. Cognominada por ela mesma de "socialismo bolivariano". (ditadura comunista). No final de seu 1º mandato ao editar um decreto para criação de um "conselho popular", levantou em mim uma luzinha vermelha. (Chamado no modelo político da China, Cuba, Romênia, ou Rússia de "politiburo"). Não poderia aceitar um modelo de ditadura de esquerda-que se acrescente-verticalmente contra a difusão e pregação do cristianismo<sup>47</sup>.

Contra a ladroeira, contra a imposição e a esquerda desse partido que quer transformar esse Brasil numa ditadura de esquerda, por Sergio Moro, pelo Paraná, pela minha família!<sup>48</sup>

Foi autor da proposta de lei que oferta obrigatoriamente, “serviço de capelania em instituições públicas e privadas – ignorando a laicidade da Constituição brasileira.”<sup>49</sup> Também é autor do projeto que “quer isentar pastores e líderes religiosos dos crimes de injúria e difamação”. Um projeto de lei de Takayama prevê a isenção para “a manifestação de crença religiosa, em qualquer modalidade, por qualquer pessoa, acerca de qualquer assunto e a opinião de professor no exercício do magistério”<sup>50</sup>, evitando que líderes religiosos sejam processados por opiniões consideradas ofensivas por determinados grupos sociais. Quando da votação do parecer sobre o reconhecimento do conceito de família exclusivamente a casais formados por homens e mulheres, excluindo homossexuais, discursou que “homossexuais deveriam ser presos porque, segundo ele, são eles que se matam durante “briguinhas íntimas”. “Eu desafio qualquer jornalista investigativo a verificar os quase 4.000 casos de mortes de homossexuais. Quantos foram praticados por católicos e evangélicos? Nenhum, nenhum”, afirmou o parlamentar. “Se continuar com esse tipo de argumento que dois homens e duas mulheres formam uma família, daqui a uns dias vai ter um homem com uma vaca e vai virar avacalhado”<sup>51</sup>.

É réu no STF, ação penal 647/2011, investigado por crimes contra a ordem tributária, estelionato e peculato. É acusado de desviar verbas públicas por meio de provimentos irregulares em cargos de comissões<sup>52</sup>. Em 2011 foi denunciado pelo procurador geral da República em um escândalo conhecido como “caso gafanhoto”, que envolve funcionários fantasmas e pagamentos ilegais na Assembleia Legislativa do Paraná<sup>53</sup>.

### 3.1.1.3 Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens

Mesmo oriundo da região de Londrina, Takayama construiu sua carreira política na capital do Estado, com votação principalmente distribuída nos municípios localizados na região metropolitana de Curitiba.

Quadro 05 – Votação por município - candidato Takayama – Paraná – Dep. Federal – 2014

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Almirante Tamandaré	3.273	2,01
Araucária	5.779	3,55
Campina Grande do Sul	1.963	1,20
Campo Largo	3.377	2,07
Cascavel	1.659	1,02
Cerro Azul	1.992	1,22
Colombo	8.432	5,17

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Curitiba	43.356	26,61
Fazenda Rio Grande	4.231	2,60
Foz do Iguaçu	1.627	1,00
Londrina	4.479	2,75
Maringá	1.943	1,19
Paranaguá	4.278	2,63
Pinhais	4.207	2,58
Piraquara	4.288	2,63
Ponta Grossa	3.684	2,26
Rio Negro	3.024	1,86
São José dos Pinhais	6.799	4,17

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral<sup>54</sup>.

#### Quadro 06 - Principais doadores de campanha

<b>Doador</b>	<b>Doador Original</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tipo</b>	<b>Valor – R\$</b>
H. Takayama	H. Takayama		Depósito em	R\$ 39.000,00
Comitê financeiro	Construtora Andrade		Cheque	R\$ 25.000,00
Patricia Cristine	Patricia Cristine		Transferência	R\$ 20.000,00
Comitê financeiro	Construtora Andrade		Cheque	R\$ 20.000,00
Diretório Nacional	JSL S/A.(Júlio Simões		Cheque	R\$ 10.000,00
Diretório Nacional	CRBS S/A (subsidiária		Cheque	R\$ 10.000,00
H. Takayama	H. Takayama		Depósito em	R\$ 10.000,00
Carlos Roberto	Carlos Roberto Massa	250 unid lona front	Estimado <sup>55</sup>	R\$ 6.000,00
Priscila Ingrid	Priscila Ingrid		Transferência	R\$ 5.500,00
H. Takayama	H. Takayama		Depósito em	R\$ 4.150,00
<b>Total arrecadado</b>				<b>R\$ 186.056,64</b>

Fonte: [www.meucongresso.com](http://www.meucongresso.com)<sup>56</sup>

#### Quadro 07 – Declaração de bens

<b>Descrição</b>	<b>Valor do bem – R\$</b>
HSBC	R\$ 463,34
Economia em espécie	R\$ 89.980,00
CEF	R\$ 72.921,55
Aplicação	R\$ 1.000,00
Apto N. 251, Curitiba/PR	R\$ 507.836,00
Casa residencial, lote ZQ, Pontal do Paraná/PR	R\$ 50.000,00
Empréstimo	R\$ 45.000,00
Terreno com 1,200 m². Pinhais/PR	R\$ 100.000,00
Caminhão Volvo, ano 1995.	R\$ 35.000,00
Veículo Vectra, ano 2002	R\$ 33.000,00
CEF	R\$ 16.626,66
Veículo BMW, ano 2000	R\$ 30.000,00
Veículo Peugeot, ano 2004	R\$ 55.000,00
Lotes de terra, n. 17, quadra 41, Pinhais/PR	R\$ 82.000,00
Ambulância KIA Besta, ano 1997	R\$ 10.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.128.827,55</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.



### 3.1.2 Candidato Luiz Nishimori



Luiz Hiloshi Nishimori foi eleito deputado federal em 2014 pelo PR (Partido da República), coligação União Pelo Paraná (PSDB/DEM/PR/PSC/PTdoB/PP/SD/PSD/PPS)<sup>57</sup>, com 106.852 votos (1.89% do total)<sup>58</sup>.

#### 3.1.2.1 Biografia

Nasceu em Marialva (09/04/1949) e aos quatro anos de idade foi morar no Japão, permanecendo até a conclusão do ensino médio. Proprietário rural e empresário formado pela UEM (Universidade Estadual de Maringá) em Ciências Contábeis (1981). Agricultor desde os anos 70, tendo participado da fundação da Mariagro Agrícola Ltda, em 1977, situada em Marialva, cujo proprietário atual é Fumi Nishimori e Elizabeth Akemi Ueta Nishimori<sup>59</sup>, sua esposa. Atuou também na área de produção de sementes (soja e trigo) através da Nishimori Agrícola Ltda<sup>60</sup>. Foi presidente do Núcleo Regional da Associação Paranaense de Sementes e Mudas (1988), da Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná (2006-2008) e do conselho administrativo da Câmara do Comércio e Indústria Brasil Japão do Paraná (2011-2013)<sup>61</sup>. Em 2002 foi candidato a Deputado Estadual no Paraná, pelo PP (Partido Progressista), tendo obtido 28.779 votos, ficando como suplente e assumindo ante a licença do deputado Luiz Accorsi. Em 2006 foi reeleito pelo PSDB, com 45.247 votos. Em 2010 disputou uma vaga a deputado federal pelo Paraná, obtendo a primeira suplência com 70.088 votos e assumindo o cargo em fevereiro de 2011. Foi reeleito em 2014 com 106.852 votos<sup>62</sup>.

Elizabeth Akemi Nishimori tem cargo de comissão no governo Beto Richa, chefiando o escritório regional da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social em Maringá<sup>63</sup> e foi candidata a vice-prefeito em Maringá pelo PR na coligação com o candidato Silvio Barros, nas eleições municipais de 2016<sup>64</sup>.

### 3.1.2.2 Atuação política

Participante da bancada ruralista, o deputado Nishimori é membro da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) que conta com 207 deputados no Congresso Nacional. Adotando os discursos proferidos pelo deputado, desde fevereiro de 2011, como forma de síntese de suas preocupações política, excluindo as homenagens e congratulações que foram majoritárias, poderíamos citar os seguintes discursos<sup>65</sup>:

14/04/2011 – Apelo no sentido da conciliação das necessidades do setor de produção agrícola com as de preservação do meio ambiente no processo de reformulação do Código Florestal Brasileiro.

06/04/2011 - Participação de agricultores do Estado do Paraná na mobilização realizada no Distrito Federal a favor da votação do novo Código Florestal Brasileiro.

24/05/2011 - Preservação do meio ambiente no Estado do Paraná. Imediata votação pela Casa do parecer oferecido pelo Deputado Aldo Rebelo à proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro.

22/09/2011 - Agradecimento aos eleitores do Estado do Paraná pela assunção do mandato parlamentar. Trajetória profissional e política do orador. Maior atenção das autoridades monetárias com os reflexos da crise financeira mundial sobre a economia nacional. Panorama da economia brasileira. Defesa de realização da reforma tributária. Necessidade de investimentos maciços nas áreas de educação e saúde.

28/09/2011 - Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 349, de 2001, sobre a extinção do voto secreto nas decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Realização da 10ª Exposição Feira Gastronômica, Industrial e Comercial de Sarandi - EXPORANDI, no Estado do Paraná.

18/08/2011- Urgência de reforma tributária. Anúncio, pela Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, de encaminhamento ao Congresso Nacional de propostas para realização gradual de reforma tributária no País.

28/03/2012 - Descaso do Governo Federal com o setor de infraestrutura.

03/04/2012 - Necessidade de adoção pelo Governo Federal de ações de proteção das empresas brasileiras, tendo em vista o avanço das importações de produtos da República Popular da China.

12/07/2012 - Desaquecimento da economia brasileira. Urgente adoção de políticas públicas para a retomada do desenvolvimento e da competitividade da indústria nacional. Considerações críticas à política de assistencialismo do Governo petista.

08/11/2012 - Necessidade de compensação aos Municípios brasileiros pelo Governo Federal diante da queda na arrecadação tributária provocada pela desoneração do IPI.

22/11/2012 - Danos causados por chuva de granizo nos Municípios de Maringá e Paçandu, Estado do Paraná. Ocorrência de apagões no País. Necessidade de realização de investimentos governamentais no setor elétrico nacional.

13/12/2012 - Necessidade de realização da reforma tributária e da flexibilização da legislação trabalhista para o fortalecimento do desenvolvimento econômico e social do País. Conveniência de mudanças no sistema eleitoral brasileiro. Desafios nacionais nas áreas de educação, saúde, infraestrutura e logística. Defesa de maiores incentivos à indústria e à agricultura. Balanço da atuação parlamentar do orador em 2012.

24/04/2013 - Elevada carga tributária vigente no País. Elogio à Associação Comercial de São Paulo, Estado de São Paulo, pela instalação do chamado impostômetro.

16/05/2013 - Entraves para o crescimento da economia brasileira.

23/05/2013 - Realização, pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, do movimento Simplifica Já a favor da reformação do Sistema Tributário Nacional. Transcurso do Dia da Indústria e do Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte. Apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre a reforma tributária.

12/06/2013 - Apreensão do orador ante a redução da produção e dos estoques de trigo no País. Imediata implementação de plano de incentivo ao setor.

17/07/2013 - Sugestão ao Poder Executivo para encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de realização articulada das reformas administrativa e tributária.

22/08/2013 - Consequências da estimativa da produção de cereais pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Perdas agrícolas decorrentes de fenômenos climáticos no Estado do Paraná. Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de providências a favor dos produtores rurais.

06/02/2014 - Dificuldades enfrentadas por produtores de feijão na região do Vale do Ivaí, Estado do Paraná. Requerimento à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB de urgente realização de leilão do produto.

05/03/2015 - Apoio à realização da reforma política. Defesa da adoção do voto distrital misto, da unificação do calendário eleitoral e do fim da coligação proporcional.

26/05/2015 - Defesa de ampliação de medidas governamentais de apoio à exportação de produtos brasileiros.

25/06/2015 - Expectativa de votação do Projeto de Lei nº 863, de 2015, que altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Apresentação de emendas à proposição em defesa da agricultura, da pecuária avícola e da indústria têxtil.

8/10/2015 - Repúdio aos altos custos, para os agricultores brasileiros, de sementes comercializadas por empresas multinacionais. Importância do setor agropecuário para a economia do País.

17/04/2016 - Registro de voto do parecer da Comissão Especial sobre a denúncia contra a Presidenta Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

Luiz Nishimori (Bloco/PR-PR.) - Sou um Deputado municipalista e do agronegócio. Portanto, em nome do Paraná, pelo desenvolvimento e progresso do Brasil, voto "sim".

O deputado Nishimori foi eleito pelo portal Pragmatismo Político<sup>66</sup> como autor de um dos projetos mais bizarros em 2015, aquele que dá isenção de impostos de importação e ICMS para os artigos esportivos, equipamentos e máquinas destinados ao uso, manutenção e pratica do esporte golfe. Em relação aos processos judiciais, o deputado responde no STF os seguintes inquéritos<sup>67</sup>: STF - Inquérito nº 3508/2012 - É acusado de estelionato majorado, formação de quadrilha e crimes contra a fé pública. O parlamentar teria participação em esquema de nomeação de funcionários "fantasmas" (recebem salários, mas não exercem o ofício) na Assembleia Legislativa do Paraná. A ação segue em segredo de justiça. STF - Inquérito nº 4268/2016 - É alvo de inquérito referente a crimes de estelionato majorado e falsidade ideológica.

### 3.1.2.3 Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens

Pelos dados abaixo relacionados, nota-se que a votação se concentrou na região Norte e Noroeste do Paraná, nos municípios em torno de Maringá.

Quadro 08 – Votação por município - Candidato Nishimori – Paraná – Dep. Federal – 2014

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Ângulo	715	0,67
Apucarana	650	0,61
Araruna	1.283	1,20
Araucária	1.726	1,62
Borrazópolis	1.859	1,74
Cianorte	3.845	3,60
Colorado	802	0,75
Curitiba	3.742	3,50
Lobato	1.354	1,27
Londrina	2.061	1,93
Mamborê	2.002	1,87
Mandaguari	985	0,92
Marialva	5.328	4,99
Maringá	23.361	21,86
Paçandu	2.807	2,63
Santa Fé	2.669	2,50
Sarandi	4.292	4,02
Terra Boa	2.416	2,26

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral<sup>68</sup>

Quadro 09 - Principais doadores de campanha - Candidato Nishimori

<b>Doador</b>	<b>Doador Original</b>	<b>Tipo</b>	<b>Valor - R\$</b>
Partido da República - PR	Partido da República - PR	Cheque	R\$ 800.000,00
Partido da República - PR	JBS S/A	Cheque	R\$ 300.000,00
Partido da República - PR	SEARA Alimentos LTDA	Cheque	R\$ 300.000,00
Partido da República – PR	Const. Andrade Gutierrez SA	Cheque	R\$ 200.000,00
Partido Progressista PP	JBS S/A	Transf. eletrônica	R\$ 100.000,00
Partido da República – PR	BRADESCO S.A.	Cheque	R\$ 100.000,00
Partido da República – PR	PMDB	Cheque	R\$ 100.000,00
Partido Progressista – PP	COSAN Lubrificantes S.A.	Transf. eletrônica	R\$ 100.000,00
Partido da República - PR	Partido da República - PR	Cheque	R\$ 100.000,00
Kurashiki do Brasil Textil Ltda.	Kurashiki do Brasil Textil Ltda.	Transf. eletrônica	R\$ 50.000,00
Elco – Eng. de montagens Ltda.	Elco – Eng. de montagens Ltda.	Transf. eletrônica	R\$ 30.000,00
LSL Transportes Ltda.	LSL Transportes Ltda.	Transf. eletrônica	R\$ 30.000,00
COCARI -Coop. Agrop. e Ind.	COCARI -Coop. Agrop. e Ind.	Transf. eletrônica	R\$ 30.000,00
Integrada Coop. Agroind.	Integrada Coop. Agroind	Transf. eletrônica	R\$ 30.000,00
PSDB	Const. Andrade Gutierrez S/A	Transf. eletrônica	R\$ 25.000,00
Coop. Crédito e investimento – PSDB	Coop. Crédito e investimento – PSDB	Transf. eletrônica	R\$ 20.000,00
PSDB	Const. Andrade Gutierrez S/A	Transf. eletrônica	R\$ 20.000,00
<b>Total Arrecadado</b>			<b>R\$ 2.466.817,17</b>

Fonte: [www.meucongressonacional.gov.br](http://www.meucongressonacional.gov.br).<sup>69</sup>

Quadro 10 – Declaração de bens

<b>Descrição</b>	<b>Valor do bem – R\$</b>
Capital social em nome de Elizabeth A. Nishimori da firma	R\$ 16.950,00
Banco do Brasil	R\$ 160,37
CEF	R\$ 14.442,99
Itaú	R\$ 10,00
Capital Social firma Nishimori Diesel Marialva Ltda.	R\$ 16.950,00
Dinheiro em espécie	R\$ 800.000,00
Conta Capital Coamo	R\$ 37.386,17
COCARI	R\$ 16.654,80
Itaú	R\$ 202,26
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.128.827,55</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

### 3.1.3 Candidato Antonio Teruo Kato



#### 3.1.3.1 Biografia

Nascido em 1954, no município de Lucélia/SP, neto de imigrantes japoneses, Antonio Teruo Kato é casado com Jeanne Maria Fukii Kato e tem duas filhas. Formado em administração de empresas, em 1985 passou a gerenciar a concessionária Chevrolet em Paranavaí adquirida pela família; no ano seguinte adquiriu a concessionária de máquinas agrícolas Valtra. Em 1990 foi eleito presidente da Associação Comercial de Paranavaí, de 1990 a 1992 e de 1994 a 1996. Foi eleito prefeito de Paranavaí em 1997, com mandato de 1997-2000. Foi entre 2005 e 2006, diretor regional da Associação Brasileira dos Concessionários Chevrolet (Abrac) no Paraná. Em 2006, foi eleito deputado estadual pelo PMDB com 39.176 votos. Em 2010, foi reeleito deputado estadual com expressivos 50.271 votos. Nas eleições de 2014, disputando uma cadeira na Câmara Federal, obteve 52.260 votos e ficou na segunda-suplência.<sup>70 71</sup> Atualmente é conselheiro da Associação Comercial de Paranavaí<sup>72</sup>.

A esposa Jeanne Kato foi eleita vice-prefeita (PSD) de Paranavaí nas eleições de 2016, fazendo chapa com o candidato eleito Delegado Caique, do PSDB<sup>73</sup>.

#### 3.1.3.2 Atuação Política

O deputado Teruo Kato foi da base de apoio do governo Roberto Requião, de 2006 a 2010. Quando da eleição do governador Beto Richa (PSDB), oposição ao governador anterior, a bancada do PMDB, em meados de 2011, já estava apoiando o governador Richa. Em junho de 2011, foram criadas duas super secretarias de Estado, de Infraestrutura e Logística e da Família e Desenvolvimento Social, por proposta pelo governo Beto Richa (PSDB). As duas

super pastas, por abarcarem fatia significativa do orçamento estadual, ficaram na mão do irmão e da esposa do governador, respectivamente José "Pepe" Richa Filho e Fernanda Richa. Nove deputados do PMDB votaram a favor da proposta e 3 se abstiveram<sup>74</sup>. O deputado Teruo Kato votou sim<sup>75</sup>. No primeiro tarifaço do governador Richa, um pacote de medidas enviada a ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná) no final de 2014, incluindo o aumento de 12% para 18% ou 25% da alíquota de ICMS sobre variada gama de produtos, inclusive de consumo popular, elevação de 40% do IPVA e aumento de 1% no ICMS da gasolina,<sup>76</sup> o deputado se absteve. Também em 2014 votou sim no projeto de lei que criou o auxílio-moradia para juízes e desembargadores do estado<sup>77</sup>.

Selecionamos alguns projetos de autoria do deputado Kato, exemplificando sua atuação parlamentar:<sup>78</sup>

- Indicação Legislativa Aprovada Nº 2355 de 2013: Ementa sugere a reestruturação da pista de atletismo do Colégio Estadual de Paranaíba.

- Indicação Legislativa aprovada Nº 2259 de 2013: Sugere a construção de uma rotatória na BR 376 no acesso ao município de Alto Paraná.

- Indicação Legislativa Aprovada Nº 2257 de 2013: Sugere a doação de um veículo tipo van ao município de Nova Londrina.

- Indicação Legislativa Aprovada Nº 2118 de 2013: Sugere a doação de um micro-ônibus adaptado a APAE do município de Guairaça.

- Indicação Legislativa Aprovada Nº 1904 de 2013: Sugere a Secretaria de Estado da Saúde que efetue o levantamento a fim de que se possa implantar um hospital regional no município de Loanda.

- Lei Sancionada Nº 17376 de 2012 Publicada no Diário Oficial Nº 8853 de 6/12/2012: Declara de utilidade pública a ONG – Ninho de Águia, com foro em sede no município de Nova Esperança.

- Lei Sancionada Nº 17300 de 2012 Publicada no Diário Oficial Nº 8799 de 17/9/2012: Dispõe sobre a obrigatoriedade do envio de cópia do contrato de adesão aos consumidores por carta registrada na modalidade aviso de recebimento – AR.

- Lei Sancionada Nº 17538 de 2013 Publicada no Diário Oficial Nº 8938 de 16/4/2013: Declara de utilidade pública o conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR.

- Indicação Legislativa Aprovada Nº 324 de 2007: Propõe ao governo do Estado do Paraná e à Secretaria da Cultura a criação da Biblioteca Cidadã no município de Paranaíba.



- Indicação Legislativa Aprovada Nº 615 de 2007: Propõe ao governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Educação a implantação de programa de identificação e combate a dislexia nas escolas públicas estaduais.

### 3.1.3.3 Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens

A votação de Teruo Kato se concentrou nos municípios limítrofes a Paranavaí.

Quadro 11 – Votação por município – Candidato Teruo Kato – Dep. Federal - 2014

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Alto Paraná	3.082	5,9
Amaporã	305	0,58
Arapongas	504	0,96
Assis Chateaubriand	327	0,63
Cianorte	366	0,7
Curitiba	1.759	3,37
Diamante do Norte	900	1,72
Loanda	612	1,17
Londrina	668	1,28
Marilena	563	1,08
Maringá	859	1,64
Nova Esperança	1.809	3,46
Nova Londrina	1.160	2,22
Paraíso do Norte	635	1,22
Paranavaí	24.870	47,59
Tamboara	684	1,31
Terra Rica	1.452	2,78

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral<sup>79</sup>

Quadro 12 - Principais doadores de campanha - Candidato Teruo Kato

<b>Doador</b>	<b>Tipo</b>	<b>Valor - R\$</b>
Antonio Teruo Kato	Transferência eletrônica	R\$ 118.000,00
Antonio Teruo Kato	Transferência eletrônica	R\$ 35.000,00
Antonio Teruo Kato	Estimado	R\$ 1.000,00
Carlos Mitsuyuki Nakamura	Estimado	R\$ 1.000,00
Comercial Agrícola de Paranavaí Ltda.	Transferência eletrônica	R\$ 65.000,00
Coop.Agroindustrial do Noroeste Pr	Transferência eletrônica	R\$ 30.000,00
Eleição 2014 Roberto Requião – Gov.	Estimado	R\$ 3.222,50
Farmácia Drogaria Nissei Ltda.	Cheque	R\$ 10.000,00
Jeanne Maria Fujii Kato	Estimado	R\$ 2.100,00
Pontal Comércio de Veículos e Peças Ltda.	Estimado	R\$ 2.000,00
<b>Total arrecadado</b>		<b>R\$ 268.322,50</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral<sup>80</sup>.

Quadro 13 – Declaração de bens

<b>Descrição</b>	<b>Valor do bem – R\$</b>
Casa alvenaria em São Paulo	R\$ 124.916,25
50% de terras fazenda Florida em Tamboara/PR	R\$ 480.000,00
Barracão comercial – Paranavaí	R\$ 16.432,50
Quotas da empresa Transpeso Ltda.	R\$ 4.214,70
Coop. Sicoob Juros sob capital	R\$ 14.694,05
Creditos juros capital empréstimo Coml Agr. Paranavaí	R\$ 164.809,12
RDB Itaú	R\$ 11.885,04
Sicredi Invest	R\$ 11.885,04
Quotas da Distribuidora de Aves Rio Pequeno	R\$ 3.124,15
Quotas da empresa Com. Agrícola de Paranavaí	R\$ 625.000,00
Poupança Itaú	R\$ 6.839,07
Título HSBC	R\$ 2.077,52
Veículo Prisma 2010	R\$ 30.000,00
Veículo Cobalt 2013	R\$ 45.000,00
Parte do Haras Santa Clara Alto Paraná	R\$ 119.857,11
Estância Alegrete/Teodoro Sampaio – SP	R\$ 21.701,65
Fazenda Conquista/Teodoro Sampaio -SP	R\$ 80.000,00
Quotas emp. Invinor Ind. de Vinagres Noroeste	R\$ 14.433,76
PGBL CEF	R\$ 36.575,97
Apto. Ed. Aruana Paranavaí	R\$ 119.857,11
Veículo Prisma 2007	R\$ 32.000,00
Quotas capital emp. Pontal Comércio de Veículos	R\$ 223.450,03
Veículo Omega 2011	R\$ 100.000,00
Veículo Prisma 2009	R\$ 31.800,00
PGBL HSBC	R\$ 150.619,52
Coop. SICOB	R\$ 84.251,88
Veículo Vectra 2008	R\$ 49.000,00
Ações ord. Hosp. Maternidade Noroeste	R\$ 6.800,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.609.790,31</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

### 3.1.4 Candidato Mario Hitoshi Takahashi



#### 3.1.4.1 Biografia

Nascido em Londrina, em 03 de março de 1977, filho de Mario Francisco Takahashi e de Maria Aparecida Lopes. Graduado em Direito pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), é sócio no escritório de advocacia Subtil & Subtil Advogados Associados. Filiou-se ao Partido Verde em 2009 e participou da eleição em 2010 como candidato a deputado estadual. Foi eleito vereador para câmara de vereadores de Londrina em 2012, mandato de 2013 a 2016, com 1.146 votos<sup>81</sup>, ficando na oposição à administração do Prefeito Alexandre Kireeff (PSD). Em 2016 Takahashi foi reeleito vereador pelo PV com 4.192 votos, com o maior aumento de votos na Câmara de Vereadores.<sup>82</sup> Em janeiro de 2017 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Londrina, para o biênio 2017-2018, com dezoito dos dezenove votos e apoio do prefeito Marcelo Belinati.

#### 3.1.4.2 Atuação Políticas

Abaixo relacionamos alguns pronunciamentos do Vereador Takahashi de forma a oferecer um quadro das preocupações políticas do parlamentar<sup>83</sup>.

12/03/2013 - Água contaminada - O vereador Mário Takahashi anuncia conclusão de estudo sobre o Ribeirão Cafezal que constatou presença de bactérias resistentes a três tipos de antibióticos. O Cafezal faz parte do sistema de abastecimento de água de Londrina. Takahashi diz que é necessária uma cooperação entre as cidades da Região de Londrina para tratar da questão.

08/04/2013 – Aumento salarial para professores - Pede desculpas por não ter comparecido na manifestação da UNE e UPE em favor do aumento de salários para os professores.

09/07/2013 – Programa “Mais Médicos” do Governo Federal - Critica o Programa “Mais Médicos” do Governo Federal, que visa contratar médicos formandos no exterior para trabalhar nas pequenas cidades, e que os problemas de saúde pública precisam de uma política mais complexa do que a implantada.

08/06/2013 - Maus tratos de animais - Mostra reportagem que fala da matança de animais em Santa Cruz do Arari, no Pará. Diz que a questão dos maus tratos de animais é nacional.

26/09/2013 - Rescisão de contrato com a Visatec pela CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina). Exibe imagens de uma nascente de rio totalmente poluída por óleo diesel e informa que o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e a SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) já identificaram e tomaram as medidas cabíveis contra o responsável. Alerta para a rescisão de contrato com a Visatec pela CMTU e demonstra preocupação sobre a qualificação da próxima empresa que será contratada para realização da atividade.

29/10/2013 - Audiência pública sobre PPA e LOA - Conclama a população a participar das audiências públicas sobre o Projeto Lixo Zero. Convida a comunidade londrinense a participar amanhã nesta Casa da audiência pública sobre PPA (Plano Plurianual) e LOA (Lei Orçamentária).

04/02/2014 - Indeferimento pela CMTU de Pedidos de Informações - Comenta sobre o indeferimento pela CMTU de Pedidos de Informações de sua autoria e critica o posicionamento do órgão dizendo que tal atitude restringe o poder de fiscalização do vereador.

06/02/2014 - Transporte público municipal - Comenta sobre o transporte público municipal e que encontrou uma lei autorizando e reservando uma verba para reforma e urbanização dos terminais urbanos de transporte coletivo que não foi completamente utilizada. Aponta o Município fechou o exercício financeiro anterior com superavit de mais de R\$ 3 milhões e questiona por que não se utilizou parte desta verba para reforma dos terminais.

10/04/2014 - Descumprimento da Lei Cidade Limpa - Expõe as complicações que tem para conseguir informações necessárias para o trabalho de investigação inerente à vereança e

cobra uma atenção especial do Executivo na fiscalização dos seus atos. Relata o descumprimento da Lei Cidade Limpa por algumas empresas da cidade.

06/11/2014 - Audiência Pública do Orçamento - Convida os munícipes para participar da Audiência Pública do Orçamento (Lei Orçamentária Anual) na próxima segunda-feira, 10/11/2014. Comenta sobre a realização de obras no fundo de vale do Jardim Sabará sem autorização de quaisquer dos órgãos responsáveis e cobra providências.

07/04/2015 - Falta de organização do Executivo Municipal - Aponta para a falta de organização do Executivo Municipal e cita fatos. Comenta resposta a um dos pedidos de informações de sua autoria à CMTU.

09/04/2015 - Possível aumento da tarifa de ônibus - Critica a falta de planejamento por parte do Executivo e aponta que o reajuste da tarifa de ônibus causará grande impacto no orçamento do londrinense. Questiona se a empresa prestadora do serviço de transporte público sofre auditorias periódicas.

08/12/2015 - Crise econômica que assola o país - Discorre sobre a crise econômica que assola o Brasil e apresenta algumas soluções da iniciativa privada que podem ser adotados pela Gestão Pública a fim de amenizar os efeitos da crise.

01/09/2016 - Cassação do mandato da Presidente Dilma Rousseff - Lamenta a decisão do Senado Federal no dia de ontem, que cassou o mandato da Presidente Dilma Rousseff, mas manteve seus direitos políticos.

### 3.1.4.3 Votação por município, principais doadores e declaração de bens

O candidato concentrou a votação no município de Londrina e cidades limítrofes.

Quadro 14 – Votação por município 2014 – Candidato Mario H. Takahashi – Dep. Federal

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Apucarana	93	0,74
Arapongas	50	0,4
Assaí	43	0,34
Bela Vista do Paraíso	60	0,47
Cambé	1.163	9,21
Curitiba	280	2,22
Faxinal	40	0,32
Ibiporã	193	1,53
Londrina	9.387	74,3
Maringá	151	1,2
Porecatu	60	0,47
Prado Ferreira	56	0,44

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Rolândia	71	0,56
São Jerônimo da Serra	101	0,8
Uraí	80	0,63

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>84</sup>

Quadro 15 - Principais doadores de campanha - Candidato Mario H. Takahashi

<b>Doador</b>	<b>Espécie do Recurso</b>	<b>Valor - R\$</b>
Anadir Aparecida Alves Subtil de Oliveira	Transferência eletrônica	R\$ 2.000,00
Aparecido Rezende	Estimado	R\$ 1.500,00
Chronos Construtora e Incorporadora Ltda.	Transferência eletrônica	R\$ 10.000,00
Direção Estadual/Distrital	Estimado	R\$ 896,46
Eleição 2014 – Roberto Requião – Governador	Estimado	R\$ 450,00
Eleição 2014 – Roberto Requião – Governador	Estimado	R\$ 1.233,33
Eleição 2014 – Roberto Requião – Governador	Estimado	R\$ 660,00
Eleição 2014 – Roberto Requião – Governador	Estimado	R\$ 472,50
Eleição 2014 – Roberto Requião - Governador	Estimado	R\$ 90,00
Fábio Seiti Yogi	Estimado	R\$ 2.000,00
Hercules Augusto Chiararia	Estimado	R\$ 5.500,00
Hotel Sumatra Ltda.	Depósito em espécie	R\$ 25.000,00
Hugo Neves Polimeni	Estimado	R\$ 500,00
Hugo Neves Polimeni	Estimado	R\$ 2.000,00
Joice Meire Monteiro	Estimado	R\$ 5.500,00
Paulo Cesar Ignácio Alves	Estimado	R\$ 2.500,00
João San Martin Paixão	Estimado	R\$ 1.500,00
Maria Aparecida Lopes	Estimado	R\$ 2.500,00
Maria das Graças Pezente	Estimado	R\$ 2.000,00
Mario Hitoshi Neto Takahashi	Transferência eletrônica	R\$ 11.000,00
Mario Hitoshi Neto Takahashi	Transferência eletrônica	R\$ 35.000,00
Mario Hitoshi Neto Takahashi	Transferência eletrônica	R\$ 25.000,00
Mario Hitoshi Neto Takahashi	Transferência eletrônica	R\$ 86.000,00
Mario Hitoshi Neto Takahashi	Transferência eletrônica	R\$ 12.000,00
Mario Hitoshi Neto Takahashi	Depósito em espécie	R\$ 632,45
Mario Hitoshi Neto Takahashi	Depósito em espécie	R\$ 3,00
Mario Hitoshi Neto Takahashi	Depósito em espécie	R\$ 250,00
Neusa Casagrande Muniz	Transferência eletrônica	R\$ 15.000,00
Rodrigo Mokndek de Miranda	Estimado	R\$ 2.000,00
Rogéria Manoel Trombetti Takahashi	Estimado	R\$ 5.500,00
Wisllley Duelli da Silva	Estimado	R\$ 2.000,00
Wisllley Duelli da Silva	Estimado	R\$ 5.500,00
<b>Total de receitas</b>		<b>R\$ 266.187,74</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>85</sup>

Quadro 16 – Declaração de bens

<b>Descrição</b>	<b>Valor do bem – R\$</b>
Crédito junto a Maria de Cassia Domingues Subtil	R\$ 150.000,00
28.000 quotas da empresa 2M Ltda.	R\$ 28.000,00
39% quotas de capital da empresa Subtil & Subtil Advogados	R\$ 1.170,00
Crédito junto a Maria Aparecida Lopes	R\$ 280.000,00
Disponibilidades	R\$ 565.013,00
9.500 quotas da empresa Takahashi e Trombetti Ltda.	R\$ 9.500,00
50% do apto. Rua Clevelandia, 170 – Londrina.	R\$ 90.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.124.207,65</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>86</sup>

### 3.2 PERFIL DOS CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL

#### 3.2.1 Candidato Rui Kiyoshi Hara



##### 3.2.1.1 Biografia

Rui Kiyoshi Hara nasceu em 27 de setembro de 1952, curitibano, empresário<sup>87</sup>, médico pela UFPR, foi casado com Ioko Margarete Kobayashi e tem três filhos Marina Kimie, Marcos Akio e Marlus Mikio. É filho de Chuniti Hara e neto de Missaku Hara. Missaku trabalhava no transporte costeiro de madeira, tendo perdido o barco em uma tempestade. Em vista da situação, resolveu emigrar junto com a esposa, chegando ao Brasil em 1913, sob contrato de dois anos nas lavouras de café de São Paulo. Em 1917 a família Hara se mudou para Antonina/PR, onde adquiriram 650 hectares de terras, em sociedade com a família Yassumoto, fundando a colônia Cacatu, se dedicando ao plantio de arroz, cana-de-açúcar, banana. A principal atividade do empreendimento foi a construção de uma destilaria que produzia cachaça (TRINDADE; WAWZYNIAC, 2011, p. 6-7).

Durante a década de 1930, Missaku ampliou seus negócios abrindo uma firma comercial Missaku Hara, Engenho de Beneficiar Arroz e Comercialização de Secos e Molhados. Em 1932, manteve um depósito de bebidas em Curitiba, na Rua Fontana, esquina com a Rua Cândido de Abreu, hoje Centro Cívico. Em 1941 abriu uma sociedade comercial para vendas de "armarinhos, fazendas, ferragens, secos e molhados", tendo como sócio seu filho Chuniti Hara e um conterrâneo Kikuji Nojiri (TRINDADE; WAWZYNIAC, 2011, p. 7).

Vereador em Curitiba por três mandatos (entre 1996 e 2004) foi filiado ao PDT, PFL e PSDB, coincidentemente, sempre em consonância com a filiação partidária do Prefeito<sup>88</sup>. Em 2005 foi nomeado pelo prefeito Beto Richa secretário municipal de Assuntos Metropolitanos. Em 2006, candidatou-se a deputado estadual pelo PSDB, com 34.389 votos, ficando como primeiro suplente. Em 2007, assumiu a vaga na Assembleia Legislativa do Paraná,

licenciando-se neste ano para assumir a Secretaria de Governo do Município de Curitiba, tendo como função “intensificar as relações da Prefeitura com as autoridades e a sociedade, além de articular ações governamentais de forma integrada”, permanecendo no cargo até março de 2010<sup>89</sup>. De 2010 a 2014 foi coordenador geral Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec)<sup>90</sup>. Em 2014 foi candidato a deputado federal pelo PSB, Coligação Avança Paraná (PSDB / DEM / PSB / PROS / PHS)<sup>91</sup>, recebendo 19.039 votos.

### 3.2.1.2 Atuação Política

A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) é o órgão do governo estadual incumbido do planejamento e gestão do desenvolvimento integração dos 29 municípios que compõem a região metropolitana de Curitiba, realizando coordenação da integração do transporte público de passageiros, do sistema viário, habitação e saneamento. No início de 2015 o governo do Estado do Paraná, movido por desavenças políticas com o prefeito de Curitiba Gustavo Fruet (PDT), anunciou que iria suspender o subsídio à integração entre ônibus municipais de Curitiba e metropolitanos de 13 cidades vizinhas. “A população que pagava R\$ 3,30 para se deslocar entre os dois municípios paga agora R\$ 5,80. A tarifa municipal de Araucária baixou para R\$ 2,50, mas o passageiro que precisa ir para Curitiba tem de pagar outros R\$ 3,30, totalizando R\$ 5,80. Este deslocamento “ida e volta” que antes era de R\$ 6,60 passou a ser em fevereiro de R\$ 11,60 por dia<sup>92</sup>. O coordenador geral da Comec, Rui Hara alegou na época que o governo estadual não tinha caixa para sustentar os subsídios à integração do transporte coletivo: “O governo do estado oferta a questão do subsídio do diesel e discute o que pode haver além disso, o que é preponderante para o município [Curitiba], mas o governo do estado também tem dificuldades financeiras”, diz.”<sup>93</sup> Na eleição de 2016, com a derrota do prefeito Gustavo Fruet e eleito o candidato Rafael Greca (PMN), apoiado pelo governador Beto Richa, a situação financeira da Comec muda radicalmente: “Um dia depois de ver o aliado Rafael Greca (PMN) vencer a eleição para prefeito de Curitiba, o governador Beto Richa (PSDB) anunciou a volta da Rede Integrada de Transportes (RIT) e do subsídio ao transporte público da capital. Ambos os rompimentos ocorreram durante o mandato do atual prefeito Gustavo Fruet (PDT), que é opositor do tucano”<sup>94</sup>.



A construtora Viaplan Engenharia Ltda, que tem por sócio um parente do Rui Hara, Gilberto Chuji Hara, fornece serviços à Prefeitura de Curitiba, como coleta de resíduos vegetais<sup>95</sup> e a construção obras, tais como dois parques ambientais orçados em R\$ 19,7 milhões no ano de 2012<sup>96</sup>. Em 2009 a Viaplan foi objeto de denúncias que indicavam favorecimento nas licitações públicas, conforme o colunista da Gazeta do Povo Celso Nascimento.

Há alguma maldição pairando sobre as grandes concorrências da prefeitura de Curitiba: sempre tem alguém que invoca com os termos dos editais ou com os resultados e acaba conseguindo liminares da Justiça ou decisões do Tribunal de Contas para paralisar as licitações. O curioso é que, invariavelmente, as empresas já contratadas e que eventualmente poderiam ser substituídas por outras que vencessem a concorrência, ganham o benefício da prorrogação de seus contratos até que a (demorada) Justiça tome uma decisão final.

O caso Consilux assemelha-se ao das duas responsáveis pela coleta de dejetos vegetais, a Laine Manutenção de Áreas Verdes (de propriedade de parentes do presidente da Câmara, vereador João Cláudio Derosso) e a Viaplan (que tem como sócio um parente do secretário municipal de Governo, Rui Hara). Na hora em que estavam prestes a perder os contratos de R\$ 18 milhões para cada uma, uma decisão judicial determinou a suspensão dos procedimentos de licitação. E a prefeitura, invocando a emergência prevista na legislação que trata de calamidades públicas, firmou novo contrato com elas com validade para mais um ano – isto é, se até lá a Justiça der o caso por encerrado.<sup>97</sup>

### 3.2.1.3 Votação por município, principais doadores e declaração de bens

Recebendo mais de 72% dos votos em Curitiba, o candidato Rui Hara também foi lembrado na região metropolitana de Curitiba e nas regiões de imigração japonesa.

Quadro 17 – Votação por município – Candidato Rui Hara – Dep. Estadual - 2014

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Apucarana	121	0,64
Araucária	135	0,71
Assaí	148	0,78
Campo Largo	102	0,54
Cascavel	124	0,65
Colombo	142	0,75
Curitiba	13.756	72,25
Fazenda Rio Grande	99	0,52
Ibiporã	113	0,59
Londrina	601	3,16
Maringá	502	2,64
Paranaguá	199	1,05
Pinhais	196	1,03
Ponta Grossa	149	0,78
São José dos Pinhais	508	2,67

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>98</sup>

Quadro 18 – Principais financiadores da campanha – Candidato Rui Hara

<b>Doador</b>	<b>Espécie do Recurso</b>	<b>Valor - R\$</b>
Administradora Educacional Novo Ateneu S/S LTDA.	Cheque	R\$ 15.000,00
Agenor Ferreira da Silva Filhos	Cheque	R\$ 1.000,00
Antônio Barea.	Cheque	R\$ 1.200,00
Daiken Automação Ltda.	Cheque	R\$ 2.500,00
Daiken Industrial Eletronica Ltda.	Transf. eletrônica	R\$ 2.000,00
Delcosul Ind. e Com. de Produtos Eletromecânicos - ME	Transf. eletrônica	R\$ 7.500,00
Dino Kussakawa	Cheque	R\$ 1.000,00
Edson Megumi Miyawaki	Depósito em espécie	R\$ 1.000,00
Eduardo Shigueki Hayashi	Depósito em espécie	R\$ 1.000,00
ELCO – Engenharia de montagens Ltda.	Transf. eletrônica	R\$ 20.000,00
ELCOSUL Ind. e Com. De Prod. Eletromecânicos Ltda.	Transf. eletrônica	R\$ 2.500,00
Eleição 2014 Beto Richa Governador	Estimado	R\$ 9.306,64
Farmácia e Drogaria Nissei S/A	Cheque	R\$ 10.000,00
Flávio T. Hiromoto	Cheque	R\$ 1.000,00
Francisco Carlos T. da Costa e Silva	Cheque	R\$ 1.000,00
Helio Macoto Suzuki	Cheque	R\$ 6.000,00
Integrada Cooperativa Agroindustrial	Transf. eletrônica	R\$ 5.000,00
Issao Omoto	Cheque	R\$ 1.000,00
Jaime Luis Lopes Rocha	Cheque	R\$ 500,00
Janio Akira Ishisaki	Cheque	R\$ 1.000,00
João Tomio Nakamura	Cheque	R\$ 1.000,00
Kazuhiko Atsumi	Cheque	R\$ 1.000,00
Kiyoharu Miike	Cheque	R\$ 1.000,00
Lavitta Eng. Civil Ltda.	Transf. eletrônica	R\$ 20.000,00
Luiz Masakatso Nomura	Em espécie	R\$ 1.000,00
Marcos Tsutomu Kobe	Cheque	R\$ 2.000,00
Maria Helena Uyeda	Em espécie	R\$ 1.000,00
Mario Massatomo Namba	Cheque	R\$ 1.000,00
Nelson Itiro Miyague	Cheque	R\$ 1.000,00
Nelson Massato Sato	Estimado	R\$ 2.800,00
Nilson José Zancan	Em espécie	R\$ 1.000,00
Nobutero Matsuda	Cheque	R\$ 1.000,00
Noriyaki Takeshita	Em espécie	R\$ 1.000,00
Noriyassu K S. Takeguma	Estimado	R\$ 2.500,00
Orlando Kubo	Cheque	R\$ 1.000,00
Paulo Issamu Utime	Cheque	R\$ 6.000,00
Pronto Socorro Infantil São Luiz Ltda.	Cheque	R\$ 1.500,00
Rui Kiyoshi Hara	Transf. eletrônica	R\$ 31.801,00
S. D. Cortes & Cia Ltda.	Cheque	R\$ 2.000,00
Sansuan Com. e Ind. Imp. E Exp'. de Prod. Aut Ltda.	Cheque	R\$ 1.000,00
Sergio Ossamu Ioshi	Cheque	R\$ 1.000,00
Sheizi Ono	Cheque	R\$ 1.000,00
Tamotsu Noda	Em espécie	R\$ 1.000,00
Yoshio Atsumi	Em espécie	R\$ 1.000,00
Yugo Sakamoto	Em espécie	R\$ 1.000,00
		<b>Total de Receitas R\$ 192.891,62</b>

Fonte: www.meucongrassonacional.com<sup>99</sup>

Quadro 19 – Declaração de bens

<b>Descrição</b>	<b>Valor do bem – R\$</b>
Terreno 517 m² - Rua XV de novembro	R\$ 12.248,17
Quotas capital da Cond. Iguaçu Ltda.	R\$ 111.840,00
Veículo Vectra 2011	R\$ 60.647,35
50% apto. Balneário Santa Terezinha - PR	R\$ 10.221,13
Poupança Itaú	R\$ 32.178,98
Disponibilidade financeira	R\$ 68.980,00
Aplicação Itaú	R\$ 6.225,55
Bradesco c/c 450-2	R\$ 250.000,00
Terreno Rua Jacarezinho, n. 500 – 10.645 m² - doação do pai C. Hara	R\$ 294.080,62
Cotas firma sanatório São José Ltda.	R\$ 26.240,00
Poupança Santander	R\$ 8.049,95
Renda fixa Santander	R\$ 131.010,05
Sala comercial Rua Ângelo Cordeiro, n. 500 – São José dos Pinhais	R\$ 22.025,65
Quota capital Novaclínica Serviços Médicos Ltda.	R\$ 39.360,00
Poupança Itaú	R\$ 117.990,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.194.442,63</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

### 3.2.2 Candidato Hemerson Yokio Yokota



#### 3.2.2.1 Biografia

Nascido em Umuarama (PR), em 30/06/1969, é empresário, sócio da Yokota e Nomura Ltda<sup>100</sup>, loja de comércio varejista, e graduado em Administração de Empresas pela UNIPAR (Universidade Paranaense), filho do Isamu Yokota<sup>101</sup> e Tereza Tanaka Yokota, casado com Mariza Tieko Yugawa Yokota. Foi presidente do Rotary Club na gestão 2001/2002 e secretário de Defesa Social de Umuarama na gestão 2009/2012, responsável pela Guarda Municipal e Diretoria de trânsito, na gestão do prefeito Moacir Silva. Eleito o vereador mais votado de Umuarama nas eleições de 2012, com 2.309 votos, pelo Partido da República (PR). Afirma que tem o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso como político que admira<sup>102</sup>.

#### 3.2.2.2 Atuação Política

Relacionamos a seguir uma amostra da ação do parlamentar como vereador em Umuarama<sup>103</sup>:

Indicação 33/2013 em 18/02/2013 - Sugere, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que tome as providências necessárias visando à implantação de redutor de velocidade na Rua Nereu Ramos, no trecho compreendido entre a Rua Nossa Senhora de Fátima e a Rua das Palmeiras.

Indicação 299/2013 em 01/04/2013 - Sugere, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que tome providências necessárias visando a recuperação do parque infantil existente na Praça 7 de Setembro.

Requerimento 38/2013 em 25/03/2013 - Requer à Mesa, na forma regimental, que seja enviado ofício à SANEPAR, com cópia do presente, solicitando providências no sentido de informar a esta Casa de Leis a atual situação da obra de implantação de rede de esgoto nos Jardins Imigrantes e Laguna, e nos Parques do Lago, Bandeirantes e Alphaville, bem como a previsão para sua conclusão.

Indicação 710/2013 em 26/08/2013 - Sugerem, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que estude a possibilidade da doação de um terreno no mínimo de dez mil metros quadrados para a SAAU (Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama), localizada na PR-480.

Indicação 135/2015 em 02/03/2015 - Sugerem, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que estude a possibilidade de se efetuar repasse de recursos financeiros regularmente no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), à Associação dos Amigos Voleibol de Umuarama - AAVU.

Indicação 425/2015 em 25/05/2015 - Sugere, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que estude a possibilidade, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, visando a destinação de estagiário, do curso de Medicina Veterinária, para prestar serviços junto à Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama - SAAU, através de convênio com esta entidade.

Indicação 607/2015 em 10/08/2015 - Sugere, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que providencie mão de obra para construção de cobertura no acesso da Escola Municipal Souza Naves.

Projeto de Lei Ordinária (L) 76/2015 em 23/10/2015 - Proíbe a exploração do gás de xisto pelo método de fratura hidráulica “fracking”.

Projeto de Lei Ordinária (L) 37/2013 em 10/06/2013 - Dispõe sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos do Município de Umuarama e dá outras providências.

O vereador Hemerson Yokota renunciou ao mandato de vereador em 15/02/2016, em sessão realizada na Câmara dos Vereadores de Umuarama. Yokota foi preso em flagrante no dia 23/12/2015, em um clube da cidade, ao receber parte de um suborno de 60 mil reais oferecido pelo empresário Valdecir Fabrício Dias, dono de uma empresa de móveis planejados. A vítima contou à polícia que o vereador solicitou 80 mil reais pela aprovação de um projeto que doava terreno da prefeitura a uma empresa<sup>104</sup>.

### 3.2.2.3 Votação por município, doadores de campanha e declaração de bens

A votação do candidato Hemerson Yokota se concentrou nos municípios geograficamente próximos a cidade de Umuarama, região noroeste do Paraná.

Quadro 20 – Votação por município – Candidato Hemerson Yokota – Dep. Estadual - 2014

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Cruzeiro do Oeste	330	1,81
Curitiba	178	0,98
Douradina	730	4,01
Guaíra	75	0,41
Icaraíma	116	0,64
Ivaté	166	0,91
Mariluz	166	0,91
Maringá	172	0,94
Palotina	1.030	5,65
Perobal	165	0,91
Umuarama	13.088	71,86

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>105</sup>

Quadro 21 – Principais financiadores da campanha – Candidato Hemerson Yokota

<b>Doador</b>	<b>Espécie do Recurso</b>	<b>Valor - R\$</b>
Albertinho Dondoni	Estimado	R\$ 1.365,00
Celso Nobuyuki Yokota	Transf. eletrônica.	R\$ 15.000,00
Edson Hideki Itikawa	Estimado	R\$ 2.167,00
Eleições 2014 – Beto Richa Governador	Estimado	R\$ 2.956,640
Eleições 2014 – Fernando L. Giacobbo Deputado Federal	Estimado	R\$ 33.259,30
Eleições 201 – Luiz H. Nishimori Deputado Federal	Estimado	R\$ 5.000,00
Evandro Wayhs	Em espécie	R\$ 3.500,00
Everaldo Marcos Navarro	Estimado	R\$ 2.167,00
Gazin Ind. e Com. de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Transf. eletrônica	R\$ 7.500,00
Hemerson Yukio Yokota	Em espécie	R\$ 4.750,00
Hugo dos Santos	Estimado	R\$ 500,00
Julio Cesar Tissiani Bonjorno	Em espécie	R\$ 8.665,43
Maria Leal dos Santos Silva	Estimado	R\$ 1.000,00
Mariza Tiekio Yugawa Yokota	Estimado	R\$ 12.000,00
Massaki Itikawa	Estimado	R\$ 2.000,00
Oraci Aparecida Pereira Silva	Em espécie	R\$ 8.000,00
Paulo Henrique Barbosa Ribas	Estimado	R\$ 1.000,00
Pedro José da Silva Junior	Cheque	R\$ 10.318,00
		<b>Receitas R\$ 121.148,37</b>

Fonte: TSE

Quadro 22 – Declaração de bens

<b>Descrição</b>	<b>Valor do bem – R\$</b>
Quota de capital da empresa Yokota e Nomura	R\$ 45.000,00
Moeda corrente.	R\$ 10.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 55.000,00</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>106</sup>

### 3.2.3 Candidato Kenny Tsushima



#### 3.2.3.1 Biografia

Kenny Tsushima nasceu em 26/11/1986, em Curitiba/PR, solteiro, filho do micro empresário Ricardo Massaharu Tsushima<sup>107</sup> e a “publisher” e “socialite” Lizete Yumi Okamura<sup>108</sup>. É graduado em Direito pela PUC/PR, em 2011. Oficial de Justiça do TJ/PR, desde 2012<sup>109</sup>. Em 2012 foi candidato a vereador em Curitiba, pelo PV (Partido Verde), coligação PV-PT-PDT, tendo recebido 2.423 votos. Em 2014 foi candidato a deputado estadual pelo PSB, coligação PSDB-DEM-PROS-PSB-PHS, recebendo 2.514 votos. Declara que seu livro preferido é “Cartas a um jovem político: para construir um país melhor”, autoria de Fernando Henrique Cardoso e admira como político Marina da Silva<sup>110</sup>. É irmão de Yannih Tsushima, funcionária da Assembleia Legislativa do Paraná desde fev/2009<sup>111</sup>. Yannih, entre fevereiro e agosto de 2015, esteve lotada no gabinete do deputado federal Valdir L. Rossoni (PSDB)<sup>112</sup>; retornou à Assembleia Legislativa e atualmente é funcionária em cargo de comissão nível G4<sup>113</sup>.

#### 3.2.3.2 Votação por município, financiadores de campanha e declaração de bens

A votação para o candidato Kenny Tsushima se concentrou na cidade de Curitiba, com votos esparsos nos municípios da região metropolitana da Capital e nas cidades de Maringá e Londrina, forte reduto da imigração japonesa.

Quadro 23 – Votação por município – Candidato Kenny Tsushima – Dep. Estadual - 2014

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Almirante Tamandaré	14	0,56
Araucária	13	0,52
Colombo	39	1,55
Curitiba	2.193	87,23
Londrina	10	0,4
Maringá	10	0,4
Paranaguá	18	0,72
Pinhais	35	1,39
São José dos Pinhais	35	1,39

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>114</sup>

Quadro 24 – Principais financiadores da campanha – Candidato Kenny Tsushima

<b>Doador</b>	<b>Espécie do Recurso</b>	<b>Valor - R\$</b>
Kenny Tsushima	Transf. eletrônica	R\$ 1.800,00
Kenny Tsushima	Em espécie.	R\$ 1.015,18
Luciano Ducci	Estimado	R\$ 500,00
		<b>Total de Receitas R\$ 3.315,18</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>115</sup>

Quadro 25 – Declaração de bens

<b>Descrição</b>	<b>Valor do bem – R\$</b>
99% de participação na sociedade A.K. Restaurante Ltda. - Curitiba	R\$ 9.950,00
Apto Rua Alice Tibiriçã – Bigorrilho - Curitiba	R\$ 380.000,00
Veículo Getta 2012	R\$ 55.000,00
99% de participação na sociedade Superpromo Eventos e Marketing	R\$ 30.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 474.950,00</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>116</sup>



### 3.2.4 Candidato Julio Hideo Ando



#### 3.2.4.1 Biografia

Julio Hideo Ando nasceu em 06/03/1943, natural de Bandeirantes (PR), Economista e empresário<sup>117</sup>, casado com Rosa Natsue Mishima Ando. Foi vereador em Curitiba nos períodos de 1989/1992 e 1993 a 1996<sup>118</sup>. Foi candidato a deputado estadual pelo PDT em 1994, obtendo 17.629 votos, se tornando deputado via suplência. Em 2002 foi candidato a vice-governador pela coligação PSC (Partido Social Cristão)/PST (Partido Social Trabalhista), obtendo 26.567. Em 2004 foi candidato a vereador pelo PL (Partido Liberal), obtendo 2.665 votos (suplente). Em 2008 foi candidato a vereador em Curitiba, pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), com 2.130 votos (suplente)<sup>119</sup>. Em 2014 foi candidato a deputado federal pelo PSC, obtendo 1.782 votos. Em 2012 lançou o livro de sua autoria, “Dicas de Campanha Municipal: Vereador e Prefeito”.

Rosa Natsue Mishima Ando, esposa do candidato Julio Ando, em 2011 era funcionária lotada no gabinete do Deputado Federal Luis Nishimori (PMDB)<sup>120</sup>, com cargo de comissão, secretária parlamentar, exercendo a função no período de 10/02/2011<sup>121</sup> a 18/12/2014<sup>122</sup>.

#### 3.2.4.2 Votação por Município, doadores de campanha e declaração de bens

Da mesma forma que o candidato Kenny Tsushima, a votação do candidato Julio Ando se concentrou na cidade de Curitiba, com votos esparsos nos municípios da região metropolitana da Capital e nas cidades de Maringá e Londrina.

Quadro 26 – Votação por município 2014 – Candidato Julio Ando – Dep. Estadual

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Assis Chateaubriand	10	0,56
Bandeirantes	15	0,84
Curitiba	1.363	76,49
Londrina	86	4,83
Maringá	38	2,13
Matinhos	15	0,84
Piraquara	14	0,79
São José dos Pinhais	20	1,12

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. <sup>123</sup>

Quadro 27– Principais financiadores da campanha – Candidato Julio Ando

<b>Doador</b>	<b>Espécie do Recurso</b>	<b>Valor - R\$</b>
Anderson Ando	Transf. eletrônica	R\$ 2.000,00
Gilson Luis da Silva	Estimado	R\$ 300,00
Idaete Bosco da Lapa Ando	Depósito em espécie	R\$ 1.000,00
Idaete Bosco da Lapa Ando	Depósito em espécie	R\$ 1.500,00
Joeli Matuko Ishii Mishima	Estimado	R\$ 1.500,00
Joeli Matuko Ishii Mishima	Depósito em espécie	R\$ 1.200,00
Julio Hideo Ando	Depósito em espécie	R\$ 400,00
Julio Hideo Ando	Depósito em espécie	R\$ 2.000,00
Julio Hideo Ando	Depósito em espécie	R\$ 5.000,00
Julio Hideo Ando	Depósito em espécie	R\$ 4.000,00
Julio Hideo Ando	Depósito em espécie	R\$ 3.000,00
Julio Hideo Ando	Depósito em espécie	R\$ 1.949,00
Lineu Edison Tomass	Estimado	R\$ 300,00
Rosa Natsue Ando	Depósito em espécie	R\$ 1.200,00
		Total de Receitas R\$ 25.349,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. <sup>124</sup>

Quadro 28 – Declaração de bens

<b>Descrição</b>	<b>Valor do bem – R\$</b>
Depósito bancário	R\$ 38.000,00
Terreno sem benfeitorias – Icaraíma/PR	R\$ 8.000,00
Terreno urbano sem benfeitorias, n. 34, quadra 574, Guaratuba/PR	R\$ 11.000,00
32.500 quotas de capital social da empresa Daizen Informática.	R\$ 32.500,00
20.000 quotas de capital social da empresa Glug Comércio de Alimentos	R\$ 20.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 109.500,00</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. <sup>125</sup>

### 3.2.5 Candidata Bruna Akemi Jin Brandão



Bruna Akemi Jin Brandão nasceu em 02/02/1982, em São Paulo, SP. É graduada em Psicologia pela Universidade São Marcos e trabalha na área de recursos humanos. Foi candidata pelo PSD, tendo recebido 34 votos.

#### 3.2.5.1 Votação por Município

A votação da candidata Bruna Brandão se concentrou em Cambira, município próximo a cidade de Apucarana.

Quadro 29 – Votação por município 2014 – Candidata Bruna Brandão – Dep. Estadual

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do total</b>
Cambira	7	20,59
Campo Mourão	2	5,88
Curitiba	8	23,53
São José dos Pinhais	8	23,53

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.<sup>126</sup>

### 3.3 O *MODUS OPERANDI*

Recortado o ambiente de formação social e ideológica da imigração nipônica no Brasil; tomando por base o perfil biográfico e a atuação política dos pesquisados no capítulo anterior, apresentaremos neste tópico um painel explicativo do *modus operandi* desta fração da classe política.

O desempenho eleitoral em 2014 dos concorrentes nikkeis a deputado estadual e federal no Paraná demonstra que as candidaturas oriundas da imigração nipônica não mais dependem exclusivamente da votação dos imigrantes e descendentes para viabilizar sua trajetória política. O candidato Takayama recebeu votos em municípios da região metropolitana de Curitiba que, comparativamente ao Norte do Paraná, têm escassa representação da comunidade. A influência do rádio de propriedade de Takayama e seu posto de pastor na Assembleia de Deus explicam a penetração eleitoral nas periferias pobres da capital do Estado. Igual desempenho teve Kenny Tsushima, Rui K. Hara e Julio Ando, todos eles construindo suas carreiras na capital do Estado. Os demais, Luiz H. Nishimori, Antonio T. Kato e Mario Takahashi, de forma tradicional, têm suas bases eleitorais nas regiões do Paraná onde o afluxo de imigrantes é mais representativo.

A imigração nipônica para o Brasil teve como diferencial um decidido apoio do governo japonês, desde o financiamento de terras até o auxílio com educação e assistência técnica. Tal intervenção abriu as portas à ascensão social dos que aqui aportaram e aos seus descendentes; fração expressiva tinha origem urbana e pertencia aos extratos médios da sociedade japonesa, possuíam alta escolarização para os padrões da época e qualificação profissional. Tais características foram repassadas aos descendentes e marcam o perfil social dos candidatos analisados. Se adotarmos os critérios apresentados por Pomar (2013), baseados no mundo do trabalho e mundo da propriedade<sup>127</sup> - “a relação real das pessoas com os meios de produção e com a contratação de mão de obras assalariada” - obteremos os seguintes resultados:

Quadro 30 – Classificação pelo critério capital e trabalho

Nome de Urna	Grandes proprietários	Pequenos proprietários	Classe trabalhadora
Takayama		X	
Luiz Nishimori	X		
Teruo Kato	X		
Mario Takahashi		X	
Rui Hara	X		
Hemerson Yokota		X	
Kenny			X

Nome de Urna	Grandes proprietários	Pequenos proprietários	Classe trabalhadora
Julio Ando		X	
Bruna Brandão			X

Fonte: Autor

Por outro lado, o critério capital ou trabalho pode mascarar determinados setores sociais que auferem alta renda e que pertencem a classe dominante, mesmo não sendo proprietários dos meios de produção. A classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é útil neste caso:

Quadro 31 - Classes Sociais por Faixas de Salário-Mínimo

Classe	Número de Salários-Mínimos (SM)	Renda Familiar (R\$) em 2017
A	Acima de 20 SM	R\$ 18.740,01 ou mais
B	De 10 a 20 SM	R\$ 9.370,01 a R\$ 18.740,00
C	De 4 a 10 SM	R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00
D	De 2 a 4 SM	R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.874,00

Fonte: IBGE - Salário mínimo: R\$ 937,00

Tomando por base a declaração de bens, o estado civil, a escolaridade e a ocupação é possível estimar com razoável segurança a classe social pela renda.

Quadro 32 – Classificação pelo nível de renda

Nome de Urna	Classe Social
Takayama	A
Luiz Nishimori	A
Teruo Kato	A
Mario Takahashi	B
Rui Hara	A
Hemerson Yokota	A
Kenny	B
Julio Ando	A
Bruna Brandão	C

Fonte: Autor

Convém lembrar, segundo dados do próprio IBGE<sup>128</sup>, que em 2014 apenas 7,9% dos brasileiros, por domicílio particular<sup>129</sup>, tinham rendimento *per capita* superior a 2 salários mínimos. Ou seja, os políticos nikkeis aqui abordados, em sua maioria, fazem parte da minoria que vive em condição material confortável. Takayama, Nishimori, Teruo Kato, Rui Hara são burgueses no rigor do termo, pois proprietários de meios de produção. Takahashi, Yokota e Ando são elementos da pequena burguesia, o que não os impedem de ter uma renda que os remete para classe “A”. Kenny, mesmo trabalhador assalariado, pela posição como oficial de justiça no TJ/PR e pelo rendimento mensal superior a 10 mil reais por mês<sup>130</sup>,

também pode ser incluído na classe “A”. A única que pode ser remetida à classe trabalhadora é Bruna Brandão, com a ressalva de ter nível superior.

Esposamos aqui a tese de que existe forte correlação entre a posição no sistema de classe social e a posição político ideológica do agente político. Claramente a posição no sistema produtivo não induz automatismo sobre a posição política dos indivíduos, pois outros fatores influenciam o posicionamento ideológico: elementos culturais, econômicos, familiares, a escolarização, perfil psicológico e origem geográfica, entre outros. No âmbito social consideramos a origem nas classes superiores e médias da sociedade, uma forte vinculação ao mundo agrário e as origens familiares no Japão fascista do início do século XX como os principais fatores explicativos das posições hegemonicamente conservadoras dos candidatos analisados.

Quadro 33 – Classificação pelo critério ideológico.

Nome de Urna	Posição no espectro ideológico
Takayama	Direita
Luiz Nishimori	Direita
Teruo Kato	Centro-Direita
Mario Takahashi	Centro-direita
Rui Hara	Direita
Hemerson Yokota	Direita
Kenny	Centro-Direita
Julio Ando	Direita
Bruna Brandão	Direita

Fonte: Autor

Adotamos como espectro ideológico de direita os que optam pelo livre mercado, contra a interferência do Estado na economia e as políticas assistencialistas e de *Welfare State*. Acreditam que os direitos trabalhistas são um estorvo e preferem a livre negociação à CLT. Ou seja, se posicionam em favor do capital contra o trabalho. A interferência na economia só será bem vinda quando for em prol da acumulação de capital. Aqui não confundimos posição política com ideológica. Política é o momento, a ação e o resultado, o avanço e recuo, a tática e a estratégia; a posição ideológica cala mais fundo, porque é a forma como os indivíduos veem o mundo. A distinção é pertinente, já que Takayama foi da base de sustentação dos governos de esquerda de Lula e do primeiro mandato da presidenta Dilma. Cumpre qualificar o tipo de apoio que foi fornecido, pois à primeira vista o apoio a um governo progressista se traduziria em posições à esquerda. Para tanto elaboramos um índice (Quadro 36) com base na tabela elaborada pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) para a legislatura 2007/2011<sup>131</sup> (Quadro 34 e 35), comparando-os com deputados do PT (situação) e do PSDB (oposição ao governo federal) paranaenses. O

deputado Takayama seguiu a votação dos deputados do PT (Vanhoni e Vargas) cinco vezes, nos nove casos considerados – esteve ausente em três das doze votações -, ou seja, 55,55%. Quando a comparação é com os dois deputados do PSDB, Fruet e Camargo, observamos que Fruet votou apenas duas vezes (16,6%) com o PT e Camargo nenhuma vez. Ou seja, o apoio aos governos do PT por parte de Takayama foi parcial. O caso é que mesmo parcial, o apoio é explicado pelo fato de que mesmo ideologicamente de direita, Takayama não pode resistir aos apelos patrimonialistas do Estado brasileiro. Como antigo centrão, a maioria dos deputados necessita se alinhar ao chefe do executivo, pois polpudas verbas federais, licitações e indicações para cargos de comissão são um apelo muito forte para que um político brasileiro sinta-se totalmente imune. Claramente é uma posição de oportunismo político, fornecendo um retrato de como as raízes antidemocráticas do Estado brasileiro são o ambiente ideal para desenvolver uma fração política que, em troca de apoio para projetos que ideologicamente sempre foi contra, busca e recebe compensações que garantem vantagens pessoais e eleitorais.

Quadro 34 - Guia de votações Legislatura de 2007-2011 - Paraná

Deputado Federal	Partido	Emenda 3 <sup>132</sup>	Contribuição Sindical Facultativa <sup>133</sup>	Continuidade Imposto Sindical <sup>134</sup>	Voto em lista fechada <sup>135</sup>	Trabalhos aos domingos comércio só em CCT <sup>136</sup>	Recursos para saúde <sup>137</sup>
Takayama	PSC	Não	Sim	Ausente	Não	Sim	Sim
Angelo Vanhoni	PT	Não	Não	Sim	Sim	Ausente	Sim
André Vargas	PT	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Gustavo Fruet	PSDB	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Affonso Camargo	PSDB	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: DIAP

Quadro 35 - Guia de votações Legislatura de 2007-2011 - Paraná

Deputado Federal	Partido	Extinção do fator previdenciário <sup>138</sup>	Proíbe o porte de armas de fogo	Criação da contribuição social para saúde <sup>139</sup>	Aumenta contribuição sobre lucro líquido dos bancos <sup>140</sup>	Prorrogação da CPMF e da DRU em 2º turno <sup>141</sup>	Distribuição dos royalties do pré-sal para todos Estados <sup>142</sup>
Takayama	PSC	Sim	Ausente	Sim	Ausente	Sim	Sim
Angelo Vanhoni	PT	Ausente	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente
André Vargas	PT	Não	Sim	Ausente	Ausente	Sim	Ausente
Gustavo Fruet	PSDB	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Affonso Camargo	PSDB	Ausente	Ausente	Não	Não	Não	Ausente

Fonte: DIAP

Quadro 36 –Índice correlação dos votos

Deputado Federal	Votos coincidentes com os dos deputados do PT (Vanhoni e Vargas)
<b>Takayama</b>	55,55%
<b>Gustavo Fruet</b>	16,67%
<b>Affonso Camargo</b>	0,00%

Fonte: Autor

No dia 12 de março de 2014 o PSC resolveu assumir uma posição de independência ante o governo federal, no dia anterior foi o PMDB que deixou a base aliada. O motivo imediato seria que o PSC não iria apoiar a reeleição da Presidenta Dilma, já que teria candidato próprio na disputa sucessória. Entretanto, segundo a reportagem, havia insatisfação das bancadas com a forma como o Executivo se relacionava com a base aliada no Congresso Nacional.

A relação do Palácio do Planalto com a base aliada tem se deteriorado nos últimos meses. Partidos reclamam do não cumprimento de acordos quanto à liberação de recursos de emendas parlamentares, criticam a demora da presidente Dilma Rousseff em concluir a reforma ministerial, e se dizem excluídos das decisões políticas e de lançamentos de programas do governo federal.<sup>143</sup>

No primeiro mandato da Presidenta Dilma o PSC e PR, partidos de Takayama e Nishimori, eram considerados base sólida de apoio do governo no Congresso Nacional<sup>144</sup>. A partir da ruptura em 2014 há um distanciamento crescente, culminando com o apoio destes ao golpe de Estado de 2016 que derrubou a Presidenta. Não é objetivo deste trabalho inferir as causas do golpe e a debandada dos antigos aliados, o que demandaria um trabalho exclusivo sobre o tema, mas, além da notória inabilidade política da Presidenta, como demonstram as críticas da base aliada, ao que se convencionou chamar de “política pequena”, existiu um cenário internacional desfavorável, com a retração da China e do mercado de commodities, que atingiu em cheio a economia brasileira. Em segundo lugar, a queda da brusca da taxa de juros em 2012, quando a Presidenta adotou mão pesada ante a resistência dos bancos privados em reduzirem as taxas, desfazendo o acordo de classes que existia no governo Lula, o que feriu o setor mais poderoso da burguesia brasileira e internacional (BACELAR, 2017)<sup>145</sup>. Quando faltaram recursos para o governo federal bancar as políticas de investimento, pois a economia entrou em retração, com o consequente aumento do desemprego e queda da renda e arrecadação, criou-se o caldo de cultura favorável à classe dominante dar um basta nos longos anos de governo progressista e reconduzir o país nos trilhos do que o mercado considera ser o modelo de sociedade mais vantajoso para o capital e afins. Neste quadro é que se inscreve a



debanda da base aliada e consequente apoio ao golpe e às medidas de ataque à classe trabalhadora.

Nas principais votações da legislatura 2015/2018, relacionadas pelo DIAP<sup>146</sup> (Quadro 37), os partidos de Nishimori e Takayama apoiaram decididamente as políticas de entrega do patrimônio nacional e corte de direitos sociais, enviadas ao Congresso Nacional pelo golpista Michel Temer.

Quadro 37 - Orientação da Bancada - Legislatura de 2015-2018 – Câmara dos Deputados

<b>Partido</b>	<b>Pré-Sal<sup>147</sup></b>	<b>Terceirização da mão de obra<sup>148</sup></b>	<b>Reforma trabalhista<sup>149</sup></b>	<b>MP das Petroleiras<sup>150</sup></b>	<b>Teto de gastos públicos<sup>151</sup></b>
PSC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PT	Não	Não	Não	Não	Não
PMDB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PSDB	Sim	Sim	Sim	Liberado	Sim

Fonte: DIAP

Alegação de que a base aliada é meramente fisiológica, votando como o governo da mesma forma que votava na época dos governos Dilma-Lula não se sustenta, como demonstra a tabela acima. Pelo exemplo do deputado Takayama, o apoio aos projetos dos governos de esquerda nunca foi integral. Caso contrário ao do golpista Temer, que teve apoio em maciço dos partidos que compõem seu governo.

Com base nos discursos relacionados (tópico 3.1.2.1), temos que o deputado Nishimori assumiu as feições contraditórias da burguesia dependente ligada ao setor exportador de *commodities* agrícola. Para a burguesia o Estado protecionista deve intervir de forma positiva nas áreas de infraestrutura, como portos, ferrovias e rodovias. Deve se preocupar com política de preços agrícola, subsídios e estoques reguladores. Por outro lado, o Estado deve ser liberal na legislação trabalhista e na questão tributária, afirmando que as distorções do sistema nacional de tributos resolvem-se com medidas de simplificação e desburocratização; não estando em questão o fato de que quanto maior a renda no Brasil, menor a carga de impostos pagos. O Estado também deve ser liberal-meritocrático nas políticas assistencialistas, como bolsa família.

Os deputados estaduais Teruo Kato e Rui Hara seguem o padrão tradicional de apoiar o chefe do executivo estadual e municipal. Kato era da base do governo de centro-esquerda de Roberto Requião (2007-2010/PMDB) e rapidamente migra para a base de apoio parlamentar do neoliberal Beto Richa (2011 - 2018/PSDB), votando logo no início de mandato a favor dos nomeados “pacotes de maldade” do governador tucano. Os projetos apresentados por Kato na

Assembleia Legislativa, como exemplificado no tópico 3.1.2.1, são de cunho assistencialista, preocupados mais em favorecer seu nicho eleitoral do que expressar qualquer projeto político mais amplo, o que é outra tradição da classe política brasileira. O deputado estadual Rui Hara é secretário de governo na administração Richa, se notabilizou pelo caso Comec x Prefeitura Municipal de Curitiba, onde demonstrou que se afina perfeitamente aos lances políticos do governador. Partidariamente Rui Hara sempre procurou manter-se filiado à agremiação do chefe do executivo, segundo as preferências do governador ou prefeito. .

O vereador Takahashi manteve-se na oposição à administração do prefeito Alexandre Kireeff (2012- 2016/PSD). Com a nova administração de Marcelo Belinati (2017- hoje/PP), torna-se presidente da Câmara Municipal; ou seja, divergências com o antigo prefeito eram de cunho meramente pontual, já que ausentes diferenças programáticas significativas ente os partidos PSD e o PP e entre as duas administrações municipais. Na Câmara pauta sua atuação pela defesa do meio ambiente. Ao contrário do senso comum o ambientalismo, assim como a ideologia de gênero, podem se adequar perfeitamente ao pensamento conservador. Suas críticas ao programa “Mais Médicos”, seu apoio ao golpe contra a Presidenta Dilma e a defesa de soluções de mercado para os problemas da administração pública dão o tom de seu posicionamento político. O vereador Hemerson Yokota foi o mais votado em Umuarama nas eleições de 2012, o que pode ser explicado pela visibilidade política que auferiu sendo secretário de defesa social de 2009 a 2012. Sua atuação na Câmara de vereadores segue a mesma linha de preocupação com problemas pontuais dos seus eleitores.

Nossa hipótese de que a fração de políticos nikkeis, mesmo de recente tradição na política e vindo de ambiente cultural muito distinto, se ambientou perfeitamente aos usos e costumes da classe política brasileira de tornar o ente público um ente privado. A prática de nomear parentes para cargos públicos, patrocinar familiares em disputas eleitorais e utilizar-se do poder ou autoridade para conseguir obter vantagens em próprio interesse, ou de um integrante da família e amigo, está enraizada profundamente no Estado brasileiro. A situação evoluiu de tal forma que já é possível falar em hereditariedade dos cargos políticos, fato este que vem se agravando nas últimas décadas, como observado por Oliveira (2012).

A família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

O deputado Takayma foi denunciado em 2011 pelo procurador geral da República em um escândalo conhecido como “caso gafanhoto”, que envolve funcionários fantasmas e pagamentos ilegais na Assembleia Legislativa do Paraná. A filha Patrícia Cristine Takayama foi nomeada Assessor 2-C, em 01/11/2008, na Secretaria Estadual de Saúde, pelo Gov. Roberto Requião.

O deputado Nishimori responde no STF os seguintes inquéritos: STF - Inquérito nº 3508/2012 - é acusado de estelionato majorado, formação de quadrilha e crimes contra a fé pública. O parlamentar teria participação em esquema de nomeação de funcionários "fantasmas" (recebem salários, mas não exercem o ofício) na Assembleia Legislativa do Paraná. A ação segue em segredo de justiça. STF - Inquérito nº 4268/2016 - É alvo de inquérito referente a crimes de estelionato majorado e falsidade ideológica. A esposa Elizabeth Akemi Nishimori tem cargo de comissão no governo Beto Richa, chefiando o escritório regional da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social em Maringá e foi candidata a vice-prefeito em Maringá pelo PR na coligação com o candidato Silvio Barros, nas eleições municipais de 2016.

Figura 01 – Elizabeth Akemi Nishimori



Fonte: [www.eleicoes2016.com.br](http://www.eleicoes2016.com.br)<sup>152</sup>

O deputado Teruo Kato também patrocina a carreira política da esposa Jeanne Kato, que foi eleita vice-prefeita (PSD) de Paranavaí nas eleições de 2016, fazendo chapa com o candidato eleito Delegado Caique, do PSDB.

Figura 02 – Jeanne Kato



Fonte: [www.eleicoes2016.com.br](http://www.eleicoes2016.com.br)<sup>153</sup>

A construtora Viaplan Engenharia Ltda, que tem por sócio um parente do Rui Hara, Gilberto Chuji Hara, fornece serviços à Prefeitura de Curitiba, como coleta de resíduos vegetais e a construção obras, tais como dois parques ambientais orçados em R\$ 19,7 milhões no ano de 2012. Em 2009 a Viaplan foi objeto de denúncias que indicavam favorecimento nas licitações públicas.

Figura 03 – Reunião com executivos japoneses no Palácio das Araucárias – março/2011.



Fonte: CCIBJ (Camara de Comércio e Indústria Brasil-Japão – PR)<sup>154</sup>

- 1 – Presidente da COMEC, deputado estadual Rui Hara.
- 2 – Vice-presidente da CCIBJ/PR (Camara de Comércio e Indústria Brasil-Japão – PR), Gilberto Hara.
- 3 – Presidente da CCIBJ/PR, Yoshiaki Oshiro.
- 4 - O secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Cassio Taniguchi.

O vereador Hemerson Yokota renunciou ao mandato de vereador em 15/02/2016, em sessão realizada na Câmara dos Vereadores de Umuarama. Yokota foi preso em flagrante no dia 23/12/2015, em um clube da cidade, ao receber parte de um suborno de 60 mil reais oferecido pelo empresário Valdecir Fabrício Dias, dono de uma empresa de móveis planejados. A vítima contou à polícia que o vereador solicitou 80 mil reais pela aprovação de um projeto que doava terreno da prefeitura a uma empresa.

Kenny Tsushima tem conexões familiares de relevo, pois sua mãe é a “publisher” e “socialite” Lizete Yumi Okamura, graduada em Artes pela UPFR/1981, diretora da revista *AutoEstima* e figura de destaque nas colunas sociais da oligarquia paranaense.

Figura 04– Lizete Yumi Okamura



Fonte: Blog Vanessa Malucelli - <https://divirtasecuritiba.com/><sup>155</sup>



Kenny é irmão de Yannih Tsushima, funcionária da Assembleia Legislativa do Paraná que esteve lotada no gabinete do deputado federal Valdir L. Rossoni (PSDB), braço direito do governador Beto Richa.

Figura 05 – Yannih Tsushima com o irmão Kenny, o governador do Paraná Beto Richa e o candidato a presidência da República em 2014 Aécio Neves (PSDB).



Fonte : <https://www.instagram.com/yannihtsushima/><sup>156</sup>

Rosa Natsue Mishima Ando, esposa do ex-deputado Julio Ando, em 2011 era funcionária lotada no gabinete do Deputado Federal Luis Nishimori (PMDB), com cargo de comissão, secretária parlamentar, exercendo a função no período de 10/02/2011 a 18/12/2014.

Figura 06 – Rosa Natsue Ando



Fonte : <https://www.facebook.com/rosanatsue.ando><sup>157</sup>

Quadro 38 – O *modus operandi* patrimonialista

Nome de Urna	Patrocina familiar na política	Responde processo judicial por crimes contra a administração pública	Parentes donos de empresas que fornecem serviços ao Estado	Recebe patrocínio	Parente em cargo comissionado.
Takayama		X			X
Luiz Nishimori	X	X			X*
Teruo Kato	X				
Mario Takahashi					
Rui Hara			X		
Hemerson Yokota		X			
Kenny				X	
Julio Ando					X
Bruna Brandão					

\*A esposa de Nishimori foi candidata e tem cargo comissionado na administração do governador Beto Richa.

O que destoa do procedimento patrimonialista tradicional brasileiro, de transferir a herança política para os descendentes, é que na amostra analisada nenhum dos candidatos emplacou os filhos na carreira política. Nishimori e Teruo Kato obtiveram êxito com as esposas, mas os filhos não tem qualquer conexão com a vida partidária. O problema já era detectado por Antonio Ueno ao considerar um substituto depois da aposentadoria, que seria, segundo a sua pretensão, o neto Rogério. Para tanto criou um instituto com a função de formar novas lideranças políticas. Segundo o próprio Ueno, a dificuldade seria causada pela timidez própria dos nipônicos, que primeiro colocam a obrigação, depois os direitos. Consideramos que parte da explicação de Ueno é correta, menos nos que se refere ao fato de que o estilo oriental coloca o dever antes dos direitos. Os dados para a amostra aqui coletada demonstra o contrário, o que nos remete ao estilo fechado da cultura nipônica como o principal entrave para que o gosto pela carreira política seja transferida de pai para filho. Nada que não seja superável com o tempo.

Outro fator que se mostra relevante para a carreira política dos analisados é a participação em instituições da sociedade civil. Não é possível imaginar a trajetória de Takayama desligadas do fato de ele ser pastor da Assembleia de Deus. O púlpito junto com a rádio de sua propriedade são alavancas fundamentais no expressivo desempenho eleitoral do candidato. Nishimori foi presidente do Núcleo Regional da Associação Paranaense de Sementes e Mudanças (1988), da Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná (2006-2008) e do conselho administrativo da Câmara do Comércio e Indústria Brasil Japão do Paraná (2011-2013). Teruo Kato foi eleito e 1990 presidente da Associação Comercial de Paranavaí, de 1990 a 1992 e de 1994 a 1996. Foi entre 2005 e 2006, diretor regional da Associação

Brasileira das Concessionárias Chevrolet (Abrac) no Paraná. Hemerson Yokota foi presidente do Rotary Club de Umuarama na gestão 2001/2002.

Quanto ao financiamento da campanha eleitoral, os candidatos com maior peso político recebem apoio principalmente de pessoas jurídicas, empreiteiras e grandes empresas. Os candidatos de menor visibilidade devem buscar recursos próprios, de parentes e amigos para financiar suas campanhas.

Quadro 39 – Financiadores de campanha

<b>Nome de Urna</b>	<b>Empreiteiras que prestam serviço à adm. pública</b>	<b>Grandes empresas</b>	<b>Recursos próprios</b>	<b>Outros*</b>
Takayama	29,56%	5,4%	20,96%	44,08%
Luiz Nishimori	11,15%	34,87%	0,00%	53,98%
Teruo Kato	0,00%	39,13%	57,39%	3,48%
Mario Takahashi	9,39%	9,39%	63,82%	17,39%
Rui Hara	22,03%	5,18%	0,00%	72,78%
Hemerson Yokota	0,00%	0,00%	3,92%	96,08%
Kenny	0,00%	0,00%	84,92%	15,08%
Julio Ando	0,00%	0,00%	69,24%	30,76%
Bruna Brandão	-	-	-	-

\*parentes, amigos, pequenas e médias empresas, partido do candidato e coligados.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rápida aclimação de um grupo social, com características culturais fortemente acentuadas e divergentes dos padrões tradicionais da imigração europeia, às práticas políticas vigentes no Brasil mais uma vez aponta para o peso que as estruturas sociais exercem sobre os indivíduos. Aqui chegando o imigrante nipônico foi enviado às lavouras de café, recebendo tratamento similar ao do que recebiam os antigos escravos, com escassas perspectivas de melhoria do padrão de vida. A situação se modifica com o decidido apoio do governo japonês, fornecendo crédito para aquisição de terras, mercados e assistência técnica, parte fundamental para o sucesso da empreitada em terras estrangeiras. O apoio governamental na aquisição de terras e no fornecimento de assistência técnica e social, o relativo alto nível de educação formal e profissional possibilitaram para muitos imigrantes uma rápida ascensão social, diferente de outras nacionalidades que aqui aportaram desprovidas de qualquer apoio oficial e entregues à própria sorte. Outro aspecto que deve ser considerado nesta trajetória rumo à classe dominante é que os contingentes mais pobres da população não formaram os principais grupos de emigrantes. A empreitada da emigração exige recursos financeiros e uma “visão mais ampla do mundo” que o limitado mundo rural no Japão, como em outras partes do mundo, poderia oferecer. Os relatos acima demonstram que a inaptidão para o trabalho rural levou muitos imigrantes a buscarem profissões urbanas características da chamada classe média, ou empreendimentos de maior envergadura, como, por exemplo, empresas de beneficiamento de algodão no caso da família de Antonio Ueno, ou a produção de aguardente da família do deputado Hara, o que indica origens que não era a dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores marginalizados no Japão.

A posição dos analisados no edifício social e a formação ideológica, pertencendo aos extratos superiores da sociedade, pela renda e pela posse dos meios de produção, oriundos de pais e avós ambientados no autoritarismo fascista japonês dos anos 20 e 30 e do meio rural brasileiro, conduz a amostra analisada para o campo do conservadorismo político. Se a ideologia é conservadora dos candidatos, isto não significa que a prática se enquadra apenas nas posições reacionárias. Seguindo o mantra do fisiologismo político, o poder de atração que o Executivo exerce é muito forte para ser totalmente ignorado, além do que a boa tática política ensina que não é conveniente ir contra um governo com altos índices de popularidade, como foi o governo Lula. Tais efeitos pertinentes explicam como Takayma foi durante anos base de apoio de um governo de esquerda.

O discurso dos descendentes continua o mesmo das origens no longínquo oriente: a crença na honestidade e rigor moral, no trabalho árduo, na educação e formação profissional. Valores estes fundamentais para um Japão feudal que se modificava rapidamente e necessitava formar trabalhadores e cidadãos que respondessem positivamente as demandas do processo de modernização conservadora; municiando o país para o confronto com as potências imperialistas. Tal *ethos* embasa a noção que o homem público nikkei seria a diferença na viciada estrutura política brasileira, podendo ser considerados paradigmas que deveriam ser imitados pelos demais integrantes da classe política. O que os dados levantados revelam é que a prática pública do grupo social observados não destoam da prática dos demais componentes da classe política. As raízes antidemocráticas e patrimonialistas do Estado brasileiro dão o tom do *modus operandi* dos nikkeis candidatos em 2014 no Paraná.

A operacionalidade no âmbito do Estado brasileiro confundindo o público com o privado se faz presente nas constantes denúncias, prisão e processos judiciais que alguns dos elementos aqui analisados apresentam em suas biografias políticas. Antes de qualquer generalização rápida, não podemos deixar de apontar que a prática de obter vantagens ilícitas ocupando um cargo público é uma praxe corriqueira da fração política brasileira. Se exercício do nepotismo apenas começa a tomar corpo na amostra analisada, com a transmissão de patrimônio político para as esposas dos deputados Nishimori e Teruo Kato, mais característico foi a naturalidade com a qual o ex-deputado Antonio Ueno encarou o fato de que ao se aposentar deveria deixar um herdeiro político, o seu sobrinho Rogério. Alegou que a timidez característica dos nipônicos seria a principal dificuldade que a comunidade encontra para lançar representantes políticos. A explicação de Ueno certamente é correta, a dificuldade de interação social dos nipônicos e descendentes com outras etnias é bem conhecida, mas o fato mais característico foi a forma como Ueno encarou como normais práticas sociais que seriam consideradas equivocadas em sociedades burguesas modernas; introjectando e naturalizando valores oriundos das nossas raízes no passado colonial português, tudo isto no curto espaço de uma geração e em pleno século XX.

## REFERÊNCIAS

ALIAGA, L. **Gramsci e a democracia: o debate com a teoria das elites nos Cadernos do Cárcere**. Trabalho apresentado no 38º Anual da Anpocs, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt20-1/9019-gramsci-e-a-democracia-o-debate-com-a-teoria-das-elites-nos-cadernos-do-carcere/file>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ALVAREZ, R. A. **Desenvolvimentos teóricos sobre distribuição de renda, com ênfase em seus limites**. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ANTUNES, J. Marx e a noção de bonapartismo. **Kalagatos – Revista de Filosofia, Fortaleza**, v. 8, n. 15, p. 101-130, inverno 2011. Disponível em: <[http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/V8N15\\_Inv\\_2011\\_Artigo\\_Jadir\\_Antunes.pdf](http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/V8N15_Inv_2011_Artigo_Jadir_Antunes.pdf)> Acesso em: 21 maio 2017.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BACELAR, T. **Nossa elite é interessante: todos liberais e dependentes do Estado**. Caros Amigos, out. 2017. Entrevista concedida a R. Duarte.

BERNARDES, J. R. e CALVETE, M. DEL C. M. H. Imigração japonesa e agricultura: ênfase na imigração de japoneses e descendentes no município de Assaí – PR. **Geografia** (Londrina), v. 21, n. 2. p.45-64, maio/ago. 2012

BOBBIO, N; METTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOITO, A. JR. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007,

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BRENNER, R. **La economía de la turbulencia global: las economías capitalistas vanzadas de la larga expasión al largo declive, 1975-2005**. Madrid: Akal, 2006.

BUCCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAPELO, M. R. C. **Educação e escolarização japonesa nas colônias rurais do Norte do Paraná (190-1960)**. Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada8/.../Maria%20Capelo.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/.../Maria%20Capelo.doc)> Acesso 27 nov 2017.

CARVALHO, S. A; SUGAI, M. I. Estado, investimento e exclusão social: a produção do espaço da pobreza em Curitiba. **Oculum Ensaios/PUC**, Campinas. p. 317-334, jul-dez/2014.

CELSONO, F. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CERVI, E. U; CODATO, A. N. (2002). **O PFL do Paraná: marginalidade e centralidade no sistema político subnacional**. In: 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

CISNEROS, I. H. Gaetano Mosca y los elitistas democráticos. **Estudios Sociológicos**. V. 14, n. 40, 1996.

DANTAS, E. G; CODATO, A; PERISSINOTTO, R. Perfil dos diretores do Banco Central do Brasil nos governos Cardoso, Lula e Dilma. **NUSP-UFPR**, n. 10, nov. 2014. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.10-2014.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun., 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a04n118.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ENDERLE, R e GUERRERO, G. **A herança patrimonialista na burocracia estatal do Brasil: “path dependence” patrimonialista e a falta de autonomia enraizada do estado brasileiro**. Paraná. Disponível em: <[http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/arquivos\\_servidor/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-02-a\\_heranca\\_patrimonialist.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/arquivos_servidor/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-02-a_heranca_patrimonialist.pdf)> Acesso em novembro de 2014.

ENGELS. F. **O Papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In ANTUNES, R. (org). **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo. Editora Alfa-Omega, [1980], vol. 3.

FAORO, R. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FERNANDES, P. M. **Identidade e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina: 1930-1970**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

GERMER, C. M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Crítica Marxista**, n.29, p.75-95, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere – Vol. II – Os intelectuais**. O princípio educativo. Jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HOFFMANN, R; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista Administração de Empresa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.49, abr./jun. 1972. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901972000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901972000200005)>. Acesso em: 17 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresa**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, out./dez. 1973. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/40577/39307>>. Acesso em: 17 maio 2017.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOGIMA, S. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. 1991. 200 f. (Mestrado em História Social) – UFPR, Curitiba.

KONDER, L. **Lukács**. Porto Alegre: LPM, 1980.

LÖWY, M. **Para uma Sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács**. São Paulo: LECH Editora, 1979.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/brumario.pdf>>. Acesso em 15 junho 2017.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. **Prefácio à Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [1980]. vol. 1

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, L. F. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582002000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300006)>. Acesso em: 17 maio 2017.

MITA, C. **Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/. USP, 1999. 224 p.

MOORE Jr., B. **As origens sociais da ditadura e democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOSCA, G. **A classe política**. 1896. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/251219261/A-Classe-Politica-Gaetano-Mosca>>. Acesso em: 17 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Elementi di scienza política**, 1896.

MURASSE, C. M. **História comparada da educação pública: Brasil e Japão no século XIX**. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia-MG. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v.1, p. 6407-6417

OLIVEIRA, R. C. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 150-169, jun./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e Brasil**. Curitiba: Insight Editora. 2012.

POMAR, W. Debatendo classes e luta de classes no Brasil. **In: Classes Sociais no Brasil hoje**. Fundação Perseu Abramo, 2013.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. 1ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1977.

RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil – um desafio histórico-político**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, G. A; DOLL, J; GAUDIOSO, T. K. A integração cultural do japonês na cultura brasileira: a experiência da Colônia de Ivoti. **Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS**, Porto Alegre, p. 53-62, 2003.

SAES, D. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**, n.03, p. 07-19, 1994.

SHAW, W. H. **Teoria marxista da história**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

TRINDADE, E. M. DE C; WAWZYNIAK, S. M. DOS S. **Japoneses em marcha: mobilidade territorial e reconstrução social**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

WAWZYNIAK, S. M. DOS S. **Histórias de estrangeiros: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)**. 2004. 200 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

---

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS E NOTAS DE RODAPÉ

<sup>1</sup> Disponível em [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/545\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/545_arquivo.pdf). Acesso 22 agosto 2017.

2 A divisão entre humanistas e clássicos é imperfeita, pois simplifica ao extremo as diversas correntes teóricas que disputam a primazia do campo de estudo marxista. Por marxismo estruturalista estaremos nos referindo às contribuições de Nicos Poulantzas. A contribuição do marxismo soviético para o tema, mesmo que fundamental, iria extrapolar os limites deste trabalho.

<sup>3</sup> Consideramos obras da maturidade as escritas por Marx e Engels depois de 1849.

<sup>4</sup> Gravitando entre termos como leis, estrutura, fundamento, base, entre outros, têm-se a noção de que o pensamento de Marx e Engels estaria eivado de um determinismo tecnológico e um fatalismo mecanicista que levariam conceitos como Estado a serem meros reflexos da lógica econômica. Como citado por Germer (2009), tal concepção não leva em conta o aspecto fundamental de que “a contradição entre forças produtivas e relações de produção se expressa como luta de classes”, a história é feita por homens reais, com interesses próprios e dotados da capacidade de ação que resulta em consequências que muitas vezes vão além dos projetos imediatos das classes sociais e lógicas econômicas pré-determinadas.

<sup>5</sup> Cediço salientar que a função primordial da religião na Idade Média era justificar ideologicamente a existência de uma sociedade que se baseia na exploração do trabalho camponês.

<sup>6</sup> Lembramos que historicamente a existência do Estado foi tão importante para o capitalismo quanto à separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, vide o papel do Estado na Inglaterra durante o processo de acumulação primitiva de capital.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-distribuicao-de-cargos-e-o-nucleo-da-corrupcao>. Disponível em 14 set 2017.

<sup>8</sup> Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/19/politica/1463611184\\_292207.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/19/politica/1463611184_292207.html). Acesso em 10 agosto 2017.

<sup>9</sup> Disponível em [https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/fhc-admite-racha-no-psdb-e-diz-que-situacao-e-ruim\\_568a21197ae9776f7cbe509f1d5401c89ayjieq6.html](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/fhc-admite-racha-no-psdb-e-diz-que-situacao-e-ruim_568a21197ae9776f7cbe509f1d5401c89ayjieq6.html). Acesso em 10 agosto 2017.

<sup>10</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41624.shtml>. Acesso em 10 agosto 2017.

<sup>11</sup> A preocupação demonstrada por Mosca e Pareto na criação de uma nova ciência da política foi provocada, como visto, por sua oposição ao socialismo, e, especialmente, à teoria social de Marx, a qual dera ao movimento operário em ascensão uma energia intelectual e uma autoconfiança notáveis. (BOTTOMORE, 1974, p.22)

<sup>12</sup> Gramsci não nega que a divisão histórica entre governantes e governados seja uma realidade permanente, histórica. Diz o autor no *Quaderno 15* “Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda ciência e arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais)” (Q. 15, § 4, p. 17521). Contudo, o autor aponta para a necessidade de “estudar como atenuar e fazer desaparecer o fato, modificando certas condições identificáveis como atuantes neste sentido.” (ALIAGA, 2014, p. 3).

<sup>13</sup> A hegemonia se forma com a preponderância de determinado grupo ou classe social e sua direção moral e intelectual na sociedade civil (conjunto de organizações privadas responsáveis pelas operações de hegemonia, tais como Igrejas, Escolas e sindicatos).

<sup>14</sup> Como para os gregos, Marx entendia que a política é uma atividade de homens já reunidos pela cidade e não uma atividade isolada e dispersa como a do homem do campo. Por isso, os camponeses formam uma massa social que precisa ser dirigida pela cidade e suas classes sociais. Os camponeses em geral, por este motivo, “são incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome”. Os camponeses em geral, deste modo, “não podem representar-se, têm que ser representados”.



É por isso que, na concepção de Marx, o campesinato foi representado na França de Luís Bonaparte por um estrato social que em nada se assemelhava ao seu modo de vida e de trabalho. O que havia de irônico na história política dos camponeses franceses da metade do século XIX era o fato de terem sido representados pelos amigos de Luís Bonaparte: o lumpem-proletariado e os soldados bebedores e comedores de salsicha da Guarda Nacional. Por estar incapacitado ontologicamente de se converter de classe em si em classe para si mesmo, o campesinato será, necessariamente, uma massa representada que, por isso, delegará às classes da cidade o papel de dirigi-la. Os representantes políticos do camponês serão, por isso, segundo Marx, representantes surgidos de fora, da cidade, e com um vínculo meramente exterior com ele. Seus representantes devem, por isso, “aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva”. (ANTUNES, 2011, p. 121-122)

<sup>15</sup> Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia\\_de\\_Melhoramentos\\_do\\_Norte\\_do\\_Paran%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Melhoramentos_do_Norte_do_Paran%C3%A1). Acesso em 02 de out 2017.

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.japaoemfoco.com/10-segredos-de-sucesso-dos-japoneses/comment-page-1/#comment-83641>. Acesso em 05 out 2017.

<sup>17</sup> “conta que é *nissei*, sendo que seus pais vieram ao Brasil na década de 1920. Seus avós maternos eram trabalhadores rurais, no Japão, e segundo ele foram os primeiros imigrantes vindos da província de Hokkaido para o Brasil. Eles vieram com dinheiro, e realizaram a compra de uma grande área de terra nas proximidades do município de Presidente Prudente, no então distrito de Álvares Machado” (FERNANDES, 2010, p. 61).

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.culturajaponesa.com.br/index.php/guia-japao/sistema-educacional-japones/>. Acesso em 04 dez 2017.

<sup>19</sup> Disponível em <https://central3.to.gov.br/arquivo/180407/>. Acesso em 27 nov 2017.

<sup>20</sup> Disponível em [http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras\\_pdf\\_publicacao.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras_pdf_publicacao.pdf). Acesso em 27 nov 2017.

<sup>21</sup> Nas principais votações, pronunciou-se a favor da proteção ao emprego contra a demissão sem justa causa, da pluralidade sindical, da soberania popular, do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Foi contra a limitação do direito de propriedade privada, o mandato de segurança coletivo, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, o aviso prévio proporcional, a unicidade sindical, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, o limite de 12% ao ano para os juros reais, a limitação dos encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária e a legalização do jogo do bicho. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iosio-antonio-ueno>. Acesso em 23 outubro 2017.

<sup>22</sup> Disponível em <http://ccibjnews.blogspot.com.br/2011/10/parana-shimbun-morte-de-antonio-ueno.html>. Acesso 23 outubro 2017.

<sup>23</sup> Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/politica/ueno-esta-em-busca-de-sucessor-neto-de-14-anos-e-o-preferido-20951.html>. Acesso em 23 outubro 2017.

<sup>24</sup> Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/politica/primeiro-nissei-a-ocupar-uma-vaga-na-assembly-legislativa-20953.html>. Acesso em 23 outubro 2017.

<sup>25</sup> Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/opinioao/informe-folha-33115.html>. Acesso em 02 de fev de 2018.

<sup>26</sup> Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/parana-tem-15-prefeitos-da-comunidade-81870.html>. Acesso 02 fev 2018.

<sup>27</sup> Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tanigushi-cassio> Acesso em 02 fev. 2018.



<sup>28</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/apesar-de-condenado-pelo-stf-deputado-cassio-taniguchi-ficara-livre-3005261> Acesso em 02 fev. 2018.

<sup>29</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/ex-prefeito-de-curitiba-tem-condenacao-por-improbidade-reconhecida-em-2-instancia.ghtml> Acesso 02 fev. 2018.

<sup>30</sup> Portal Nipônica. Disponível em <http://www.niponica.com/>. Acesso 19 de junho 2017.

<sup>31</sup> Nikkei é uma denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para japoneses que vivem regularmente no exterior. Cada geração Nikkei recebe denominação própria: issei (imigrantes japoneses), nissei (filhos de japoneses), sansei (netos de japoneses) e yonsei (bisnetos de japoneses). Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nikkei>

<sup>32</sup> Disponível em <http://www.niponica.com/lista-candidatos-nikkeis-de-todo-brasil-eleicao-2014/#parana-deputado-federal>. Acesso 19 junho 2017.

<sup>33</sup> PSC (Partido Social Cristão), PR (Partido da República), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PV (Partido Verde), PSD (Partido Social Democrático), PSB (Partido Socialista Brasileiro).

<sup>34</sup> Disponível em <http://www.niponica.com/lista-candidatos-nikkeis-de-todo-brasil-eleicao-2014/#parana-deputado-federal>. Acesso 21 junho 2017.

<sup>35</sup> Disponível em <http://www.niponica.com/lista-candidatos-nikkeis-de-todo-brasil-eleicao-2014/#parana-deputado-federal>. Acesso 21 junho 2017.

<sup>36</sup> Disponível em <http://apuracao.gazetadopovo.com.br/resultados-eleicoes-2014-1-turno/parana/>. Acesso em 21 junho 2017.

<sup>37</sup> Disponível em [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=74385](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74385). Acesso em 21 junho 2017.

<sup>38</sup> Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/590-hidekazu-takayama>. Acesso em 21 junho 2017.

<sup>39</sup> Disponível em <http://www.cpadnews.com.br/assembleia-de-deus/27224/-ad-curitiba-celebra-jubileu-de-ouro-de-ministerio-do-pastor-hidekazu-takayama-.html>. Acesso em 21 junho 2017.

<sup>40</sup> Disponível em <http://www.radiosaovivo.net/gospel-curitiba/>. Acesso em 21 junho 2017.

<sup>41</sup> Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/takayama-itsuo>. Acesso em 21 junho 2017.

<sup>42</sup> Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), Partido dos Aposentados da Nação (PAN).

<sup>43</sup> Disponível em <http://tre-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23204471/registro-de-candidatura-rcand-266-mt-tremt/inteiro-teor-111632369>. Acesso em 21 junho 2017.

<sup>44</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/governo-da-emprego-a-parentes-de-deputados-amkfdcc0bnw5qyirf72y3bi>. Acesso em 21 junho 2017.

<sup>45</sup> Disponível em [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=74385](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74385). Acesso em 21 junho 2017.

<sup>46</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/em-meio-crise-bancada-do-psc-declara-independencia-do-governo.html>. Acesso em 21 junho 2017.

<sup>47</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/Pastortakayama/>. Acesso em 21 junho 2017.

---

<sup>48</sup> Disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293\\_721277.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html). Acesso em 21 junho 2017.

<sup>49</sup> Disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293\\_721277.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html). Acesso 21 junho 2017.

<sup>50</sup> Disponível em <http://www.bocamaldita.com/tag/takayama/>. Acesso 21 junho 2017.

<sup>51</sup> Disponível em <http://www.bemparana.com.br/politicaemdebate/index.php/2015/09/25/deputado-paranaense-defende-prisao-de-homossexuais/>. Acesso 21 junho 2017.

<sup>52</sup> Disponível em <http://www.atlaspolitico.com.br/perfil/takayama2014>. Acesso 21 junho 2017.

<sup>53</sup> Disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293\\_721277.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html). Acesso 21 junho 2017.

<sup>54</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>55</sup> Bens e Serviços Estimáveis em Dinheiro: Recursos estimáveis em dinheiro são recursos recebidos diretamente, pelos candidatos e partidos, de bens ou serviços prestados, mensuráveis em dinheiro, mas que, por sua natureza, não transitam em conta bancária e não geram desembolso financeiro para candidatos e comitês financeiros. Podem ser provenientes de doações ou do patrimônio particular do próprio candidato. Como exemplo, podemos citar a hipótese de um posto de combustível doar 100 litros de gasolina para utilização na campanha eleitoral. O candidato recebe o bem, ou seja, pode utilizar o combustível na realização das atividades da campanha, mas não paga por ele. Essa é uma espécie de doação, a qual, ainda que não seja financeira, requer necessariamente a emissão de recibo eleitoral e o registro na prestação de contas. Disponível em [https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/partidos\\_politicos/prestacao\\_contas\\_curso/modulo2/2\\_5\\_bens\\_e\\_servicos.pdf](https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/partidos_politicos/prestacao_contas_curso/modulo2/2_5_bens_e_servicos.pdf). Acesso em 21 setembro de 2017

<sup>56</sup> Disponível em <http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/candidato/201416000000169>. Acesso em 14 ago 2017.

<sup>57</sup> Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Solidariedade (SD), Partido Popular Socialista (PPS).

<sup>58</sup> Disponível em <https://www.eleicoes2014.com.br/luiz-nishimori/>. Acesso 22 junho 2017.

<sup>59</sup> Disponível em <http://www.arquivoempresarial.com/cnpj/mariagro-agricola-ltda-me-mariagro/cx2z9tdFo/>. Acesso 22 junho 2017.

<sup>60</sup> Disponível em [https://www.facebook.com/pg/nishimoriluiz/about/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/pg/nishimoriluiz/about/?tab=page_info). Acesso 22 junho 2017.

<sup>61</sup> Disponível em [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:O1ePBCyz\\_i4J:www.politicos.org.br/luiz-hiloshi-nishimori+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:O1ePBCyz_i4J:www.politicos.org.br/luiz-hiloshi-nishimori+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b). Acesso 22 junho 2017.

<sup>62</sup> Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz\\_Nishimori](https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Nishimori). Acesso 22 junho 2017.

<sup>63</sup> Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=560>. Acesso 22 junho 2017.

<sup>64</sup> Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=560>. Acesso 22 junho 2017.

<sup>65</sup> Disponível em [http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/dep\\_Detalhe.asp?id=162332](http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/dep_Detalhe.asp?id=162332). Acesso 22 junho 2017.

<sup>66</sup> Disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/09/os-projetos-de-lei-mais-bizarros-dos-nossos-deputados-em-2015.html>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>67</sup> Disponível em <http://www.politicos.org.br/luiz-hiloshi-nishimori>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>68</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>69</sup> Disponível em <http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/candidato/2014160000000181>. Acesso em 14 ago 2017

<sup>70</sup> Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/57-teruo-kato>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>71</sup> Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teruo\\_Kato](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teruo_Kato). Acesso 29 junho 2017.

<sup>72</sup> Disponível em <http://www.aciapparanavai.com.br/noticia/102/>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>73</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/eleicoes/2016/noticia/2016/10/delegado-caique-psdb-e-eleito-prefeito-de-paranavai-no-noroeste.html>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>74</sup> Disponível em [www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-o-apoio-do-pmdb-richa-consegue-criar-supersecretarias-5f0ahew119cc5zp0zncgjb18u+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b](http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-o-apoio-do-pmdb-richa-consegue-criar-supersecretarias-5f0ahew119cc5zp0zncgjb18u+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b). Acesso 29 junho 2017.

<sup>75</sup> Disponível em <http://www.bocamaldita.com/1119730415/os-votos-do-pmdb/>. Acesso 29 junho 2017

<sup>76</sup> Disponível em [www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-tratoraco-assembleia-aprova-aumento-do-ipva-e-icms-proposto-por-richa-](http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-tratoraco-assembleia-aprova-aumento-do-ipva-e-icms-proposto-por-richa-). Acesso 29 junho 2017.

<sup>77</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-tratoraco-deputados-aprovam-auxilio-moradia-para-juizes-do-parana-exkqherv3934rkprs0o7v3gwe>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>78</sup> Disponível em <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>79</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>80</sup> Disponível em <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>. Acesso em 15 agosto 2017;

<sup>81</sup> Disponível em <http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/vereadores.xhtml>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>82</sup> Disponível em <http://aquitemjovem.blogspot.com.br/2016/10/como- ficam-os-vereadores-desta-para.html>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>83</sup> Disponível em [http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/vereador\\_descricao.xhtml](http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/vereador_descricao.xhtml). Acesso 29 junho 2017.

<sup>84</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>85</sup> Disponível em <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>. Acesso 18 agosto 2017

<sup>86</sup> Disponível em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2014/680/PR/candidatos>. Acesso 13 dez 2017.

<sup>87</sup> As seguintes empresas aparecem como tendo Rui Hara como sócio: Mch Incorporações Imobiliárias Ltda., Guaíra Palace Hotel Ltda, Centro Comercial Iguaçu Ltda, Hara Palace Hotel Ltda e Novaclínica Hospital e Maternidade Ltda. Disponível em <http://www.consultasocio.com/q/sa/rui-kiyoshi-hara>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>88</sup> Por que os políticos migram? Uma das explicações possíveis é a chamada — conexão eleitoral — Parlamentares trocam de partidos em função de interesses eleitorais futuros, principalmente para garantir maior possibilidade de reeleição (Ranulfo, 2000). Por isso os índices de migração em anos ímpares (quando termina o prazo legal para as filiações de candidatos às eleições seguintes) aumentam em relação aos anos pares. Outra razão que deve ser considerada é a chamada —conexão presidenciall (Amorim & Santos, 2001), que leva em conta a relação entre o Executivo e o Legislativo, incluindo barganha, patronagem e clientelismo dos congressistas como um estímulo à migração partidária. (Cervi, E. U; Codato, A. N. 2002, p. 15).

<sup>89</sup> Disponível em <http://www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=218>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>90</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/candibook/candidato/rui-kiyoshi-hara-rui-hara-psb-40041/>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>91</sup> Partido Republicando da Ordem Social (PROS) e Partido Humanista da Solidariedade (PHS).

<sup>92</sup> Disponível em <http://viatrolebus.com.br/2015/03/fim-da-integracao-em-onibus-na-regiao-metropolitana-de-curitiba-gera-protestos/>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>93</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/integracao-de-onibus-fica-na-berlinda-engicu83zj68uxlfl6ut60bbi>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>94</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/richa-anuncia-volta-da-integracao-e-do-subsidio-ao-transporte-coletivo-de-curitiba-4doa7bvr4zmdb8m1e9hh9b2vv>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>95</sup> Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/trabalhadores-da-coleta-vegetal-em-curitiba-entram-em-greve/>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>96</sup> Disponível em <http://www.bemparana.com.br/noticia/219634/curitiba-passara-a-ter-mais-de-25-milhoes-de-m2-de-area-verde>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>97</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/colunistas/celso-nascimento/a-maldicao-das-concorrencias-da-prefeitura-bihwueruxmamxilan56hpqa8e>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>98</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>99</sup> Disponível em <http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/candidato/2014160000000134>. Acesso 21 setembro 2017.

<sup>100</sup> Disponível em <https://qcnpi.com.br/consulta/empresa/yokota-e-nomura-ltda-me/00356365000153.html>. Acesso em 14 julho 2017.

<sup>101</sup> Isamu Yokota é proprietário do laboratório fotográfico Brimpel em Palotina. Disponível em [http://www.cuiket.com.br/empresa/foto-e-laboratorio-brimpel\\_2465425.html](http://www.cuiket.com.br/empresa/foto-e-laboratorio-brimpel_2465425.html). Acesso 14 julho 2017.

<sup>102</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/candibook/candidato/hemerson-yukio-yokota-hemerson-yokota-pr-22100/> - <http://cmu.pr.gov.br/ANTIGO/hemersonyokota.html>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>103</sup> Disponível em <http://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=ProposicaoConsulta>. Acesso 30 junho 2017.

<sup>104</sup> Disponível em <http://sampaiosonoticias.com/vereador-de-umuarama-investigado-por-corrupcao-renuncia-ao-cargo/>. Acesso 30 junho 2017.

- 
- <sup>105</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.
- <sup>106</sup> Disponível em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2014/680/PR/candidatos>. Acesso em 12 dez 2017.
- <sup>107</sup> L.R. Comercio de Joias Ltda – ME/CNPJ 08.112.554/0001-92; A. K. Restaurante Ltda – ME/CNPJ 14.046.776/0001-5. Disponível em <http://www.consultasocio.com/q/sa/ricardo-massaharu-tsushima>. Acesso em 30 junho 2017.
- <sup>108</sup> Yumi Publicidade Ltda – ME/CNPJ 03.914.568/0001-06. Disponível em <http://www.consultasocio.com/q/sa/lizete-yumi-okamura>.
- <sup>109</sup> Disponível em <https://www.linkedin.com/in/kenny-tsushima-3b494816>. Acesso em 30 junho 2017.
- <sup>110</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/candibook//candidato/kenny-tsushima-kenny-psb-40345/>. Acesso em 01 julho 2017.
- <sup>111</sup> Disponível em <https://www.linkedin.com/in/yannih-tsushima-b85b928b/?ppe=1>. Acesso 01 julho 2017.
- <sup>112</sup> Disponível em <http://www.camara.gov.br/boletimadm/suplementos/2015/SP030215.pdf>. Acesso 01 julho 2017.
- <sup>113</sup> Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/99244846/al-pr-normal-02-09-2015-pg-29>. Acesso 01 julho 2017.
- <sup>114</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.
- <sup>115</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.
- <sup>116</sup> Disponível em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2014/680/PR/candidatos>. Acesso em 12 dez 2017.
- <sup>117</sup> Disponível em <http://www.consultasocio.com/q/sa/julio-hideo-ando>. Acesso em 01 julho 2017.
- <sup>118</sup> Disponível em [https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA\\_MEMORIA/vereadores\\_de\\_curitiba.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA_MEMORIA/vereadores_de_curitiba.pdf). Acesso em 01 julho 2017.
- <sup>119</sup> Disponível em <http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>. Acesso 01 julho 2017.
- <sup>120</sup> Disponível em <http://angelorigon.com.br/2011/03/01/o-gabinete-dos-deputados-6/>. Acesso em 01 julho 2017.
- <sup>121</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/transpnet/consulta>. Acesso em 01 julho 2017.
- <sup>122</sup> Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=2&pagina=33&data=23/12/2014&captchafield=firistAccess>. Acesso em 01 julho 2017.
- <sup>123</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.
- <sup>124</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>125</sup> Disponível em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2014/680/PR/candidatos>. Acesso em 12 dez 2017.

<sup>126</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso 29 junho 2017.

<sup>127</sup> Mas se formarmos por base da divisão social o critério da propriedade dos meios de produção, podemos reconfigurar os atores sociais acima em pelo menos três grandes classe sociais:

1) Classe proprietária capitalista : proprietários territoriais rurais, proprietários territoriais urbanos, proprietários industriais, proprietários de bancos e instituições financeiras, proprietários de sistemas comerciais e de serviços, proprietários agrícolas e rentistas. Nesta classe, que os marxistas e algumas outras correntes de pensamento chamam de burguesia, estão incluídos os donos de maquinaria capitalista do país, isto é, grandes e médios empresários agrícolas e pecuaristas, banqueiros, acionistas, industriais, comerciantes de serviços. Donos de grandes escritórios de advocacia, hospitais, clínicas, escolas, prédios de aluguel, redes de bares, restaurantes, supermercados, assim como grande número de ações, certamente são empresários capitalistas.

Por outro lado, diretores e assessores e gerentes de grandes e médias empresas capitalistas, altos funcionários do Estado, juízes, desembargadores, presidentes de empresas estatais, promotores, políticos, professores universitários bem graduados, militares de alto escalão, médicos, advogados, engenheiros, arquitetos e outras profissões liberais, embora profissionalmente recebam salários, podem ser capitalistas e fazer parte da burguesia se tiverem a propriedade de grandes e médios meios de produção, no todo ou em parte.

Famílias ou pessoas descendentes de elites tradicionais, que detinham fortuna, podem pertencer a essa classe se tiverem aplicado sua fortuna como capital, isto é, em meios de produção e força de trabalho para a reprodução ampliada ou continuada do capital. Se não mais tiverem fortuna a ser transformada em capital, certamente não pertencem a essa classe, embora até possam pensar e agir como se a elas pertencessem.

2) Classe de proprietários de meios de produção com capacidade de contratar poucos ou nenhum trabalhador, que trabalham com seus próprios meios de produção ou se assalariam como forma de complementar seus meios de produção: micros e pequenos agricultores proprietários ou posseiros de pequenas parcelas, micros e pequenos industriais e comerciantes, micros e pequenos empresários de serviços, micros e pequenos rentistas.

Do ponto de vista de profissional, nessa classe, que os marxistas chamam de pequena burguesia, e outras correntes de pensamento de classe média, poderiam estar incluídos médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, professores, agrônomos, mecânicos, eletricitistas, barbeiros, chefes de cozinha e inúmeras profissões, desde que sejam proprietários de pequenos negócios agrícolas, comerciais, industriais e de serviços, onde trabalhem com auxílio da família e/ou de poucos trabalhadores assalariados. Trabalhadores de pequenas propriedades familiares agrícolas, se fizerem parte da família, pertencem a essa classe e não à classe dos trabalhadores assalariados.

3) Classe trabalhadora sem propriedade de meios de produção: assalariados agrícolas, assalariados industriais, assalariados do comércio e dos serviços públicos e privados.

A essa classe, que os romanos antigos chamavam de proletariado, termo mantido pelos marxistas e também por outras correntes de pensamento, pertenceriam todos os trabalhadores assalariados e que não tem propriedade de qualquer meio de produção, a não ser sua própria força de trabalho, sejam eles trabalhadores que prestam serviços diretamente aos grupos mais ricos, profissionais com ensino superior empregados em função medianas nas empresas, profissionais com ensino superior, funcionários públicos em empregos bem situados, funcionários de escritórios mais qualificados, de empresas ou do governo, trabalhadores manuais de maior qualificação, operários especializados de indústrias públicas e privadas, empregadas domésticas, cozinheiros, garçons, vendedores, pedreiros, trabalhadores industriais menos ou mais qualificados, funcionários de escritórios, funcionários do Estado e trabalhadores assalariados rurais.

<sup>128</sup> Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295011>. Acesso em 18 dez 2017.

<sup>129</sup> Classificaram-se os domicílios como particulares quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Disponível em [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/sintese\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/sintese_notas_tecnicas.pdf). Acesso 30 jan 2018.

<sup>130</sup> Disponível em <https://www.tjpr.jus.br/folha-de-pagamento>. Acesso em 18 dez 2017.



---

<sup>131</sup> Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/38-guia-de-votacao-do-congresso-nacional/153-guia-de-votacao-do-congresso-nacional-legislatura-2007-2011>. Acesso 23 dez 2017.

<sup>132</sup> Emenda 3: Obriga o trabalhador a constituir empresa e se transformar em prestador de serviço para manter o recebimento do salário. Estabelece, ainda, a necessidade de decisão judicial para a autoridade fiscal considerar existente a relação de trabalho entre empresas contratantes e empresas de uma pessoa só. Vetado pelo presidente da República, a emenda traz graves consequências sobre as relações de trabalho e os cofres públicos, porque impede o fiscal do Trabalho de fiscalizar, mesmo as situações fraudulentas, na medida em que essa atribuição deixaria de ser de sua competência e passaria a ser de responsabilidade exclusiva da Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho, por sua vez, só age sob provocação e como o fiscal não pode provocá-la, apenas o prejudicado, o ex-empregado, e agora prestador de serviço, jamais irá questioná-la na Justiça, porque, ao buscar o acessório, corre o risco de perder o principal - o trabalho. A transferência dessa atribuição para a Justiça do Trabalho significaria, na prática, a legalização da fraude, porque, além de o trabalhador não querer ou poder reclamar, para não perder o seu ganha pão, a Justiça do Trabalho não teria pessoal nem magistrados para atender a essa nova atribuição. Se atualmente ela leva em média dez anos para decidir um processo, imagine se tiver que aumentar ainda mais sua carga de trabalho. Impõe-se, assim, a manutenção do veto pelo Congresso, sob pena de agressão aos direitos dos trabalhadores e aos cofres públicos, bem como encontrar uma solução que resolva o problema de natureza tributária. O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ao sancionar o projeto vetou a Emenda 3.

<sup>133</sup> Emenda Augusto Carvalho - Centrais sindicais – exige autorização do trabalhador para o desconto do imposto sindical na folha de pagamento. Ao contrário da proposta, a emenda cria dificuldades para o trabalhador que, se não autorizar o desconto em folha, terá que se deslocar até o sindicato para pegar o boleto e recolher a contribuição na rede bancária, já que a contribuição não foi extinta nem foi tornada facultativa ou voluntária, continuando em vigor e compulsória, nos exatos termos do art.579, que não foi revogado.

<sup>134</sup> Contribuição sindical – Na votação do DVS da Emenda 3 do Senado Federal o PPS buscou tornar facultativa e sujeita à autorização prévia do trabalhador, o desconto da contribuição sindical. Foi rejeitado o Destaque e mantido a redação do Senado que estabelece o desconto compulsório da contribuição sindical.

<sup>135</sup> Lista fechada na reforma política – O projeto propunha uma ampla reforma política. Entre os vários aspectos, destaque para a lista fechada, vista como o principal pilar da reforma – porque criaria as condições para o financiamento público e a fidelidade. A derrota da lista fechada jogou um balde de água fria na tentativa de se fazer a reforma política, corroborado pelo fato de a Emenda Constitucional 52, que tratou da verticalização, também dificultar a aprovação de outros temas.

<sup>136</sup> Comércio aos domingos – Emenda dos deputados Paulo Pimenta (PT/RS) e Manuela D' Ávila (PCdoB/RS) ao PLV 36/2007 busca estender aos trabalhadores de supermercados e hipermercados a necessidade de convenção coletiva para o trabalho no comércio aos domingos. A obrigatoriedade da convenção coletiva tem o propósito de garantir aos trabalhadores o recebimento de hora-extra, vale-refeição e transporte, entre outras garantias e direitos trabalhistas.

<sup>137</sup> Saúde – Regulamenta a Emenda Constitucional 29, que define a aplicação mínima de recursos pela União em saúde. A proposição estabelece, entre outros dispositivos, que a União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondente ao empenhado para essa finalidade no exercício financeiro anterior, acrescido, no mínimo, do percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) a que se refere à lei orçamentária. Quanto aos Estados e ao Distrito Federal, o percentual mínimo de aplicação em saúde é de 12% da arrecadação dos impostos.

<sup>138</sup> Extinção do fator previdenciário – Destaque do PPS à Emenda do deputado Fernando Coruja (PPS/SC), que extingue o fator previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2011. A emenda 26 foi aprovada e vetada pelo presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. O fator previdenciário está consolidado na Lei nº 9.876, é parte integrante da reforma da Previdência do Governo Fernando Henrique Cardoso e traduz-se em uma regra matemática aplicada ao cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição que reduz o valor do benefício a que tem direito o trabalhador.

<sup>139</sup> Saúde – Regulamenta os §§ 2º e 3º do art. 198 da Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional 29, de 2000), instituindo a Contribuição Social para a Saúde (CSS). Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo.

<sup>140</sup> CSLL – Aumenta a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos, seguradoras privadas e empresas de capitalização de 9% para 15%. A medida foi adotada para repor, ainda que parcialmente, os recursos perdidos com a rejeição da CPMF no Senado.

<sup>141</sup> CPMF e DRU – Votação, em 2º turno, da prorrogação da contribuição (CPMF) de 0,38% sobre as movimentações financeiras. A DRU mantém desvinculada de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. A CPMF foi rejeitada no Senado Federal e a DRU promulgada como Emenda Constitucional 56.

<sup>142</sup> Distribuição dos royalties do petróleo – Aprovada a emenda que altera as regras de distribuição dos royalties. O parecer do relator, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), privilegiava os Estados e Municípios produtores e contemplava também os entes da ederação não produtores. A emenda do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS) propõe alterar essa regra de distribuição dos valores, com exceção da parte da União, sendo feita para todos os Estados e Municípios do País de forma igualitária. Ou seja, 50% dos dividendos serão distribuídos entre os Estados e os outros 50% entre os Municípios.

<sup>143</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/em-meio-cri-se-bancada-do-psc-declara-independencia-do-governo.html>. Acesso 26 dez 2017.

<sup>144</sup> Disponível em [http://www.diap.org.br/images/stories/publicacoesDIAP/Radiografia\\_011/Radiografia\\_011\\_P13.pdf](http://www.diap.org.br/images/stories/publicacoesDIAP/Radiografia_011/Radiografia_011_P13.pdf). Acesso em 26 dez 2017.

<sup>145</sup> Disponível em <https://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/11101-nossa-elite-e-interessante-todos-liberais-e-dependentes-do-estado>. Acesso em 26 dez 2017.

Entrevista com a cientista social e economista Tânia Bacelar para a revista Caros Amigos (out/2017):

*O problema também foi o modelo de incentivo ao consumo que marcou especialmente o governo Lula e se exauriu no governo Dilma?*

- Eu defendo que ele continue, tá certo?

*Mas ele não se esgotou?*

-Se esgotou na expectativa que a gente tinha. Então veja: o modelo do governo Lula não apostava só no consumo. Todo economista sabe que o consumo é estratégico. Dois terços da demanda brasileira é consumo. Quando você abre o PIB pela demanda, mais de 60% é consumo, então ele vai ser uma variável estratégica sempre no Brasil. Sempre foi. Quem puxou a economia brasileira no século 20 foi o consumo interno, não foram as exportações. Diferente do Japão, da Coreia do Sul, aqui o mercado interno é uma coisa tão importante... e qual foi a experiência diferente da era Lula? Foi o consumo interno das elites e o fomento do consumo interno da base da pirâmide. A mudança foi quem consumia. Mas a média da renda brasileira é muito baixa. Então, quem botar as fichas todas no consumo está sabendo que vai colocar por algum tempo.

*Houve um erro estratégico, então?*

-A equipe de Lula sabia disso. Tanto que o modelinho era consumo e investimento, tá certo? Porque se a renda média é baixa, você não pode botar suas fichas todas ali. Você tem que combinar isso com investimento. Então renda média baixa é muito importante no Nordeste, 70% das pessoas ocupadas ganha entre 1 e 2 salários mínimos. Mesmo o milagre que Lula tentou fazer, que era juntar crédito com a tua renda, e crédito do jeito que a gente gosta, porque ele dobrou o crédito e escalonou no tempo. Então com 100 paus de uma moto em não sei quantos anos, dá pra você comprar. Mas depois que você compra a moto, compra a televisão, compra o computador... bateu na sua renda. Sua capacidade de endividamento está limitada pela sua renda. E não dá para apostar. Agora acho que o Brasil tem esse potencial. Esgotou, temos que desistir? Não! Pera aí, não vamos desistir, mas vamos combinar melhor isso com o investimento porque acho que vai faltar. Então é combinar



melhor isso. Porque toda empresa de fora quer vir para o Brasil? Todo o mundo quer o mercado brasileiro, porquê? Porque é um mercado grande, dinâmico, o brasileiro gosta de consumir... se endivida pra consumir. Então, porque nós vamos renunciar a um potencial que é nosso? Eu sou contra quem diz “ah, exauriu”. Exauriu não, senhor! Deu uma parada e era esperada essa parada. Foi mais profunda por conta da crise.

*Na fase da economia pujante a senhora cita o governo Lula. Qual foi o pecado da Dilma?*

-Vários (risos). Acho que ela ... vou dizer dois pecados: o primeiro é uma coisa que ela fez certo do jeito errado, quando em 2012 ela patrocinou a queda brusca da taxa de juros. É uma medida econômica pesada, correta, porque a taxa de juros no Brasil é absurda, mas feita de um jeito errado, sem negociação política, sem análise política... ali ela rompeu o pacto de Lula. Então, era uma medida econômica que teve um desdobramento político porque o pacto de Lula era um pacto de dizer: “vamos melhorar aqui embaixo, mas eu não vou mexer com os de cima”. Então quando você olha as estatísticas de Lula, a base da pirâmide melhora mas o topo da pirâmide está lá garantido. Com essa medida ela meteu a faca ali no pacto político que sustentava o Governo. Perdeu a briga e teve que recuar. E recuou derrotada. E a partir dali, começa o calvário dela. Em 2013 já tem gente na rua de repente e 2014 ela perde a eleição antes de ganhar. Ela perdeu a eleição no primeiro turno porque ela perdeu o Congresso e se elegeu com a vitória de Pirro (obtida a alta preço). Então, esse erro teve um desdobramento. Mas veja que é um erro correto porque a medida, abstraindo o jeito, é uma medida boa.

*E o segundo pecado?*

- O segundo erro foi não perceber a dimensão das mudanças que estavam ocorrendo no ambiente mundial. Porque Lula operou numa janela de oportunidades do mercado de commodities. Com a crise de 2008 e 2009, e a retração da China, de 2010 em diante o mercado de commodities afunda. Então, o que era oportunidade no governo Lula, era problema no governo da Dilma. E a equipe dela não conseguiu perceber a profundidade, até porque foi muito rápida, daquela mudança que estava acontecendo. E aí, a reação da Dilma foi tentar continuar a era Lula, que já não era mais possível. Então, por exemplo, o pacto que ela faz com a FIESP eu não entendo. Por que? Ela renuncia R\$ 100 bilhões, quando a receita já estava caindo, para que a turma usasse aquele dinheiro para investir. Como investir, se o consumo já estava desacelerando? A renúncia fiscal vira pó porque ela não vira investimento porque o mercado já não estava sinalizando. Então, ela aprofundou a crise e não resolveu o problema da retomada da economia. E politicamente também foi um desastre porque a FIESP também ficou contra ela. Na hora em que ela precisou, botaram o pato na avenida Paulista. Então deu em quê aquela medida, do ponto de vista econômico e do ponto de vista político? Acho que a equipe da Dilma teve dificuldade em perceber o novo momento que estávamos vivendo. O desdobramento inicial da crise mundial no Brasil não foi tão forte, talvez isso tenha contribuído porque não levamos a paulada de um vez. Então acho que houve uma subestimação e tentou-se fazer o que Lula fez no imediato pós-crise que era dizer: peraí, vamos continuar consumindo! Ele foi para a televisão. Articulou a história da linha branca e ampliou do automóvel para a geladeira...

*Faltou articulação política?*

- Essa era a grande diferença política do Lula para a Dilma. Lula sentava com os heterogêneos, conversava... eu era do Conselho, fui dos dois. A diferença era da água para o vinho. Lula usou o Conselho para gerir a crise. Aí tirou do Conselho, porque era muita gente, umas dez pessoas, e a história da linha branca saiu das reuniões dele com essa equipe. O Lula ouvia as pessoas e, no outro dia, ele implantava. E animava a turma, que contribuía. Então o Lula conseguiu enfrentar a crise de um jeito positivo. Acho que a Dilma tentou fazer isso. Agora tentou em outra conjuntura e sem diálogo.

A senhora destacou que o grande erro da Dilma foi ter quebrado o pacto político do Lula com a elite. É possível governar o Brasil só investindo na base da pirâmide e retirando privilégio dessa elite?

É preciso, mas não é desse jeito. O povo diz assim: fazer o certo na hora errada e do jeito errado é fazer errado. Eu estou com a sabedoria popular. Nem tudo que é certo...tem que escolher o jeito de fazer, como fazer, com quem fazer... quem vai botar para defender... isso é negociação política e no Brasil essa negociação política é muito difícil porque as nossas elites sempre se apropriaram do Estado brasileiro. A gente vai cortar o SUS com a PEC 55, mas não corta a isenção que o mesmo governo dá para quem tem seguro privado de saúde. Eu tenho seguro privado de saúde. Quando faço minha declaração de rendimento, abato o que eu pago do seguro-saúde. E quem paga isso? É o mesmo Estado que está cortando o SUS. Porque corta aqui e não corta ali? E no Brasil não é tarefa fácil, é difícil...

<sup>146</sup> Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/principais-votacoes/legislatura-2015-2018/27751-legislatura-2015-2018-principais-votacoes>. Acesso em 26 dez 2017.

<sup>147</sup> A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 5 de outubro de 2016, o PL 4.567/16 (PLS 131/15), do senador José Serra (PSDB-SP), que desobrigou a Petrobras de ser a operadora única dos blocos de exploração do pré-sal no regime de partilha de produção. Na votação, foram 292 votos a favor do projeto e 101 contra. Sancionado, foi transformado na Lei 13.365/16. No Senado, o projeto foi aprovado no dia 24 de fevereiro de 2016 por 40 a 26 e 2 abstenções.

<sup>148</sup> A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 22 de março de 2017, por 232 votos favoráveis, 188 contrários e 8 abstenções, o PL 4.302/98, que permite o uso da terceirização em todas as áreas (atividade-fim e atividade-meio) das empresas. Foi aprovado substitutivo do Senado para a matéria, que também aumentou de 3 para 6 meses o tempo do trabalho temporário, prazo que pode ser alterado por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Enviado à sanção presidencial foi transformado na Lei 13.429/17.

<sup>149</sup> No dia 26 de abril, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 6.787/16, por 296 a 177. No Senado, o projeto tramitou como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/17. Foi aprovado no dia 11 de julho de 2017, por 50 a 26 e 1 abstenção. O projeto de lei foi transformado (sancionado) na Lei 13.467/17, em 13 de julho de 2017. Entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017. Conheça a Cartilha do DIAP, com perguntas e respostas sobre o tema. O relator manteve as principais medidas do texto apresentado há duas semanas, como a que permite que a negociação entre empresas e trabalhadores se sobreponha a lei em pontos como parcelamento das férias em até três vezes, jornada de trabalho de até 12 horas diárias, plano de cargos e salários, banco de horas e trabalho em casa. As mudanças contidas no texto do relator retiram direitos dos trabalhadores, inviabiliza a legislação trabalhista, e a Justiça e o Direito do Trabalho. Além de enfraquecer a organização sindical, que ficará subordinada à “comissão de representantes”.

<sup>150</sup> Por 208 votos favoráveis e 184 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 29 de novembro, o texto-base da Medida Provisória (MP) 795/17, que estabelece redução de tributos às petrolíferas estrangeiras na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (entenda a MP). O pacote de bondades significará renúncia de receitas na ordem de R\$ 50 bilhões por ano. Como a MP foi alterada se transformou no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 36/17. Segundo o texto, as empresas ficam isentas de pagamento do imposto de importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e das respectivas contribuições para o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep-Importação), e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins-Importação). Quando enviada pelo governo Temer, a proposta suspendia os tributos somente até 31 de julho de 2022. Ao relatar a matéria, porém, o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) ampliou o prazo para 2040, o que deve acarretar em perdas somadas da ordem de R\$ 1 trilhão de reais em receitas que deveriam ser destinadas à União – cerca de R\$ 50 bilhões por ano.

<sup>151</sup> A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 10 de outubro de 2016, por 366 votos a 111, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16, do Poder Executivo, que cria um teto de despesas primárias federais reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O texto aprovado foi o substitutivo da comissão especial, de autoria do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). No Senado, o texto tramitou como PEC 55/16, e foi aprovado em 1º turno, em 29 de novembro de 2016, por 61 a 14. No 2º turno, a proposta foi aprovada em 13 de dezembro de 2016, por 53 a 16. Promulgada no dia 15 de dezembro de 2016, foi transformada na Emenda à Constituição (EC) 95/16. De acordo com o texto aprovado, a partir de 2018 e pelos próximos 20 anos, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O novo regime fiscal valerá para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para todos os órgãos e poderes da República. Dentro de um mesmo poder, haverá limites por órgão. Existirão, por exemplo, limites individualizados para tribunais, Conselho Nacional de Justiça, Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público da União, Conselho Nacional do Ministério Público e Defensoria Pública da União. O órgão que desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo. A partir do décimo ano, o presidente da República poderá rever o critério uma vez a cada mandato presidencial, enviando um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional.

<sup>152</sup> Disponível em <https://www.eleicoes2016.com.br/akemi-nishimori/>. Acesso 30 dez 2017.

<sup>153</sup> Disponível em <https://www.eleicoes2016.com.br/jeanne-kato/>. Acesso 30 dez 2017.

<sup>154</sup> Disponível em <http://ccibjnews.blogspot.com.br/2011/03/b>. Acesso em 31 dez 2017.

---

<sup>155</sup> Disponível em <https://divirtasecuritiba.com/2016/04/29/revista-autoestima-por-vanessa-malucelli/>. Acesso 01 jan 2018.

<sup>156</sup> : Disponível em <https://www.instagram.com/yannihtsushima/>. Acesso 12 fev 2017.

<sup>157</sup> :Disponível em <https://www.facebook.com/rosanatsue.ando>. Acesso 28 junho 2017.